

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jéssica Luna

Insubmissas:  
experiências e trajetórias das mulheres nas lutas operárias  
(1904 - 1917)

SÃO PAULO  
2025

Jéssica Luna

Insubmissas:  
experiências e trajetórias das mulheres nas lutas operárias em São Paulo  
(1904 - 1917)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria Izilda Santos de Matos.

SÃO PAULO  
2025

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

À Marinalva, minha mãe. A força que me moldou,  
o sinônimo de luta mais autêntico que conheço  
e a primeira inspiração para minha jornada.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) – Processo nº. 131449/20230

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) – Process nº. 131449/20230

## AGRADECIMENTOS

Existe um provérbio africano que diz que “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. Para mim, a finalização desta pesquisa confirma uma profunda verdade: é preciso uma aldeia inteira para que um projeto desta envergadura se concretize. Por isso, minhas primeiras palavras são de profunda gratidão a todos os “aldeões” que me apoiaram nesta jornada.

As ideias que sustentaram esta pesquisa nasceram da minha trajetória, mas só ganharam forma e profundidade por meio de discussões em que saí da minha zona de conforto, questioneei o que parecia estabelecido e consegui evoluir significativamente, tanto na minha prática como professora quanto na minha visão como pesquisadora. Por isso, quero agradecer a todos que direta ou indiretamente puderam contribuir para que essas ideias se concretizassem.

À minha orientadora Professora Maria Izilda Santos de Matos, que eu já admirava antes mesmo de conhecer pessoalmente, e ter aulas com ela. Suas pesquisas me inspiraram e me auxiliaram a chegar aqui. Agradeço a paciência inesgotável e a disponibilidade constante, mesmo nos momentos de maior pressão e incerteza, que foram o motor que impulsionou a concretização deste trabalho. Meu agradecimento transcende o profissional, a senhora me ensinou a pensar e a ter rigor, e essa é uma lição que levarei para sempre.

Registro meu profundo agradecimento ao CNPq e à PUC-SP, cujos aportes na forma de bolsa de estudos se configuraram como um recurso essencial. Esse suporte permitiu a dedicação intensiva ao projeto, sendo um fator determinante para a materialização e o aprofundamento desta investigação.

Agradeço ao Programa de História da PUC-SP, aos docentes que tanto me auxiliaram e inspiraram, ao promover discussões e propiciar crescimento teórico e intelectual. À Professora Denise Bernuzzi Sant’Anna, pelas aulas incríveis e debates para além da História. Ao Professor Amílcar Torrão Filho, pelos desafios propostos no início da jornada do mestrado e que serviram para o crescimento da pesquisa, além das sugestões bibliográficas. À Professora Heloisa de Faria Cruz, seus ensinamentos e conselhos sobre imprensa foram primordiais e servirão como aporte durante minha trajetória. À Professora Yvone Dias Avelino, pelos incentivos, pelas

recomendações e pela disposição em ajudar sempre que possível. À Professora Carla Cristina Garcia, fundamental na construção e desconstrução da figura feminina como sujeito histórico. E ao Professor Luiz Alberto Schneider, pelo aporte teórico, pela generosidade e pelo apoio constante.

Sou grata às professoras Maria do Rosário e Andrea Borelli. O diálogo construtivo estabelecido durante a banca de qualificação, notadamente suas reflexões e proposições não apenas enriqueceram a análise desta pesquisa, mas também serviram de inspiração para o rigor necessário à sua finalização.

Aos colegas de turma, minha eterna gratidão. O apoio e a solidariedade foram fundamentais nessa jornada acadêmica. As risadas compartilhadas, os desabafos mútuos e a certeza de que não estávamos sozinhos tornaram os desafios muito mais leves. Agradeço em especial a Marpessa, pela assistência e contribuição desde as primeiras aulas. A Pilar, que foi um suporte nos dias de riso fácil e nos momentos de maior incerteza. A Juliana, colega de turma que virou amiga e cujo apoio, carinho e generosidade se tornaram primordiais para eu chegar até aqui.

Minha gratidão à minha família, minha mãe Marinalva, meu pai Francisco, meus irmãos Amanda e Guilherme e meus sobrinhos Alice, Pedro e Lívia, pelo sacrifício silencioso e pela generosidade de me estimular a persistir, mesmo diante dos desafios. Agradeço por terem compreendido a natureza das ausências e por terem sido um refúgio seguro. Este trabalho também é resultado da confiança e do amor inabalável que recebi de vocês.

À minha querida amiga Fernanda e seu companheiro e amigo-irmão Rafael, meu agradecimento sincero. A generosidade de vocês foi ainda mais notável por terem me oferecido apoio incondicional justamente no período em que vivenciavam a doce e exigente jornada da gravidez. O incentivo em meio a tantas transformações pessoais foi um presente inestimável.

À “amiga Marisa”, sua amizade é o meu alicerce fora do mundo acadêmico. Por mais exigente que fosse a rotina da pesquisa, suas palavras de incentivo, sua escuta atenta e seu bom humor inabalável foram essenciais para restaurar as energias e manter a clareza. Você não apenas me apoiou, você me inspirou a seguir em frente, e por isso sou eternamente grata.

Minha profunda gratidão às minhas colegas de trabalho-amigas Sônia, Leila, Ana, Joyce, Denise e Maria, cuja generosidade, paciência e suporte operacional foram cruciais, me permitiram que frequentasse as aulas, me dedicasse a longas horas de estudo, com ânimo me ouviram em uma tagarelice sem fim sobre os conteúdos das aulas e o tema da pesquisa, me incentivando constantemente.

Ao Thiago, meu companheiro de vida, meu mais profundo agradecimento. Mais do que apoio incondicional e amparo emocional, ele foi um crítico perspicaz e um leitor atencioso dos manuscritos, fossem eles incipientes ou consolidados. Esta jornada intensa, até aqui, não teria sido viável sem seu cuidado e sua paciência. Este trabalho também carrega a marca de sua parceria e dedicação. Que possamos seguir trilhando juntos muitos caminhos.

*“É preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher, e que faça as mulheres virem à escrita, da qual elas foram afastadas tão violentamente quanto o foram de seus corpos; pelas mesmas razões, pela mesma lei, com o mesmo objetivo mortal. É preciso que a mulher se coloque no texto – como no mundo, e na história –, por seu próprio movimento.”*

*(Hélène Cixoux)*

## RESUMO

LUNA, Jéssica. **Insubmissas**: experiências e trajetórias das mulheres nas lutas operárias em São Paulo (1904 - 1917). Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.

Esta dissertação objetiva dar visibilidade à presença feminina no trabalho fabril e nas lutas operárias, particularizando a participação nos movimentos grevistas de 1917, evidenciada através da imprensa. Desde os finais do século XIX, impulsionado pela expansão cafeeira, a cidade de São Paulo vivenciou intenso crescimento urbano, destacando-se a presença de imigrantes. A cidade se tornou polo de atração para os que buscavam por possibilidades em diferentes funções e ofícios, inclusive no trabalho na nascente indústria. O cotidiano dos/as operários/as era marcado por longas jornadas de trabalho, ambiente insalubre, baixos salários e exploração do trabalho feminino e infantil; somavam-se as dificuldades do viver urbano, a carestia, o alto custo da moradia (cortiços insalubres e bairros periféricos), falta de saneamento, problemas com a saúde e a educação. Diante de tal situação, organizaram as lutas operárias, destacando-se duas vertentes: o socialismo e o anarquismo. Suas ideias e reivindicações eram defendidas através da imprensa operária, que teve papel crucial na articulação das lutas da classe. Cabendo diferenciar as correntes feministas, uma que focava na luta pelo direito das mulheres ao voto e à educação, e outra, o feminismo socialista/libertário, que via a emancipação feminina como parte inseparável da luta de classes. Assim, a participação das mulheres torna-se um ponto central da análise, elas compunham a maioria da força de trabalho em indústrias como a têxtil e participavam da militância. Prioriza-se o campo da luta através das greves, sobretudo a Greve Geral de 1917, destacando a participação das mulheres em um evento que paralisou a cidade e marcou a história do movimento operário brasileiro. A greve teve início com as tecelãs do Cotonifício Crespi, a mobilização se expandiu, apoiada pela imprensa operária e por líderes anarquistas e sindicalistas. A atuação das mulheres, sua presença e resistência foram fundamentais para o sucesso da greve e para as conquistas do movimento, contrariando a visão de que a luta operária seria desorganizada e as mulheres estariam alheias ao movimento.

**Palavras-chave:** história das mulheres operárias, Greve de 1917, imprensa operária, feminismo, cotidiano, luta

## ABSTRACT

LUNA, Jéssica, **Insubmissive**: experiences and trajectories of women in the workers' struggles in São Paulo (1904-1917). Dissertation (Master's Degree in Social History), PUC-SP, São Paulo, 2025.

This dissertation aims to give visibility to the female presence in factory work and workers' struggles, particularizing the participation in the strike movements of 1917, evidenced through the press. Since the end of the 19th century, driven by coffee expansion, the city of São Paulo has experienced intense urban growth, highlighting the presence of immigrants. The city became a center of attraction for those seeking possibilities in different functions and trades, including work in the emerging industry. The daily life of the workers was marked by long working hours, unsanitary environment, low wages and exploitation of female and child labor; in addition to the difficulties of urban living, the dearth, the high cost of housing (unsanitary tenements and peripheral neighborhoods), lack of sanitation, problems with health and education. In view of such a situation, the workers' struggles were organized, highlighting two aspects: socialism and anarchism. Their ideas and demands were defended through the workers' press, which played a crucial role in articulating the struggles of the class. It is necessary to differentiate between the feminist branches: one that focused on the struggle for women's right to vote and education, and another, the socialist/libertarian feminism, which saw female emancipation as an inseparable part of the class struggle. Thus, the participation of women becomes a central point of the analysis, they comprised the majority of the workforce in industries such as the textile industry and participated in activism. The field of struggle is prioritized through strikes, especially the General Strike of 1917, highlighting the participation of women in an event that paralyzed the city and marked the history of the Brazilian labor movement. The strike began with the weavers of Cotonifício (Cotton mill) Crespi, the mobilization expanded, supported by the workers' press and by anarchist and trade union leaders. The performance of women, their presence and resistance were fundamental to the success of the strike and to the achievements of the movement, contrary to the view that the workers' struggle would be disorganized and women would be oblivious to the movement.

**Keywords:** history of working-class women, Strike of 1917, workers' press, feminism, daily life, struggle

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Funeral do sapateiro José Inegues Martinez, assassinado durante greve geral.....	109
Figura 2 – Cortejo fúnebre do operário Martinez descendo a ladeira do Carmo; manifestantes empunhando bandeiras vermelhas.....	109
Figura 3 – Credencial do Centro Feminino Jovens Idealistas ao Congresso Internacional da Paz.....	114
Figura 4 – Maria Antonia Soares discursa no 1º de Maio de 1905.....	121
Figura 5 – Jose Ineguez Martinez.....	124
Figura 6 – Grevistas, a maioria mulheres operárias de várias fabricas da capital paulistana, em direção ao largo do Palácio do Governo para reunião com o Secretário da Justiça e Segurança Pública.....	127
Figura 7 – Grevistas discursam na Sé.....	129
Figura 8 – Grevistas na Praça da Concórdia ouvindo a liderança do CDP discursar sobre a vitória.....	129

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	14
<b>1 – AS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A CLASSE OPERÁRIA</b> .....	23
1.1 A Belle Époque paulistana e a Pauliceia dos despossuídos.....	23
1.2 A fábrica: trabalho e gênero.....	35
1.3 O feminino entre o público e o privado.....	52
<b>2 – A ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS OPERÁRIAS NA CAPITAL PAULISTA</b> .....	62
2.1 Lutas operárias: propostas e vertentes.....	62
2.2 A imprensa como estratégia de luta: feminina e operária.....	68
2.3 Operárias: propostas, lutas e feminismos – socialistas e libertários.....	78
<b>3 – RESISTÊNCIA E LUTA: EXPERIÊNCIAS FEMININAS NAS GREVES DE 1917</b> .....	96
3.1 Tecendo a resistência: movimentos e articulações.....	96
3.2 Vozes do tear: presença feminina.....	110
3.3 Luta contra a repressão: memórias e ocultamentos.....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	134
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	137

## APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é motivada por uma reflexão sobre as condições laborais da classe trabalhadora brasileira. O recente debate em torno da Proposta de Emenda Constitucional para a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, que tem suscitado ampla discussão, demonstra a atualidade e a relevância de analisar as exigências da vida cotidiana dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Minha trajetória como professora de escola pública me permitiu vivenciar a subtração de direitos conquistados em lutas anteriores. Embora a resistência seja um movimento coletivo da categoria, é notório que o sexismo permeia as ações individuais e coletivas do professorado, tornando-se mais um instrumento de perpetuação do patriarcado. Embora o ambiente escolar seja composto majoritariamente por mulheres, esse espaço ainda é frequentemente atravessado por narrativas e ações sexistas, reproduzindo, sem criticidade, valores que circulam socialmente e reforçam a desigualdade de gênero. O que também se faz presente nos espaços de luta, como o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp).

A análise dessa pauta contemporânea evidencia a permanência histórica da luta por melhores condições de trabalho e de vida. A busca por emancipação, iniciada em períodos anteriores aos do nosso estudo, prossegue em um cenário no qual se mantêm mecanismos de controle e exploração, bem como a luta por salários compatíveis com as necessidades essenciais – como moradia, lazer, educação e cultura.

Nessa perspectiva, a pesquisa desenvolvida objetiva resgatar como os militantes do movimento operário da jovem República (1889-1930), além de pleitear melhores salários e moradia adequada, também denunciavam a excessiva jornada de trabalho, a exploração do trabalho noturno de mulheres e do trabalho infantil, bem como demandavam acesso à educação laica, à cultura e ao lazer, em um processo contínuo de resistência e luta, manifestado por meio de greves e mobilizações. Assim sendo, busca-se refletir sobre as precárias condições de trabalho que afetam trabalhadores/as em diferentes ofícios e, em particular, sobre os silêncios acerca das especificidades do trabalho e do cotidiano das mulheres

trabalhadoras. A opressão vivenciada por mulheres de diversos setores sociais perpassa por diferentes aspectos, como sexualidade, saúde, família, trabalho e política. Embora as lutas por igualdade de gênero tenham avançado, o cenário ainda está longe do ideal.

Pesquisa sobre essa temática desde meu curso de pós-graduação *lato sensu*, em 2020, quando foi possível analisar representação feminina no movimento operário e grevista entre 1904 e 1917, a partir de um exame crítico da imprensa operária da época. A expansão da produção cafeeira nos finais do século XIX e início do século XX possibilitou o crescimento urbano e industrial, construiu um sistema ferroviário, portuário, bancário e comercial. Em São Paulo e nas cidades do interior do estado, instalaram-se indústrias.

Paralelamente, ocorreu a implementação de uma política imigrantista subsidiada, que visava a mão de obra para o café, mas que implementou a vinda de trabalhadores imigrantes para as cidades e para as nascentes indústrias. No entanto, esse operariado vivia sob condições adversas, enfrentando a carestia, a dificuldade de moradia e longas jornadas de trabalho. Os trabalhadores urbanos ocupavam os territórios precarizados da cidade, onde não havia calçamento ou saneamento básico, enfrentavam dificuldade de moradia, habitavam em cortiços e vilas expostos a doenças e epidemias, situação denunciada pelo discurso médico higienista, enfim, sem atenção alguma dos poderes constituídos.

A nascente indústria empregava homens, mulheres e crianças, que enfrentavam árduas e longas jornadas, destacando-se algumas questões adicionais impostas às mulheres: seus salários eram inferiores aos dos homens, e as operárias estavam sujeitas ao autoritarismo de mestres e contramestres, incluindo situações de assédio, com denúncias recorrentes na imprensa operária.

O patronato utilizou diversas estratégias para controlar e domesticar o operariado, dentro e fora das fábricas. A crescente urbanização e industrialização ampliou a presença feminina nos espaços públicos. Às mulheres era dada a tarefa de vigilante do lar; incorporando o discurso higienista, cabia à mulher instituir hábitos morais na família, que devia se moldar ao ideal imaginário vigente. Nos setores operários, pressionadas pelo alto custo de vida, as mulheres não tinham outra alternativa senão se inserir no mercado de trabalho, encontrando no ambiente fabril uma possibilidade para contribuir para a renda familiar.

Apesar da presença e atuação contínua da mulher na família, no trabalho fabril e na cidade, por muito tempo a produção historiográfica deixou de lado as experiências femininas, talvez porque o espaço público (enquanto espaço do poder e da história) era hegemonicamente dominado pelos homens, estando as mulheres associadas ao privado, assim, foram invisibilizadas nos relatos históricos. Outro fator está atrelado às dificuldades de acesso à educação, assim, registros escritos deixados por elas são fragmentados. Assim, para resgatar essas histórias, enfrenta-se o desafio de ir além dos documentos tradicionais e buscar em fontes menos óbvias os vestígios da presença e da luta dessas mulheres.

Com a difusão da busca por “outras histórias” e o desafio de examinar novos objetos, como a vida privada, o cotidiano e a história das mulheres, apesar das adversidades, as mulheres trabalhadoras e suas lutas se fizeram visíveis no passado, inclusive sua participação em manifestações, greves e dando voz às suas resistências, o que pode ser observado em fontes como revistas femininas e jornais operários. Assim sendo, tornou-se crucial revelar esse capítulo da história, que muitas vezes foi negligenciado ante as particularidades femininas e de gênero.

Considerando gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, e como uma forma de dar significado às relações de poder, evidencia-se a importância de analisar as múltiplas interconexões entre homens e mulheres ao longo do tempo e valorizar as experiências femininas no processo de se fazer do operariado. Nesse sentido, a análise das relações de gênero no movimento operário, a partir das páginas dos jornais e dos primeiros estudos sobre as greves, demonstra como essa participação foi historicamente ocultada ou minimizada, refletindo uma construção social que relegava as mulheres a papéis secundários e as excluía da narrativa dominante sobre o trabalho e a organização operária.

Quando se fala das lutas operárias, subentende-se que se está falando das ações masculinas; em oposição, cabe afirmar que “a classe operária tem dois sexos”<sup>1</sup>, visto que não é possível analisar a classe sem observar os gêneros, sobretudo a situação do operariado, os movimentos sociais e a situação da mulher, numa perspectiva de experiência e gênero, atestando que

---

<sup>1</sup> SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2021, p. 73.

Esse confronto entre práticas e discursos masculinos, de uma parte, e práticas e discursos femininos, de outra: entre política e discursos sindicais, de uma parte, e práticas e discurso das operárias, de outra, faz com que surjam assimetrias<sup>14</sup>.

Nos primeiros anos da República, o trabalho feminino era visto como concorrente do masculino; o setor têxtil era o que mais empregava mulheres e crianças. Além disso, a fábrica era um ambiente considerado inadequado para o feminino, pois ela poderia se “corromper” naquele espaço. Deve-se, assim, considerar as especificidades das trajetórias e experiências femininas.

As mulheres não entraram no mercado de trabalho industrial da mesma maneira que os homens, não ocuparam os mesmos ramos — e quando o fizeram não assumiram as mesmas funções — e nem receberam os mesmos salários. As atividades em que as mulheres penetraram foram progressivamente desprestigiadas, desvalorizadas monetária e socialmente e deserdadas pelos homens<sup>2</sup>.

Análises sobre a situação da classe operária apontam como o patronato buscou domesticar os/as trabalhadores/as, discutindo sobre a situação da mulher como sujeito histórico, sua conjuntura social, suas lutas e resistências. A participação das mulheres nas lutas e nos movimentos grevistas se revela inegável, posto que os jornais noticiavam a sua participação, ainda que muitas vezes a narrativa construída sobre o envolvimento feminino fosse carregada de paternalismo e patriarcalismo. Essa visão se alinhava com a de parte do próprio operariado, que defendia que a mulher deveria se dedicar exclusivamente ao cuidado do lar, dos filhos e do marido.

No discurso da imprensa operária, a participação das mulheres nas greves e manifestações sindicais foi apresentada pelo olhar masculino, de tal forma que, na maioria das vezes, corroborou o prisma da Grande Imprensa quando enfatiza a fragilidade, a incapacidade de organização e o despreparo das mulheres para essas ações. Assim, consumando a ideia de que as mulheres deviam participar do movimento operário e sindical, no entanto, como subordinadas.

---

<sup>2</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder**: a trajetória e polêmica em torno das sacarias para o café (São Paulo, 1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 1996.

Os jornais operários, sem dúvida, constroem duas imagens femininas que contrastam frontalmente. Uma mulher submissa que não sabe lutar e, ao mesmo tempo, uma figura combativa que sai às ruas e enfrenta sem reservas as autoridades públicas e policiais<sup>3</sup>.

Se parte da liderança do movimento operário queria que as mulheres se unissem à luta contra as injustiças e via nelas companheiras de resistência, outra parte validava o discurso de que elas deveriam permanecer em casa com os afazeres domésticos. Muitas mulheres populares trabalhavam na cidade como operárias, no comércio, em casas de família e em múltiplas outras atividades, desatacando-se “a presença de mulheres e crianças nos trabalhos fabris da fiação e tecelagem [que] se dá concomitantemente às fundações das primeiras fábricas de fiar e tecer”<sup>4</sup>, de maneira que as mulheres constituíam a maior força de trabalho nesse setor. Pelo censo de 1920, as mulheres e as crianças somavam cerca de 55,2% da força de trabalho no ramo têxtil.

As mulheres foram galgando seu espaço público na sociedade aos poucos e, com a industrialização, além do trabalho doméstico, aquelas pertencentes ao meio operário passaram a trabalhar nas fábricas para compor a renda da família.

Foi a industrialização que colocou a questão do trabalho das mulheres. A manufatura, a fábrica, eram uma mudança perturbadora, mais uma concorrente aguda para elas do que para seus companheiros. Como conciliar o trabalho doméstico, sua tarefa mais importante, com as longas horas na fábrica? <sup>5</sup>

Os estudos historiográficos sobre o movimento operário foram inspirados numa perspectiva marxista, concentrando suas análises principalmente nas relações de classe e econômicas, acreditando que a desigualdade entre mulheres e homens seria solucionada com o fim do capitalismo. No entanto, essa interpretação desconsidera o patriarcado como um sistema de dominação autônomo e estrutural.

---

<sup>3</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 101.

<sup>4</sup> RIBEIRO, Maria Alice R. **Condições de trabalho nas indústrias têxteis paulistas (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1988, p. 147.

<sup>5</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 133.

No esforço para dar voz e visibilidade à presença e às ações femininas na história das lutas operárias, buscou-se rever essas perspectivas, incorporando novas fontes e relendo outras já utilizadas. A imprensa voltada para o público feminino tratava de assuntos que se referiam ao universo privado, algumas poucas publicações inseriram pautas sobre a emancipação da mulher, como o direito ao sufrágio e a educação feminina.

Os jornais operários foram fundamentais para a articulação da luta e da resistência, também as femininas. Os periódicos operários buscavam expor os principais objetivos e reivindicações do operariado, bem como se assumiam com porta-vozes das suas reivindicações, além propagandear os ideais da classe. Na jornada para trazer mais adeptos à causa operária, alguns jornais se destacaram, como o jornal anticlerical *A Lanterna*, editado por Benjamim Motta e Edgard Leuenroth, criado em 1901 e, com algumas interrupções, conseguiu sobreviver até 1916 (está disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional). O Semanário *A Plebe*, de cunho anarquista e anticlerical, foi editado por Edgard Leuenroth e fundado em junho de 1917, atuou ativamente articulando a greve de 1917, tendo operado até outubro do mesmo ano, ressurgindo em 1919, diante das novas agitações operárias na cidade (disponível no arquivo Edgar Leuenroth, na Unicamp e no CEDEM Unesp). Já o periódico *A Terra Livre* foi lançado em 1905 e circulou até 1910, tinha tiragem quinzenal e promovia uma análise crítica da situação do trabalhador ao explanar a opinião da militância operária. O jornal *Anima e Vita*, editado a partir de 1906 pela imigrante italiana Ernestina Lesina, divulgava os ideais da emancipação da classe operária e feminina por uma perspectiva socialista.

Diversas pesquisas se dedicaram ao estudo da classe operária na Primeira República. Boris Fausto<sup>6</sup> apontava que as lutas ocorreram de forma espontânea; já outros historiadores, como Cláudio Batalha<sup>7</sup>, defendem que a principal causa das greves foi a fome e a carestia. No entanto, pesquisas mais recentes, como as de

---

<sup>6</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

<sup>7</sup> BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Toledo<sup>8</sup>, Lopreato<sup>9</sup>, Biondi<sup>10</sup> e Mendes, argumentam que as lutas foram resultado de um processo planejado e organizado, num movimento do “se fazer”.

Esta dissertação tem como base a análise das experiências e trajetórias das mulheres militantes da causa operária, tendo como foco principal a imprensa. Através de uma perspectiva indiciária, buscou-se por escritos femininos e sobre as mulheres, visando evidenciar sua participação e contribuição nas lutas operárias, desvendando narrativas que revelem a participação e a trajetória das mulheres no movimento operário nas primeiras décadas do século XX. Assim, a análise aqui presente estabelece relações entre a História do movimento operário e a História das mulheres, sob a perspectiva de Gênero. O estudo considera o cenário da jovem República, caracterizado por um projeto político de construir uma nação no sentido da “ordem e progresso”.

Nesse contexto, observa-se que o movimento operário foi influenciado por correntes políticas como o anarquismo, que buscava, por meio da ação direta, organizar o operariado. Desse modo, os periódicos operários serviam como um fórum para discussões teóricas, anúncios e avisos de ordem prática.

Também no Brasil, os anarquistas fundaram os periódicos com o objetivo de os utilizar como meio de difusão de seu ideal político, assim como para encorajar, através de suas publicações, a luta do proletariado. Às grandes distâncias de nosso país, somavam-se as dificuldades de encontrar uma língua comum, compreensível aos imigrantes vindos da Europa, assim como aos brasileiros, população humilde e não necessariamente letrada. Se evocamos a crônica falta de recursos que caracterizava o setor operário, se somamos as hostilidades, ou mesmo as perseguições sofridas pelos redatores e administradores, o fato de uma publicação poder existir revelava quase um milagre<sup>11</sup>.

Noticiavam as manifestações operárias no mundo todo, divulgavam panfletos e/ou livros que propunham a emancipação do operariado e das mulheres, contudo,

---

<sup>8</sup> TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, mai./ago. 2017.

<sup>9</sup> LOPREATO, Christina S. Roquete. **O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000.

<sup>10</sup> BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

<sup>11</sup> GROSMANN, H. A imagem da mulher na imprensa de esquerda no Brasil, 1889-1922: uma exposição sumária. **Cadernos AEL**, [S. I.], v. 5, n. 8/9, 2010.

nem sempre corroboravam a pauta do trabalho feminino fora do lar. Incorporando o discurso que questionava o trabalho feminino e infantil nas fábricas, construíram imagens da mulher como “rainha do lar”, mãe e esposa dedicada a cuidar do lar e dos filhos, reproduzindo os

ideais higienistas, que influenciaram as políticas públicas e o imaginário social sobre o papel da mulher como uma propagadora de valores no lar, encarregada de cuidar da educação dos filhos. A imprensa feminina priorizava assuntos de ordem doméstica, mas, paulatinamente, passou a pregar a favor da emancipação feminina.

Nos jornais operários, muitas vezes as mulheres não assinavam seu nome, utilizavam cognomes, abreviações e combinações de seus sobrenomes. Isabel Cerruti, militante anarquista, foi uma delas, mas também contribuiu nominalmente nos jornais. Trazendo suas ideias e opiniões, criticava as ações do Estado, dos patrões e da polícia, denunciava os operários que furavam a greve e propagandeava os ideais libertários, também tecia críticas à posição da Igreja diante da situação do operariado.

Apesar de todos os mecanismos para disciplinar a classe operária, essa se organizou e insurgiu várias vezes contra as injustiças a que era submetida, e as mulheres operárias usaram diversas táticas para resistir às opressões cotidianas.

Nesse sentido, inicialmente, este mestrado busca empreender uma reflexão sobre as transformações na cidade de São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XX. Nesse período, conhecido como “Belle Époque Paulistana”, o crescimento urbano e industrial foi impulsionado pelo capital do café, a cidade se tornou marco da modernização, embora a vida das classes populares fosse caracterizada por adversidades. Com a abolição da escravatura, a elite paulista elaborou um projeto imigrantista visando a solução para a mão de obra, privilegiando o imigrante, especialmente o italiano, em detrimento do ex-escravizado.

O cotidiano dos/as operários/as era marcado pela precariedade, com moradias insalubres em cortiços e bairros periféricos. A resposta do patronato foi a construção das vilas operárias, que, embora oferecessem melhores condições, funcionavam como um sistema de controle social e não abrigavam a todos os/as operários/as. Nessas vilas, o paternalismo industrial ditava as regras de conduta e a

vida dos trabalhadores, que protestavam contra as más condições de trabalho e os baixos salários por meio da imprensa operária.

Na sequência, o enfoque privilegia a organização das lutas operárias em São Paulo na Primeira República, destacando as ideologias matrizes, o socialismo e o anarquismo, e focalizando a atuação das mulheres como agentes históricos. As principais correntes defendiam a união da classe para lutar por direitos por meio de partidos políticos, e a imprensa operária teve um papel crucial na divulgação dessas ideias. A participação das mulheres é um ponto central da análise, elas compunham a maioria da força de trabalho em indústrias como a têxtil e participavam ativamente da militância. As reflexões procuram diferenciar as correntes feministas, como o feminismo que reivindicava o direito ao voto e a educação das mulheres e o feminismo socialista/libertário, que via a emancipação feminina como parte inseparável da luta de classes. Para essas ativistas, a verdadeira liberdade só seria alcançada com a superação do capitalismo e das estruturas patriarcais.

Ao final, a análise se centra no campo da luta através das greves, sobretudo a Greve Geral de 1917, destacando a participação das mulheres em um evento que paralisou a cidade e marcou a história do movimento operário brasileiro. A classe operária enfrentava condições de trabalho desumanas, salários baixíssimos e a carestia. A greve teve início com as tecelãs do Cotonifício Crespi, a mobilização se expandiu, apoiada pela imprensa operária e por líderes anarquistas e sindicalistas. A atuação das mulheres, sua presença e resistência foram fundamentais para o sucesso da greve e para as conquistas do movimento, contrariando a visão de que a luta operária seria desorganizada e as mulheres estariam alheias ao movimento.

## **1 – AS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A CLASSE OPERÁRIA**

Neste capítulo a proposta é apresentar São Paulo como um cenário das lutas operárias, buscando mostrar as transformações na cidade e como afetaram o cotidiano do proletariado, evidenciando os processos de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, como também as modificações urbanas, os processos de industrialização, o crescimento urbano e seus impactos na vida dos trabalhadores, sobretudo o trabalhador fabril.

### **1.1 A Belle Époque paulistana e a Pauliceia dos despossuídos**

A capital paulista passou por diversas transformações desde o final do século XIX e início do século XX, de pequena cidade sem expressão econômica a um núcleo econômico e industrial. Com a expansão da produção cafeeira, os fazendeiros buscavam modernizar o processo de escoamento do café, investindo o capital excedente na instalação de vias ferroviárias, sistema portuário, bancário, comercial e industrial.

A *Belle Époque* Paulistana, marcada por um intenso processo de urbanização e modernização da cidade, foi um período imortalizado em diversas obras de escritores/as e memorialistas que buscaram reconstituir as experiências urbanas em transformação. Contudo, o cotidiano era vivenciado de formas distintas pelos seus moradores, as classes populares e, sobretudo, o operariado, que estava em processo de formação, mantinham-se numa luta constante por direitos mínimos para a sobrevivência.

A formação do operariado paulistano se contextualiza no pós-abolição da escravatura, a partir do deslocamento de trabalhadores nacionais. Foi também constituído através da implementação de um projeto imigrantista, voltado para fornecer trabalhadores para a produção cafeeira, caracterizado por fluxos em massa, familiares, contínuos e subsidiados pelo governo. Muitos imigrantes,

subsidiados ou não, deslocaram-se para a capital paulistana em busca de possibilidades em diferentes setores, inclusive o industrial, em ascensão<sup>12</sup>.

Esta pesquisa discute as transformações ocorridas na capital paulista e nas cidades dos interiores num contexto de formação do operariado, considerando o processo de transição do trabalho escravizado para o livre no complexo cafeeiro. Desde o início do Império que as pressões para o término do tráfico negreiro se faziam presentes, em 1831 entrou em vigor uma lei que o proibia, contudo, esse acordo foi ignorado e, embora ilegal, o tráfico continuaria acontecendo. Em 1850, foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, que estabelecia penas mais severas a quem o praticava. Essa lei impactou o valor da mão de obra escravizada para os fazendeiros, repercutindo diretamente na economia cafeeira em expansão<sup>13</sup>.

Com a campanha abolicionista e a promulgação da “Lei do Ventre Livre”, que tornava livre toda criança nascida de mulher escravizada a partir daquela data, gradativamente, a população de escravizados diminuía:

A diminuição da população escrava nos núcleos urbanos devia-se a vários setores. A alta dos preços de escravos e a demanda nas zonas rurais levaram muitos proprietários de escravos que viviam nas cidades, a venderem seus escravos para as zonas rurais. [...] Mas qualquer que tenham sido as razões, o fato é que, com a diminuição da população escrava nos núcleos urbanos, aumentavam as oportunidades para os trabalhadores livres<sup>14</sup>.

Após a promulgação da Lei do Ventre Livre, a entrada de imigrantes cresceu exponencialmente. Entre 1886 e 1887, mais de 100 mil imigrantes, em sua maioria italianos e portugueses, chegaram à província de São Paulo. Entre 1888 e 1900, São Paulo receberia 800 mil imigrantes. Depois que o Estado passou a custear a

---

<sup>12</sup> TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil**. Vol. 15 - No Brasil República – 1927-1937. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943. COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008. CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Unicamp, IE, 2007. SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1973. HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. **História geral da civilização brasileira**. 7 vols. São Paulo: Difel, 1968-1972. BEIGUELMAN, Paula. **A formação do complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

<sup>13</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 63.

passagem dos imigrantes, o cenário se tornou ainda mais promissor para os cafeicultores.

Por certo, com a aprovação da “Lei dos Sexagenários”, a discussão sobre a abolição ganhou mais fôlego no cenário político e recebeu apoio nas camadas populares. Em 1888, com muitos enfrentamentos e discussões, a Lei Áurea foi finalmente promulgada e todo o processo foi controlado pelos fazendeiros, que puderam fazer a transição do trabalho escravizado para o livre.

Os esforços a fim de promover a entrada de imigrantes para substituir os escravos que haviam sido iniciados já na primeira metade do século XIX intensificaram-se nos últimos anos, facilitando essa transição. De fato, nos últimos onze anos do século XIX, cerca de três quartos de 1 milhão de estrangeiros chegaram a São Paulo. Embora muitos voltassem para seus países de origem, desapontados com as condições de trabalho, outros mudaram-se para as cidades assim que puderam, muitos permaneceram nas fazendas onde trabalhavam lado a lado com os libertos. A abundância de trabalhadores permitiu aos fazendeiros manterem baixos salários<sup>15</sup>.

Num processo de expansão da cafeicultura, os proprietários precisavam de mais braços, vislumbrando o fim do trabalho escravizado. A elite paulista elaborou então um projeto de imigração (em massa, contínua, familiar e subsidiada) que visava constituir uma sociedade mais moderna, civilizada, pautada pelo progresso, além de solucionar o problema da mão de obra, possibilitando embranquecer a população brasileira.

Esse privilegiamento do trabalhador imigrante levou ao ocultamento de trabalhadores nacionais, massa composta por ex-escravizados, indígenas, mestiços/as, caboclos/as e caipiras, quase sempre ignorados/as pelas estatísticas, outras fontes e pouco observados pela historiografia.

Os comentários feitos nos levantamentos estatísticos e nos relatos de viajantes e memorialistas a respeito da composição populacional da cidade e seu crescimento, são pistas neste sentido e possibilitam acompanhar as implicações dessa nuvem que cobria e ainda cobre a presença dos nacionais despossuídos no período. Em outras

---

<sup>15</sup> COSTA, Emilia Viotti da. **Abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 136.

palavras, o “predomínio populacional” da parcela considerada estrangeira não significou a simples diminuição ou desaparecimento da parcela nacional, bem como o fim de sua participação na formação do povo paulistano<sup>16</sup>.

O trabalho imigrante era tido como vantajoso, enquanto o trabalhador nacional era visto como pouco qualificado. Mesmo nas documentações oficiais, como anuários e relatórios populacionais, a narrativa era de que o imigrante seria a melhor opção, considerado mais laborioso, honesto e disciplinado, ao passo que o trabalhador nacional era percebido como indolente e relacionado a diversas mazelas, como criminalidade, doenças contagiosas, alcoolismo e outros maus hábitos e costumes. Portanto, quando são analisados os dados sobre a nacionalidade dos empregados dos diferentes setores, observa-se a presença hegemônica dos imigrantes<sup>17</sup>.

As relações de trabalho se alteravam, a modernização do processo de cultivo cafeeiro possibilitou o aumento da produtividade e melhorias na qualidade do produto. Tornava-se mais vantajoso para o fazendeiro contratar o trabalhador livre sob o sistema de colonato, pois o custo seria mais baixo do que comprar e manter o escravizado, isso considerando as despesas com vestimentas, alimentação e outros cuidados, além de que o fim da escravidão estava fadado. Ademais, dada a expansão econômica em virtude do complexo cafeeiro, os fazendeiros puderam diversificar seus investimentos e passaram a empregar seus lucros em bancos, estradas de ferro, fábricas de tecido, imóveis ou companhias de seguro, pouco a pouco o investimento capital em escravizados deixou de ser atrativo.

Nos momentos em que o preço do café estava em baixa, os cafeicultores diminuían os ganhos dos trabalhadores. Muitas foram as denúncias ao governo italiano a respeito do tratamento dado a esses imigrantes. As queixas eram sobre o regime de colonato, as precárias condições de trabalho, os baixos ganhos, a adulteração das contas feitas nos armazéns da fazenda – esses trabalhadores acusavam os proprietários de alterar os valores devidos para que a conta ficasse

---

<sup>16</sup> SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza – 1890-1915. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2003, p. 38.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 47.

mais alta – ou mesmo os elevados preços dos alimentos e itens de necessidade<sup>18</sup>. Diante das várias denúncias, o governo italiano tomou medidas para impedir a imigração subsidiada, contudo, ela não foi interrompida.

Como mencionado anteriormente, o estado de São Paulo recebeu uma grande parcela dos imigrantes que chegavam de várias partes da Europa, sobretudo de países como Itália, Portugal e Espanha. No período de 1887 a 1930, os italianos formaram o grupo mais numeroso, representando 35,5% do total, em seguida os portugueses (29%) e os espanhóis (14,6%). Nesse período, o governo subsidiava a passagem e disponibilizava alojamento para os recém-chegados, na Hospedaria dos Imigrantes, principal abrigo para estrangeiros ou migrantes. Esta pesquisa observará sobretudo a imigração italiana, visto que a organização dos operários e das operárias nas lutas por direitos mínimos para a sobrevivência dispôs principalmente da influência dos imigrantes italianos e seus descendentes.

Os estudos sobre a imigração italiana no país acabaram por generalizá-los como uma massa, sem levar em conta as particularidades nem as características de cada região da Itália da qual vieram. Aqui, acabaram ocupando variadas atividades na cidade: havia os pequenos proprietários que se dedicavam à cafeicultura, os trabalhadores da indústria e alguns ligados ao setor terciário – comerciantes, costureiras ou alfaiates, marmoristas, sapateiros, entre outras atividades.

Os imigrantes que compunham a massa operária na cidade de São Paulo eram sobretudo italianos.

Se analisarmos a emigração como a última tentativa de escapar da proletarização iminente no país de origem, veremos que os imigrantes italianos, quando aqui chegavam, ainda traziam dentro de si o sonho de adquirir uma pequena propriedade ou abrir um pequeno negócio e, somente quando nada disso acontecia, é que eram obrigados a se renderem à proletarização na cidade. A maioria dos italianos estabelecidos na cidade sofreram esse processo. Em 1912, por exemplo, calculava-se, para a indústria têxtil, a mais importante da época, que 60% do setor era composto de peninsulares e, em 1913, estimava-se que quatro quintos dos

---

<sup>18</sup> Sobre as razões pelas quais os imigrantes italianos vieram para o Brasil, sobretudo para São Paulo, em um movimento em massa, assim como sua trajetória na capital paulista, consultar: ALVIN, Zuleika M. Forcioni. **Brava Gente! Os italianos em São Paulo (1870 -1920)**. São Paulo: Brasiliense, 1986. TRUZZI, Oswaldo M. Serra. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1850)**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

ocupados na construção civil também pertenciam à mesma nacionalidade<sup>19</sup>.

A presença imigrante foi notória em todo o processo de transformação que a cidade experienciava, desde o aspecto urbano, com a criação de um complexo industrial, até a importação dos costumes europeus pelas elites, em meio à circularidade de ideias positivistas e liberais, aspirando à modernização da sociedade.

Tendo em vista a complexidade e as particularidades da industrialização em São Paulo, este estudo busca analisar como a industrialização modificou o espaço urbano, as relações de trabalho e a vida de operários e operárias. O primeiro salto da expansão cafeeira de São Paulo se deu entre 1876 e 1883, quando a produção do café dobrou num sistema integrado a relações capitalistas<sup>20</sup>. Isso ocorria periodicamente, de forma que os fazendeiros investiam em outros setores, favorecendo o crescimento de um setor industrial em São Paulo, atraindo trabalhadores do campo e dos interiores para a capital.

As indústrias paulistanas surgiram por volta da década de 1880, os anos que seguiram foram marcados por várias mudanças econômicas devido à expansão do plantio de café. Os preços das importações, as alterações tarifárias e a elevação dos direitos sobre matérias-primas e mercadorias já produzidas no país proporcionaram um aumento da lucratividade industrial, aliados a políticas protecionistas. O mercado consumidor se expandia, e os empresários investiam mais na produção, diversificando o processo de industrialização.

Nesse período, a política do Encilhamento foi responsável por desencadear a crise da desvalorização da moeda. Ainda assim, houve um crescimento da capacidade industrial e, como consequência, o preço do café ficou superior em relação à desvalorização cambial. O custo de vida era alto e os ganhos dos colonos, baixos, acarretando um cenário de maior lucratividade industrial, atraindo investidores. Apesar dos obstáculos iniciais, entre 1913 e 1914 o desenvolvimento voltou a acelerar, possibilitando altos lucros no andamento da Guerra. O setor têxtil

---

<sup>19</sup> ALVIM, Zuleika M. Forcioni. O Brasil italiano. In: FAUSTO, Bóris. **Fazer América**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 404.

<sup>20</sup> CANO, Wilson. **Raízes da industrialização no Brasil**. 5. ed. Campinas: Unicamp, IE, 2007, p. 44.

foi um dos mais promissores entre os anos de 1907 e 1919, a produção algodoeira teve um aumento de 325%, mas outros setores também cresceram.

Desde o final do século XIX, a cidade de São Paulo passava por várias transformações, como a construção de avenidas, o calçamento das ruas, iluminação pública a gás, a construção de novos bairros, chafarizes e outros serviços públicos. A cidade se expandia, em 1890 São Paulo tinha uma população de 64.934 habitantes, que saltou para 579.033 habitantes em 1920, um crescimento de 141%<sup>21</sup>.

As intervenções urbanas, ocorridas principalmente na região central, tinham como objetivo embelezar e higienizar as áreas por onde a elite paulistana circulava com maior frequência. O intuito era tanto solucionar problemas sanitários como também desodorizar o espaço, afastando os indesejáveis, de forma que antigos e novos moradores constituíram seus territórios na cidade. Além disso, essas transformações impulsionaram as atividades comerciais e a oferta de outros serviços e estabelecimentos, como cafés e confeitarias, atividades culturais, como teatros e a Pinacoteca, intelectuais, como livrarias e bibliotecas, a criação de espaços que indicavam uma renovação no ensino, como a Escola Normal<sup>22</sup>, como também o estabelecimento da zona do meretrício.

A linha ferroviária que ligava Santos a Jundiaí foi considerada um marco significativo da chegada dos novos tempos, a conexão da zona portuária com os interiores intensificou o fluxo de informações e ideias, advindas sobretudo da Europa. Contudo, em 1910, encontram-se referências a vendedores de água em tonéis, já que a maioria das casas não possuía uma fonte direta de água, as pessoas precisavam comprar ou ir até os chafarizes para o abastecimento. Havia muitos problemas de fornecimento, e a água vendida era cara e ruim. Quando faltava, as lavadeiras precisavam ir até as encostas do rio Tamandateí para trabalhar.

---

<sup>21</sup> FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social**: 1890-1920. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 136.

<sup>22</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Plano de avenidas, modernidade e culturas urbanas: São Paulo de Prestes Maia entre representações e práticas. *In*: PATRIOTA, Rosangela; RAMOS, Alcides F. (orgs.). **Modernismos, os sentidos da comemoração**: memória, cultura, historiografia. São Paulo: Hucitec, 2024.

A várzea do Carmo (hoje parque D. Pedro II) era alagadiça no tempo das chuvas. Na seca, entre o Gasômetro e o Carmo, dois braços do Tamandateí formavam uma ilha. Um desses é o leito atual e outro corria paralelo a 25 de março, até juntar-se ao primeiro, ali pela altura do mercado. Da Rua Glicério e de toda a encosta da colina central da cidade, desciam lavadeiras de tamancos, trazendo trouxas e tábuas de bater roupa<sup>23</sup>.

No lugar dos transportes de tração animal, os bondes elétricos e os primeiros automóveis passaram a fazer parte do cenário paulistano. O ritmo da cidade se acelerou, o cidadão começou a vivenciar a cidade por uma nova perspectiva, marcada pelo uso das novas tecnologias.

Ainda na década de 1910 ocorreram outras transformações na cidade, copiando o estilo europeu, principalmente nas localidades frequentadas pela elite cafeeira. Assim, foi construído o Teatro Municipal, alargaram-se as ruas do centro, abriram-se parques e praças. O cidadão transitava entre o moderno e o arcaico “[...] numa cidade arlequina”<sup>24</sup>.

Contudo, os despossuídos viviam um cotidiano caracterizado por adversidades. Além das dificuldades devido aos baixos salários, precisavam enfrentar condições de moradia precárias. Os trabalhadores tinham diversas ocupações como autônomos: pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitas, motoristas, carroceiros e condutores de veículos de tração animal, jornaleiros, lavadeiras, amas de leite e, claro, havia os trabalhadores assalariados, de fábricas de pequeno e grande porte.

Os trabalhadores urbanos ocupavam áreas empobrecidas da cidade, onde não havia calçamento nas ruas ou saneamento básico, às margens das ferrovias, regiões de várzea que em épocas de chuvas ficavam inundadas pelas águas do Tamandateí ou do Tietê. Algumas fábricas também ficavam nessas localidades, devido ao menor preço dos terrenos. Nesses territórios foram instalados os bairros populares e operários, como Brás, Barra Funda, Ipiranga, Pari e Móoca, compondo uma paisagem de chaminés, cortiços e vilas, no setor mais despossuído, onde residiriam os trabalhadores/as.

---

<sup>23</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público ao privado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, 1995, p. 97-115.

<sup>24</sup> Poema “Rua São Bento”, do livro “Pauliceia Desvairada”, de Mario de Andrade, que, entre outros acontecimentos, retrata as transformações ocorridas na capital paulista.

Os bairros residenciais das elites recebiam maior atenção, buscava-se seu embelezamento e estruturação como um centro administrativo, financeiro e comercial, enquanto aos demais

[...] impunha-se a segregação de usos que não cabiam nesse figurino – como fábricas, vilas operárias, loteamentos e moradias populares – em áreas menos valorizadas, ocupadas ao léu da iniciativa particular. Enquanto a cidade “oficial” recebia crescentes cuidados, a São Paulo trabalhadora e industrial emergia como realidade à parte, paisagem de chaminés e cortiços vista com desconfiança a partir da colina central.

Sob a égide do sanitarismo, expulsaram-se usos e moradores “indesejáveis” para a requalificação do centro urbano<sup>25</sup>.

Em locais sem infraestrutura ficavam as moradias operárias, com dimensões reduzidas, também os cortiços. Era nos cortiços que, de acordo com o poder público, surgiam e se disseminavam as epidemias que de tempos em tempos atingiam a cidade. Em 1893, em razão dessas epidemias, foi organizada uma comissão de exame e inspeção de habitações operárias e cortiços. Em visita a um cortiço no bairro da Santa Ifigênia, foi registrado o seguinte quadro:

[...] a habitação, não já da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas dificuldade de viver numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele [...]<sup>26</sup>

Antes e após a criação da comissão, houve recomendações de médicos sanitaristas para que o poder público tomasse medidas em relação aos cortiços, instituindo normas para a construção e regras para sua ocupação. De acordo com o discurso médico e das elites, as classes populares passaram a ser vistas como perigosas, fator de contágio, ofereciam problemas para a organização do trabalho e

---

<sup>25</sup> CAMPOS, Candido Malta. Trezentos anos em trinta: a remodelação de São Paulo sob a Primeira República. In: CAMPOS, Candido M.; GAMA, Lúcia Helena; SACHETTA, Vladimir (orgs.). **São Paulo, Metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais**. São Paulo: Editora Senac, 2004, p. 73.

<sup>26</sup> *Apud*: DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991, p. 43.

a manutenção da ordem pública. O cortiço era caracterizado como “uma chaga no coração da cidade”, uma morada minúscula e sem ventilação, assim,

[...] habitavam os cortiços [...] imigrantes recém-chegados, recém ingressantes no trabalho fabril, negros e mulatos que ocupam o famoso ‘setor degradado’ da produção (carregadores, mercadores, domésticos), em cujo limite se encontram prostitutas, criminosos e vadios<sup>27</sup>.

Para o poder público, o cortiço era o disseminador das epidemias que surgiam na cidade. A solução para o problema seria uma moradia higiênica, as vilas operárias, que legitimavam o discurso positivista e higienista. Seriam moradias unifamiliares, de forma que atividades e espaços antes coletivos, como cozinha e banheiro, nesse novo modelo passaram a ser individualizados. As vilas eram construídas pelos poderes públicos ou próximo às fábricas pelos industriais. O patronato construía as vilas, pois tinha incentivos fiscais do governo.

A Lei Municipal nº 468, de 14-12-1900, isentava de impostos as casas operárias, permitia o abaixamento do pé direito mínimo e o emprego de materiais de segunda, exigindo, porém, a previsão de três compartimentos com área mínima de dez metros cada uma deles<sup>28</sup>.

As casas deveriam ser construídas no perímetro urbano para serem consideradas “habitações operárias”. As moradias construídas com base nas determinações dessa lei ficavam isentas de impostos municipais, assim como as empresas que as construía. Era uma solução de um problema de ordem pública, mas que foi, de certa maneira, resolvido pela iniciativa privada. Alguns empresários construía habitações operárias, obtendo a vantagem da isenção de impostos e da obtenção de lucros aos vendê-las; também construía lavanderias, banhos públicos e mercados. Os vereadores da cidade aprovaram a medida, uma vez que vários terrenos pertencentes ao município estavam sendo ocupados sem autorização prévia.

---

<sup>27</sup> ROLNIK, Raquel. **Cada um no seu lugar**. São Paulo, início da industrialização: geografia do poder. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

<sup>28</sup> CARONE, E. **Movimento operário no Brasil** (1877-1944). São Paulo: Difel, 1979, p. 45.

Os/As operários/as que moravam mais distante das fábricas poderiam recorrer aos bondes, mas enfrentavam o custo elevado das passagens, e muitos trabalhadores precisavam caminhar por horas para conseguir chegar ao local de trabalho. Nos primeiros anos do século XX, tornou-se comum a insatisfação com a empresa que administrava as linhas de bonde da cidade.

[...] desde 1901, surgem reclamações contra os preços cobrados pela Light que, segundo moradores da Penha e Belenzinho, eram mais altos que os pagos à antiga concessionária, a Companhia Viação Paulista. Assim enquanto estava cobrava 200 réis por uma passagem para a Penha, a Light cobrava 600 réis<sup>29</sup>.

Algumas fábricas ficavam no perímetro urbano, nessas localidades foram construídas vilas para abrigar os mestres e contramestres, com a finalidade de mantê-los por perto. As demais foram instaladas pelas periferias da cidade, como Mooca, Ipiranga e Penha, em terrenos próximos à linha ferroviária, para facilitar a chegada do operário à fábrica. A vila operária Maria Zélia foi construída pelo industrial Jorge Street,

[...] empregava 2.500 funcionários e possuía quase 600 casas destinadas aos trabalhadores, creche, jardim de infância, dois grupos escolares [...] escolas profissionais, farmácia, médico, dentista, açougue, armazém, igreja, jardins, coreto, restaurante e etc.<sup>30</sup>.

Fundada em 1916, a Vila Maria Zélia, símbolo dessa política, fica localizada próximo ao bairro do Belenzinho. O discurso higienista colocava-a como exemplo a ser seguido pelos demais industriais, entretanto, esses equipamentos eram utilizados para o controle da classe operária. Os operários/as não precisavam sair da vila, pois ela os abrigava da contaminação moral das ruas e dos bares. Estabelecia-se uma relação paternalista com o empregador, era o sonho patronal de moldar a classe trabalhadora de acordo com seus objetivos. Algumas vilas ofereciam serviço de creche e ensino aos/às filhos/as dos/das operários/as, o

<sup>29</sup> STIEL, Waldemar Correa. História dos transportes coletivos em São Paulo. São Paulo: McGraw-Hill-EDUSP, 1978. *Apud*: BLAY, Eva Alternan. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

<sup>30</sup> CARONE, E. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 52.

esquema acompanhava o programa da Secretaria de Educação, contudo, o ensino religioso era obrigatório para as meninas, assim como o comparecimento à missa.

O controle exercido ultrapassava os muros das fábricas, os bairros operários eram objetos de vigilância constante. O patronato utilizou diversas estratégias para controlar e domesticar os/as trabalhadores/as dentro e fora das fábricas, impondo práticas e regulando hábitos e forma de vida. Às mulheres incumbia a tarefa de vigilante do lar, incorporando o discurso higienista; cabia à mulher instituir hábitos morais na família, que devia se moldar ao ideário médico-higienista.

Os trabalhadores, através da imprensa operária, denunciavam a obrigação de alugar as casas destinadas a eles, pois era uma prerrogativa do contrato de trabalho, o aluguel era descontado em folha de pagamento. Em 1906 o periódico *A Terra Livre* denunciava:

“Votorantin, mil e uma maneiras de explorar”

[...] Desde este dia cessará o trem que conduz os operários de Sorocaba a Votorantim e vice-versa. Os operários serão obrigados a morar nas casas da Companhia proprietária da fábrica ou perder o lugar [...]<sup>31</sup>

O trabalhador residente na vila operária era induzido a gastar seu salário nos estabelecimentos da fábrica:

[...] a própria limitação das lojas e das alternativas de comércio impede que se desenvolvam hábitos prazerosos de consumo, uma dança do desejo em torno das coisas, incentivando o operário a levar uma vida sóbria, regrada, de economia e poupança<sup>32</sup>.

As normas de conduta ultrapassavam os muros das fábricas: regras como não beber depois de determinado horário, proibição de frequentar reuniões, batuques, festas e até mesmo determinações sobre a limpeza das casas. Em outubro de 1907, *A Terra Livre* revelava:

---

<sup>31</sup> A TERRA LIVRE. São Paulo, ano II, 11 nov. 1906.

<sup>32</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

As casas devem ser lavadas cada 8 dias e cuidadas umas plantas que cada um tem na frente sob pena de multa. Os operários que são encontrados conversando particularmente com uma moça, ou são despedidos, ou obrigados a casar<sup>33</sup>.

A imprensa anarquista denunciava as condições de habitação dos operários. Em 1907 o jornal *La Battaglia* publicou um artigo intitulado “O problema da habitação”, numa espécie de chamamento para protestar contra os altos preços dos aluguéis. Em 1911, houve uma “Liga dos inquilinos”, a imprensa operária apontava os elevados valores dos aluguéis e as dificuldades do trabalhador para conseguir pagar, chegando até a sublocar sua casa.

As ações disciplinares dirigidas à classe trabalhadora estavam ligadas ao temor do patronato de possíveis revoltas e greves. Mais uma vez citando Jorge Street, proprietário da Fábrica Maria Zélia, ao saber dos descontentamentos dos seus operários, questionou se algo faltava aos trabalhadores e suas famílias. Buscando uma alternativa para controlar as agitações, estabelecia uma relação misto de paternalismo e exploração<sup>34</sup>.

## 1.2 A fábrica: trabalho e gênero

O operariado fabril foi constituído em grande parte por imigrantes, visto que os nacionais eram submetidos a trabalhos considerados ainda mais subalternizados, realizados em condições aviltantes. Alguns imigrantes, depois de cumprir seus contratos nas fazendas, deslocavam-se para trabalhar nas cidades em busca de outras oportunidades.

O imigrante atuaria em diferentes atividades, nas lacunas “não ocupadas” pelos trabalhadores nacionais, utilizando o conhecimento prévio em funções que já desenvolviam em sua terra natal, ou encontrando brechas nas novas demandas advindas do crescimento urbano e industrial. Eram incontáveis as pequenas oficinas

---

<sup>33</sup> A TERRA LIVRE. São Paulo, ano II, 5 jul. 1907.

<sup>34</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder**: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 1996. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol.1 - A árvore da liberdade. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

que funcionavam nos fundos de armazéns ou estalagens, o imigrante estava presente em quase todos os ofícios existentes na cidade, causando alguns embates com os trabalhadores nacionais.

Dessa forma o imigrante, como um todo, se apresentava, *com respeito* ao nacional, como um açambarcador das novas oportunidades econômicas, mais ou menos vantajosas, que dispensassem capital inicial – além de penetrar nos setores tradicionais.

A população nacional passou a demonstrar seu ressentimento contra o imigrante, que não só tornava mais agudos os problemas urbanos, com sua mobilidade acelerada para as cidades, como frustrava com a utilização intensiva dos canais de ascensão socioeconômica<sup>35</sup> (grifo nosso).

Essa situação gerou uma hostilidade entre trabalhadores nacionais e imigrantes, chegando a se manifestar em conflitos nas ruas. Os imigrantes se colocavam como elementos civilizadores e se queixavam que os brasileiros se conformavam com as péssimas condições de trabalho, situando os trabalhadores nacionais em uma posição subordinada em relação ao labor e às ações políticas, incorporando consciente ou inconsciente os preceitos das elites. Os jornais operários, dirigidos e escritos majoritariamente por imigrantes, teceram críticas à xenofobia e à perseguição que sofriam, como também opinavam sobre a legislação que expulsava estrangeiros, que em parte era fruto das ações de repressão ao movimento operário.

A presença dos imigrantes era visível em todos os postos de trabalho, assim como nas indústrias e em serviços públicos, como limpeza, transporte e construção. As mulheres e as crianças estiveram presentes em diferentes ramos industriais, com destaque para a indústria têxtil. Em 1912 o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho apresentou dados sobre esse departamento:

Dos 10.204 operários recenseados, em 23 das fabricas (nem todas deram as informações requeridas) 2648 são do sexo masculino e 6801 do feminino. Dentre as 6801 operárias, 1706 são maiores de 22

---

<sup>35</sup> BEIGUELMAN, Paula. **A formação do complexo cafeeiro**: aspectos políticos. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 157.

anos, 2966 têm de 16 a 22 anos, 1885 têm de 12 a 16 anos e 244 têm idade inferior a 12 anos [...]»<sup>36</sup>

Desse modo, mulheres representavam a maioria na indústria têxtil. Em 1920, de acordo com o censo demográfico, as operárias continuavam presentes em maior número.

[...] assim que pelo censo do referido ano vamos encontrar entre 96.000 operárias existentes na Capital do Estado de São Paulo, 39.000 que trabalhavam nesses ramos da indústria. As mulheres superavam os homens na proporção de 2 para 1, sem contar que do total do proletariado, sempre para o mesmo ano, constituíam 37%<sup>37</sup>.

No período pré-industrial, a mulher exercia sua atividade produtiva dentro do próprio lar e no campo. Com o advento da industrialização e as condições de vida urbana, a necessidade de colaborar para o sustento da família levou-a se inserir em atividades fabris e/ou atuar como costureira, bordadeira, criada doméstica e em atividades no campo, entre outras ocupações.

As mulheres tinham um árduo cotidiano, incluindo o cuidado dos filhos, da casa e do marido, bem como seu trabalho fora do lar. Dessa forma, foi concebida a ideia de que as mulheres deveriam trabalhar em certos períodos da sua trajetória de vida, abandonando o trabalho quando se casassem ou então quando tivessem filhos. E, se houvesse necessidade, retornariam ao trabalho quando os filhos tivessem maior autonomia. Partia-se do pressuposto de que todas as mulheres viviam as mesmas experiências, o que evidenciava ainda mais as diferenças entre mulheres e homens.

O homem era apresentado como o trabalhador ideal, essa representação suprimia as especificidades de mulheres e homens, assim como as particularidades do trabalhador masculino no que se refere ao mercado e à trajetória de trabalho. As diferenças entre mulheres e homens no mercado de trabalho se explicitavam nas variações econômicas e no aspecto da oferta e procura. Portanto, a divisão sexual

---

<sup>36</sup> *Apud*: ALVIN, Zuleika. Participação política da mulher no início da industrialização em São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 61-84, 1983.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 65.

do trabalho existiu com base nos discursos construídos, seus usos sociais, políticos e econômicos.

As mulheres trabalhavam em diversos ramos, eram em sua maioria jovens solteiras, dedicavam-se ao labor no campo, em comércios, ofícios ou em suas próprias casas. No ramo têxtil, que empregava expressiva força feminina, as jovens solteiras também eram maioria. Os trabalhos com agulha eram uma alternativa comum na cidade para que a mulher pudesse conciliar os afazeres do lar e uma atividade produtiva rentável. No que concerne à indústria da juta, utilizada na confecção de sacos para o armazenamento do café, o trabalho domiciliar era tão importante quanto o desenvolvido dentro das fábricas.

O trabalho de costura da sacaria era tradicionalmente realizado no domicílio das costureiras desde o século XIX, quando as telas ainda eram importadas pelo comissariado nas principais cidades portuárias, prática que se manteve mesmo após a implantação da indústria de fiação e tecelagem de juta. Há registros de que a costura à mão ainda persistiu pelo menos até 1924, sendo, a partir de então, gradativamente substituída pela costura à máquina<sup>38</sup>.

As oficinas de costura funcionavam dentro das próprias moradias ou em outros estabelecimentos da cidade. A remuneração era baixa, pagava-se por peça e produção. Quando a atividade era realizada no domicílio, permitia à mulher combinar as funções domésticas com o trabalho remunerado. Além do mais, em vários cargos era preferível o labor feminino, como no caso de secretárias, telefonistas ou vendedoras, com a condição de serem jovens e solteiras e, claro, o baixo custo em relação aos salários pagos.

A dita divisão sexual do trabalho encontrava-se atrelada a fatores econômicos e definia os salários, calculados com base na ideia de que o homem deveria ser provedor e sustentar toda a família, já o salário da mulher era apenas para suprir suas necessidades. Logo, a figura feminina dependeria do marido ou, no caso das mulheres solteiras, da família. No imaginário social, o trabalho feminino na fábrica representava a violação da harmonia do lar, a ruptura com a ordem moral.

---

<sup>38</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder**: a trajetória e polêmica em torno das indústrias das sacarias para o café (São Paulo, 1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 1996, p. 90.

Na imprensa operária a representação do feminino era por vezes dúbia, em alguns escritos a mulher surgia como uma figura combativa, já em outros era descrita como débil e indefesa e, claro, precisaria da ajuda do homem para guiá-la. Destacava-se ainda a noção de que o trabalho feminino remunerado fora de casa representava o desaparecimento do antigo lar:

[...] O maquinismo e a furiosa concorrência que domina nossa sociedade capitalista *eliminam o trabalho do homem*, onde não é indispensável uma grande força muscular, para substituir pelo trabalho da mulher ou mesmo das crianças, mais barato para a mesma quantidade de objectos fabricados.

Um escritor francês, Dagan, mostrou num trabalho muito documentado sobre o trabalho das mulheres e sua situação, quaes podem ser os fartos lucros dos patrões, explorando o trabalho das mulheres ... e *desorganizando famílias*<sup>39</sup>.

Muitos militantes anarquistas ou socialistas acabavam corporificando as ideias vigentes de moral, pelas quais o lar, e o papel da mulher dentro dele, fosse exaltado no discurso das elites ou no operário, não era visível ou valoroso. De modo que

O seu trabalho doméstico não era tido em conta em discussões sobre a reprodução da geração seguinte e o seu trabalho remunerado era descrito sempre como insuficiente, mesmo para a sua própria subsistência<sup>40</sup>.

Havia também vozes dissonantes, mulheres e homens que tinham ideias mais progressistas e defendiam a igualdade salarial, a divisão das atividades domésticas, o direito ao voto e ao livre amor. Maria Angelina Soares, militante anarquista, publicou em 1917 um artigo no periódico *A Plebe* no qual questionava a subordinação da mulher em relação ao homem:

O remédio a empregar é elevar a mulher na escala social; emancipá-la da escravidão aqui tem sido condenada. Não sei o que pensaram

<sup>39</sup> A TERRA LIVRE. São Paulo, 15 abr. 1907, p. 4 (grifo nosso).

<sup>40</sup> SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4 - O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 457.

as minhas companheiras sobre isto. Por mim digo que não acredito que um sexo seja superior ao outro, e nem me importo muito com isso, mas estou convencidíssima que ambos os sexos foram colocados no mundo de forma a terem que compartilhar a existência em comum, que ambos têm o mesmo direito a felicidade. O respeito, o respeito entre nós, apesar das diferenças de sexos, é o que é preciso<sup>41</sup>.

A desvalorização do trabalho feminino em relação ao masculino não confinou as mulheres no lar, quando necessário elas saíram de casa para complementar a renda da família ou para se sustentar.

Logo, a força de trabalho era caracterizada de acordo com o gênero. Os anúncios de emprego continham as características pessoais que os empregadores estavam buscando, descrevendo o gênero, idade e etnia. Associando determinadas funções ao gênero feminino, criou-se uma categoria distinta. Os empregadores procuravam cada vez mais diminuir os custos e aumentar lucros, dessa maneira, aumentavam o ritmo da produção e reduziam salários. Nos ramos em que era possível, incorporavam novas tecnologias ou técnicas para “suavizar” o trabalho e, assim, contratar mais mulheres, uma vez que os salários pagos a elas eram menores.

Uma das características do desenvolvimento industrial em São Paulo foi que, diferentemente do ocorrido na Inglaterra, não houve a fase manufatureira e a transição da mão de obra masculina para a feminina, com o aperfeiçoamento do maquinário e a ampliação da resistência do operariado. A divisão sexual do trabalho já estava estabelecida dentro de uma concepção patriarcal, e o trabalho feminino se fazia notório desde os primórdios.

Dessa maneira, de acordo com o censo de 1920, enquanto o salário feminino na indústria têxtil era de 3\$738, no mesmo setor, o homem recebia 5\$329<sup>42</sup>. De maneira que, na classe trabalhadora, a hegemonia dos homens sobre as mulheres se fazia presente nos lares e nas fábricas. Em março de 1906, o jornal *La Battaglia* noticiava:

---

<sup>41</sup> SOARES, Maria Angelina. O que é preciso. **A Plebe**, São Paulo, 15 jul. 1917, p. 3.

<sup>42</sup> *Apud*: PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 123.

As fábricas de tecidos são verdadeiras prisões onde de preferência se empregam mulheres e crianças, as quais por um salário irrisório, em média 2 mil réis por dia, trabalham 12 a 14 hora<sup>43</sup>.

A força de trabalho feminina foi segregada de determinados espaços, uma vez que as mulheres eram reputadas mão de obra barata e menos produtiva, como também só poderiam trabalhar em determinados momentos da vida, tendo de se ausentar do trabalho quando se casassem e tivessem filhos. Além disso, para os empregadores, só poderiam exercer determinadas funções dentro do processo produtivo industrial.

Nos sindicatos, a luta era pela regulamentação do trabalho feminino e proteção da mulher, visto que o patriarcado extrapolou a vida familiar e passou a abarcar também a vida política, mantendo-se presente no imaginário da classe operária. A maioria das reformas sobre o trabalho feminino advinha da ideia de que a mulher não deveria trabalhar, presente mesmo em discursos feministas do período que pleiteavam a igualdade salarial e emancipação feminina. Dessa maneira, algumas mulheres participaram de atividades políticas, como manifestações, greves e organizações sindicais, chegando a constituir organizações femininas, como a Associação de Costureiras de Sacos, fundada em 1906 por Ernestina Lesina, ou o Centro Feminino Jovens Idealistas, formado em 1913, pelas irmãs Soares, Maria Angelina, Maria Antônia, Matilde e Pilar Soares, grupo com influência anarquista.

Em busca de direitos e da emancipação feminina, mulheres que pertenciam às elites ou que obtiveram acesso ao conhecimento e ao letramento passaram a ocupar lugar na vida pública, como escritoras, educadoras ou jornalistas. Contudo, as mulheres das classes populares sempre estiveram em espaços públicos, seja na jornada por sua sobrevivência ou na luta por direitos básicos, como alimentação, moradia e saúde.

Com o avanço da industrialização e a composição de um novo cotidiano, as mulheres, muitas imigrantes, sobretudo italianas, passaram a ocupar um lugar nas atividades fabris, conciliando suas funções no mundo fabril com o papel de mãe, esposa e dona de casa. Assim como acontecia em sua vida privada, no trabalho a mulher também ocupava um lugar de subordinação:

---

<sup>43</sup> LA BATTAGLIA. São Paulo, n. 70, 4 mar. 1906.

[...] o trabalho constitui para a mulher, um campo de subordinação: consistentemente elas ocupam os postos mais baixos na hierarquia ocupacional que os homens, têm menores chances de mobilidade, recebem salários sistematicamente menores, apresentam uma taxa mais alta de instabilidade de emprego, exprimem politicamente sua condição de trabalhadora de forma menos agressiva e suas determinações de classe são mais sutis<sup>44</sup>.

A massa imigrante compunha a maioria dos trabalhadores fabris, e ainda, de acordo com o censo de 1920, a cada dez mulheres empregadas na indústria têxtil, uma era italiana. Para que se possa analisar a trajetória feminina dentro do movimento operário, torna-se necessário observar a conjuntura que a envolve, além de examinar quem eram essas mulheres, suas práticas políticas, concepções e evidenciar suas manifestações políticas.

A subordinação da mulher na esfera do trabalho foi justificada como uma consequência de sua mentalidade voltada para a família e “anticapitalista”. Nesse sentido,

A mulher levaria para o domínio do trabalho coletivo as determinações sociais de seu sexo; tais determinações, em última análise, seriam aqueles incidentes sobre o seu papel na família, sua expressividade, seu afeto, sua capacidade de integrar; paralelamente, sua falta de qualificação, sua irracionalidade, sua pouca instrumentalidade<sup>45</sup>.

Acreditava-se que a sujeição da mulher seria superada com a sua incorporação no trabalho social produtivo e que ela não poderia se limitar ao espaço privado doméstico. Entretanto, conceituou-se que, quando a mulher fizesse parte do processo produtivo, a organização familiar da classe operária mudaria, criando assim uma condição de igualdade. De qualquer maneira, não se deu importância ao trabalho doméstico como fator para a acumulação capitalista<sup>46</sup>.

A respeito das mulheres operárias no início da República brasileira, ainda que alguns boletins permitam rastrear as condições de trabalho em São Paulo, as

---

<sup>44</sup> PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 34.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>46</sup> ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

atividades informais, como de costureiras, lavadeiras e agricultoras, possuem raros vestígios, dificultando uma análise mais profunda de toda a força de trabalho feminina empregada, sem considerar o trabalho doméstico invisibilizado.

O país ainda sentia os efeitos da crise econômica decorrente da política do Encilhamento, adotada no início do período republicano, que impactou toda a sociedade. Cabe salientar as consequências de tais ações políticas no cotidiano do operariado fabril, principalmente no que se refere ao custo de vida. A crise ocorreu em razão da política que permitia aos bancos a emissão de papel-moeda, acarretando inflação, grande desvalorização da moeda, especulação financeira, aumento dos aluguéis e dos gêneros alimentícios, visto que

[...] o aumento contínuo do custo de vida era inerente ao sistema e constituía, complementarmente, uma forma de poupança e capitalização por parte daqueles que se podiam ressarcir sobre ontem (um consumidor) – enquanto o preço da força de trabalho (salário) via-se premido sempre para baixo. No tempo de demora entre um reajuste, já tardio, após clamorosas reivindicações ante uma situação intolerável, o capitalista obtinha um lucro suplementar, numa conjuntura global que o induzia, inclusive, a investir em equipamentos mais modernos e poupadores de mão-de-obra, isto é, geradores de novos efeitos depressivos sobre o mercado de trabalho<sup>47</sup>.

Além da carestia, a classe operária precisava lidar com outras questões que precarizavam ainda mais sua condição: os salários eram muito baixos e não condiziam com as necessidades básicas de qualquer pessoa; as condições de trabalho nas fábricas eram péssimas; as jornadas de trabalho se alongavam por 15 e até mesmo 17 horas diárias – e mesmo as crianças cumpriam jornadas intensas para sua idade. Em 1907, o jornal socialista *Avanti* noticiava uma greve que ocorreu na fábrica de tecidos Penteado e apontava as questões colocadas em pauta pelos/as tecelões/ãs:

Por isso não se compreende ou se compreende bem demais a obstinação dos proprietários desse setor de fábricas em tratar seus operários de maneira indecente, inumana. Sem perigo de ser

---

<sup>47</sup> BEIGUELMAN, Paula. **A formação do complexo cafeeiro**: aspectos políticos. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 218.

desmentido, pode-se afirmar que os trabalhadores das fábricas de tecidos são os párias do proletariado paulista. Em toda a indústria o horário usual não passa de dez horas e os tecelões, em vez disso, devem trabalhar doze horas ou mais. O salário usual dos operários de qualquer ofício vai de 4 a 6, ou mais mil-réis por dia, enquanto os tecelões, com um trabalho penoso e insalubre, muito raramente chegam a ganhar 80 a 90 mil-réis por mês. E além disso os pobres são esmagados numa disciplina rigorosa, escravagista, intolerável para qualquer um que sinta um pouco a dignidade humana<sup>48</sup>.

Os jornais operários denunciavam as rigorosas condições a que os trabalhadores se submetiam, quando era notório que a indústria de tecidos crescia a passos largos e lucrava cada vez mais. Da mesma maneira, a luta pela jornada de oito horas foi contínua durante todo o período da Primeira República. Em 1907 houve uma greve com essa reivindicação que, além de São Paulo, também atingiu Santos, Ribeirão Preto e Campinas. O movimento conseguiu abranger diversas categorias, mas foi reprimido pela polícia. Porém, os proprietários e industriais não cumpriram com os acordos firmados, e em 1912 verificou-se a deflagração de uma nova greve em função do não cumprimento do pacto estabelecido. Além do mais,

De modo geral, o operariado fabril e urbano não tinha direito ao descanso semanal remunerado, às férias ou à licença remunerada para tratamento de saúde, aposentadoria etc. Como vemos, a legislação social ou trabalhista era inexistente. Algumas leis sociais começaram a ser elaboradas e aplicadas pontualmente na década de 1920.<sup>49</sup>

Na maioria das fábricas havia regulamento interno que previa punições para diversas atitudes consideradas desvios de conduta do operário, com multas, castigos morais e até mesmo físicos. Os horários e as tarefas exercidas eram supervisionados severamente. O trabalho infantil era comum, as crianças cumpriam extensas jornadas e, quando cometiam algum pequeno “erro”, eram punidas com surras e castigos. Assim,

---

<sup>48</sup> *Apud*: HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981, p. 47.

<sup>49</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991, p. 14.

Brincadeiras, conversas, vaias, ausências ao serviço, demora no banheiro eram consideradas faltas passíveis de punição, além da participação em greves, filiação aos sindicatos, erros no serviço, desobediência a quaisquer ordens [...] não devemos nos espantar, portanto, de que as fábricas tenham sido frequentemente comparadas a cárceres e prisões<sup>50</sup>.

Qualquer atitude do/a operário/a tida como desviante era castigada, a questão operária era tratada pelo patronato com controle e repressão. A vigilância era tamanha que, em determinado momento, foi criada a “lista dos indesejáveis”, documento confeccionado pelo Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem em que constavam os nomes dos/as operários/as que haviam sido expulsos das fábricas. O “CIFT” fazia os nomes circularem entre as indústrias, a fim de garantir que esses/as operários/as não conseguissem emprego, já que poderiam causar desordem no ambiente de trabalho. Os considerados indesejáveis eram operários e operárias que haviam sido acusados/as de falta grave na fábrica, ou se envolvido em atividades políticas, como uma greve, ou mesmo participado de organizações com fins trabalhistas. O sistema da lista logo foi se aperfeiçoando, e em dado momento passou a conter os nomes de todos os operários que trabalhavam para fábricas que pertencessem à organização dos industriais. Dessa maneira, configurava-se um sistema rígido de controle de toda a classe operária fabril.

Em cidades do interior a situação era ainda mais grave, pois as fichas eram preenchidas pela polícia, e aos poucos esse órgão repressor foi controlando cada vez mais o operariado, chegando a prender trabalhadores/as que aderiram aos movimentos de greve. A polícia, portanto, estava a serviço dos industriais.

Certamente, muitos outros mecanismos coercitivos atuam no sentido de determinar a produção dos comportamentos disciplinados e produtivos exigidos pelo capital: variação dos salários, intimidação pessoal, remuneração extremamente baixa, “listas negras”, identificação policial nos livretes – segundo exemplos dos industriais franceses –, pelos quais os empresários e a polícia possuem informações minuciosas sobre a vida pessoal e profissional do trabalhador, demissões nos setores em que a mecanização

---

<sup>50</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991, p. 15.

crescente desqualifica a atividade profissional, como nas indústrias têxteis, de alimentação, de vestuário, de fósforos etc.<sup>51</sup>.

Em 1927, por meio de uma circular, o CIFT informou que, a partir daquele momento, a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) passaria a fornecer aos seus ilustres sócios uma ficha completa dos indesejáveis cujos nomes e delitos lhe fossem comunicados. O documento continua informando que cada associado receberia uma cópia da lista com os nomes completos, possível filiação e estado civil desses indivíduos<sup>52</sup>. Esses mecanismos de disciplinarização fizeram com que os/as próprios/as operários/as introjetassem o controle e a disciplina e passassem a vigiar uns aos outros.

Além da postura paternalista adotada pelos industriais, também vista como um mecanismo de controle, ainda existia

[...] o fato de terem introduzido em suas fábricas serviços assistenciais, tais como creches, escolas maternas, campos esportivos e outros tipos de “diversão” para os operários. Com a mesma preocupação de estender o seu controle sobre a vida do operário criavam as primeiras vilas operárias, como a famosa, Vila Zélia<sup>53</sup>.

O patronato buscava exercer controle sobre toda a vida do operariado, de forma que, além da vigilância dentro das fábricas, ainda ocorria o controle sobre os hábitos e costumes nas mais diversas ações diárias.

As instalações fabris eram precárias, em sua maioria eram prédios pequenos para a quantidade de operários, a luz era inadequada, havia muita poeira, barulho das máquinas, banheiros em péssimas condições de higiene e ar poluído. Além disso, a iluminação na fábrica era insuficiente, durante o trabalho noturno essa deficiência se fazia sentir ainda mais. Outrossim, a água fornecida aos trabalhadores era de procedência duvidosa, alguns médicos chegaram a relatar que havia sujeira

---

<sup>51</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 43.

<sup>52</sup> HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil**: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado, 1889 – 1930. Vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 229.

<sup>53</sup> COSTA, Emília Viotti da. A nova face do movimento operário na primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 2, n. 4, 1982, p. 217-232.

nas caixas-d'água, e por vezes as pessoas dividiam a mesma caneca, proliferando doenças. A segurança do/a trabalhador/a não era algo que preocupava o patronato, uma vez que o índice de acidentes no ramo têxtil era alto.

Na seção de tinturaria, por sua vez, o/a operário/a aspirava todas as misturas de produtos químicos enquanto mexia o tecido dentro do recipiente, os gases e corantes inalados iam envenenando aos poucos. O ambiente úmido causava predisposição a doenças, além de cansaço em excesso. O Departamento Nacional do Trabalho indicava pausas durante o período de trabalho, revezamento entre os setores, lavagem das vestes de trabalho e assepsia, instruções que não eram cumpridas por parte dos industriais. O operariado denunciava através da imprensa e, em momentos de greve, reivindicava melhorias no ambiente em que os trabalhadores passavam a maior parte de seus dias, como a criação de vestiários, mais ventiladores, sanitários e iluminação adequada.

Quando era preciso recorrer a assistência médica, os proprietários das fábricas faziam a cobrança no salário dos trabalhadores. A imprensa operária condenava a cobrança, pois os patrões não eram responsabilizados pelo ambiente insalubre que disponibilizavam aos/às seus/suas empregados/as.

A fábrica, portanto, era um ambiente danoso para o/a trabalhador/a e frequentemente era associada a uma prisão pelos/as operários/as através da imprensa. Em contrapartida, o patronato exercia controle dentro e fora das fábricas buscando formar um novo proletariado, seguindo os moldes vigentes.

Na fábrica, a mobilização de um amplo arsenal de conhecimentos e de técnicas coercitivas visa transformar sua estrutura psíquica e inculcar hábitos regulares de trabalho, desde as origens da industrialização. O que, por sua vez, provoca a eclosão de violentas manifestações de resistência à nova disciplina industrial<sup>54</sup>.

A regulamentação do trabalho de menores ocorreu em 1891, e nesse mesmo ano instituiu-se um inspetor para visitar as fábricas regularmente. O/A operário/a menor de idade deveria ter mais de 12 anos, a não ser na indústria têxtil, na qual a criança poderia ser empregada a partir dos 8 anos, na qualidade de aprendiz. Era

---

<sup>54</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 33.

proibido o trabalho de menores aos finais de semana e à noite, como também qualquer função que exigisse muito esforço ou periculosidade. As legislações do período divergiam quanto ao trabalho noturno de mulheres e crianças. Esse grupo somava o maior percentual de trabalhadores do setor, sobretudo os menores na faixa etária de 12 a 16 anos do gênero feminino.

Em 1917, o Código Sanitário foi reformado e passou a vetar a admissão de menores de 12 anos de idade, bem como introduziu alguns dispositivos de defesa ao trabalho feminino, como a proibição do trabalho noturno, no último mês de gravidez e no primeiro do puerpério. No entanto, havia poucas medidas para regular o trabalho feminino e o infantil. Além disso, não havia fiscalização adequada, inclusive alguns industriais impediam os inspetores sanitários de entrar em suas fábricas. Até que, por fim, através de articulações políticas, os industriais conseguiram que as medidas fossem revogadas.

O operário adulto recebia um salário maior em relação às mulheres e às crianças, mesmo tendo praticamente as mesmas atribuições e horas de trabalho dentro do setor ou da fábrica. Havia a ideia que seria mais fácil controlar as mulheres e as crianças, em virtude da cultura patriarcal e da noção de que a mulher deveria se subordinar ao homem, e a menina aos irmãos. Acreditava-se que essa condição levava esses indivíduos a uma sujeição diante do regime fabril. E, ainda como agravante, para enfraquecer os laços entre operários e operárias enquanto classe, e avistando um lucro maior, era comum os industriais substituírem os operários por mulheres e crianças em ocasiões de greve.

De volta à fábrica, os homens adultos exerciam tarefas mais diversificadas do que as mulheres e crianças na indústria, eram poucas as atividades em que os homens não estavam presentes. A função de contramestre, que consistia em controlar e vigiar a produção, estava quase sempre nas mãos de homens, assim como as funções que exigiam maior esforço físico e requeriam certa especialização ou conhecimento técnico, uma vez que, para a mulher, era muito difícil conseguir um espaço em sua jornada dupla para obter conhecimento técnico ou especialização.

Um pouco mais à frente, em 1929, um secretário da Internacional Comunista, em missão na América Latina, relatou em uma de suas cartas à sua esposa: “Os

*coolies*<sup>55</sup> brasileiros, os trabalhadores da estiva, homens de trabalho pesado eram todos de cor, enquanto que os comissários, os contramestres, aqueles que manejam a pena dos funcionários, as mulheres bem vestidas, etc., são todos brancos”<sup>56</sup>. Esse relato evidencia a presença de homens negros no cotidiano da cidade e diverge da historiografia acerca da classe trabalhadora, que acabou privilegiando a presença imigrante e europeia, em vez das experiências dos trabalhadores nacionais.

Ainda sobre os papéis desempenhados e contribuições ao movimento operário, as mulheres e os menores atuavam nas atividades que não requeriam qualificação, uma vez que sua presença não era tolerada nos espaços de especialização e qualificação técnica, acabavam então desempenhando funções que demandassem mais agilidade manual e atenção. Os cargos de mestre e contramestre regularmente eram ocupados por homens, que nessa função deveriam fazer rondas, treinar novos trabalhadores e atender pedidos dos/as operários/as. Tinham ainda a responsabilidade de impor um regime de ordem e disciplina dentro da fábrica e até fora da atividade produtiva. Caso um/a operário/a participasse de greves ou associações, poderia ser delatado/a ou perseguido/a. Os jornais operários denunciavam corriqueiramente brutalidades contra os menores, bem como abusos praticados contra as mulheres operárias.

No universo fabril existiam diversas funções e salários, geralmente os/as operários/as recebiam por produção. Os industriais usavam de subterfúgios para driblar os trabalhadores e pagar o menor salário pelo serviço prestado. A política de salários através de tabelas era também uma forma de controle exercido pelo patronato, dessa forma, o salário nunca vinha completo, sempre havia descontos, como multas, assistência médica e até contribuição para países envolvidos na Grande Guerra. As adversidades enfrentadas pelos/as operários/as exigiam respostas organizadas enquanto classe, logo, passaram a estruturar greves e manifestações a respeito das suas condições de vida e trabalho.

É possível observar organizações grevistas desde os primórdios da indústria têxtil. Em fevereiro de 1901, 600 operárias da fábrica de tecidos Sant’Anna (cujo

---

<sup>55</sup> Termo utilizado para se referir aos trabalhadores braçais oriundos da China e da Índia, durante o século XIX e início do século XX. Atualmente o termo é considerado pejorativo e racista para as pessoas de ascendência asiática.

<sup>56</sup> *Apud*: COSTA, Emília Viotti da. A nova face do movimento operário na primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 217-232, 1982, p. 225.

proprietário era o Sr. Penteado) entraram em greve, pois a fábrica mudou a forma de remuneração, que passou a ser por tarefa, resultando em um salário menor. As negociações para o fim da greve ocorriam e, nesse meio-tempo,

[...] as operárias continuavam a reunir-se todas as manhãs nas imediações da fábrica, por vezes até as 11 horas, para evitar o recrutamento de substitutos. Em contrapartida o subdelegado do Brás envia uma força da brigada ao local, o que contribui para acirrar os ânimos, gerando diversos incidentes.

Como a greve não arrefecesse, Alcides Bertolotti, diretor do *Avanti*, é procurado pelo proprietário da *Tribuna Italiana*, a pedido do Sr. Penteado, que agora já se dispunha a parlamentar com uma representação operária. Bertolotti é designado oficialmente pelos operários para proceder às negociações, das quais resulta a vitória, que é comunicada aos grevistas em ampla reunião da qual participam, como oradores, o mesmo Bertolotti e Alceste de Ambrys<sup>57</sup>.

O patronato pressionava para pagar o menor salário possível aos/às operários/as. Muitas greves e manifestações foram deflagradas em razão disso, algumas com sucesso, outras não, mas sempre os/as trabalhadores/as estavam sujeitos/as a repressão policial. A imprensa operária denunciava a todo momento as arbitrariedades, injustiças e revezes que trabalhadoras e trabalhadores enfrentavam em seu cotidiano. Habitualmente a imprensa do período e, mais à frente, a historiografia especializada na classe operária, ambas permeadas por uma cultura patriarcal, tiveram dificuldades em rastrear a trajetória feminina dentro das lutas operárias. Como foi observado anteriormente, no caso dessa greve mencionada, foi um movimento de mulheres, organizado por mulheres, e a imprensa operária, como veremos adiante, retratou-as quase sempre como débeis e indefesas<sup>58</sup>.

Historicamente, sempre houve papéis sociais que mulheres e homens deveriam desempenhar, de maneira que, com o processo de industrialização e modernização da sociedade, outros elementos foram incorporados aos papéis femininos. O novo modelo de organização do trabalho imprimiu um novo papel para a mulher na sociedade. Observando através da perspectiva de gênero, que está estreitamente ligada à divisão sexual do trabalho, possivelmente a divisão sexual

---

<sup>57</sup> BEIGUELMAN, Paula. **Os Companheiros de São Paulo**: ontem e hoje. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 29.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 29.

das funções tenha surgido no âmbito da família<sup>59</sup>, sendo feita entre o homem e a mulher na procriação dos filhos.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)<sup>60</sup>.

Nesse sentido, a divisão social do trabalho se organiza com base em dois princípios: o de separação, de forma que existam trabalhos destinados para homens e trabalhos para mulheres; e hierárquico, segundo o qual o trabalho do homem seria mais valoroso que o da mulher. Na conjuntura de fins do século XIX e início do XX, o operariado buscava a regulamentação do trabalho, além da jornada de oito horas, melhores salários, fim do trabalho infantil, do trabalho noturno feminino e o direito a licença-maternidade sem perder o posto de trabalho.

No esboço de legislação protetora do trabalho, que previa a regulamentação do trabalho dos menores nas fábricas, ficou instituído (embora nem sempre fosse respeitado) que crianças com menos de 12 anos não poderiam ser admitidas, a não ser nas fábricas de tecidos, desde que na categoria de aprendizes. O Código Penal criou dispositivos para controlar as greves, que eram reprimidas pela polícia, entretanto, não impediu que houvesse manifestações paredistas em decorrência do alto custo de vida<sup>61</sup>.

As greves de 1917 e 1921 contribuíram para que houvesse um peso maior nas discussões a respeito de direitos trabalhistas. Em 1919 entrou em vigor a primeira lei a respeito dos acidentes no ambiente de trabalho; em 1923 criou-se o Conselho Nacional do Trabalho; no mesmo ano foi criada a Caixa de

---

<sup>59</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 167.

<sup>60</sup> HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007, p. 5.

<sup>61</sup> BEIGUELMAN, Paula. **Os companheiros de São Paulo**: ontem e hoje. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Aposentadorias e Pensões para ferroviários, depois para os portuários; em 1925, a Lei de Férias. Essas leis foram aprovadas no intuito de domesticar o trabalhador e diminuir a agitação operária.

Muito se reivindicou para que as crianças e as mulheres não trabalhassem à noite, e para que os menores trabalhassem as mesmas horas do homem adulto – eram jornadas de 12 horas para crianças que haviam sido contratadas como aprendizes. Durante todo o período da República Velha, a luta pelas oito horas de trabalho existiu, sendo tal jornada conquistada após a greve de 1917, embora algumas fábricas não a tenham adotado. No entanto, esse direito foi retirado dos trabalhadores após a greve de 1920.

### 1.3 O feminino entre o público e o privado

A subordinação das mulheres ocorre ancestralmente, o corpo feminino sempre esteve sob jugo e transações. Em fins do século XIX, alguns/algumas pensadores/as questionavam por que a escravidão havia terminado em diversas partes do mundo, mas a posição das mulheres não, elas continuavam subjugadas e vistas como inferiores<sup>62</sup>.

Para alguns, a posição de sujeição das mulheres ainda faz parte de uma ordem natural das coisas.

Em primeiro lugar, a adoção desse sistema atual, que subordina inteiramente o sexo mais forte, baseia-se apenas na teoria, pois nunca houve julgamento de outra experiência; portanto, não se pode fingir que a experiência, no sentido em que é vulgarmente contrária à teoria, tenha pronunciado qualquer veredicto. Em segundo lugar, a adoção desse sistema de desigualdade nunca foi resultado de deliberação, ponderação, ideias sociais ou qualquer noção do que conduziu ao benefício da humanidade ou à boa ordem da sociedade. Emergiu simplesmente do fato de que, desde o crepúsculo mais antigo da sociedade humana, toda mulher (devido ao valor atribuído a ela pelos homens, advindo de sua inferioridade de força muscular) foi encontrada em estado de sujeição a algum homem<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> O autor aqui se utiliza do termo escravidão de uma maneira geral, não discute sobre a não aquisição dos direitos de cidadania. MILL, John Stuart; TAYLOR, Harriet. **A sujeição das mulheres**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 22.

Pensadoras/es procuravam compreender como a sociedade aceitava como algo “natural” o fato de as mulheres estarem sujeitas aos homens em razão de sua inferioridade muscular<sup>64</sup>. Também se debruçavam sobre as questões da família e da submissão feminina. Engels questionava se, com a sua inclusão no processo produtivo, a mulher conseguiria se emancipar. Entretanto, como resultado, a mulher trabalhava para o marido e a família, ao passo que o homem trabalhava para troca e aquisição de propriedade<sup>65</sup>.

Com a emergência dos estudos sobre a história das mulheres, destaca-se que a escrita da história deve ser feita em interrelação com a dos homens, bem como que os/as historiadores/as precisam questionar as razões pelas quais as mulheres foram invisibilizadas. A História das mulheres contribui para ampliar o protagonismo feminino, apesar das dificuldades de obter registros, fontes ou vestígios de suas ações, posto que fazia parte da dita ordem natural, e que os saberes femininos eram considerados sem importância para serem registrados e por isso foram muitas vezes relegados, ao longo da História.

Elas são descritas, representadas, desde o princípio dos tempos, nas grutas da pré-história, onde a descoberta de novo vestígios das mulheres é uma constante, e chegando à atualidade nas revistas e nas peças publicitárias contemporâneas. Os muros e as paredes da cidade estão saturados de imagens de mulheres. Mas o que se diz sobre sua vida e seus desejos?<sup>66</sup>

Nesse sentido, cabe salientar os silêncios nos documentos oficiais, na imprensa e na historiografia. Os primeiros estudos historiográficos sobre o movimento operário privilegiaram a presença e liderança masculina, mesmo tendências mais contemporâneas costumam expressar uma visão homogênea da classe trabalhadora, ocultando em parte as especificidades da experiência, do cotidiano e das ações femininas. Com a abertura da produção historiográfica para a História das mulheres e a perspectiva de gênero, foi possível dar maior visibilidade ao trabalho, às lutas e às resistências femininas.

---

<sup>64</sup> MILL, John Stuart; TAYLOR, Harriet. **A sujeição das mulheres**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021.

<sup>65</sup> ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

<sup>66</sup> SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, p. 24.

Dessa maneira, como já mencionado anteriormente, o censo de 1920 registrava a presença majoritária de mulheres e crianças trabalhando no setor têxtil. Durante a greve de 1917, a indústria de tecidos parou quase que totalmente, e as mulheres, maioria nesse setor, fizeram-se presentes nessas lutas, apesar dos silêncios nos documentos oficiais, na imprensa ou outras fontes a respeito do movimento operário. Também no cotidiano das atividades docentes e nos livros didáticos, pouco se fala sobre a atuação, participação ou contribuição das mulheres, como se elas tivessem uma vida à parte, como se a história só pertencesse aos homens, privilegiando o espaço público e da política e ocultando as experiências das mulheres e do privado.

A expansão da industrialização incluiu o trabalho feminino, que também se fez presente em várias outras atividades urbanas, como no comércio, em fábricas, escritórios, escolas, ofícios e nos domicílios. A circulação feminina pela cidade se ampliou, com a presença mais frequente da mulher em lojas, cafés, praças e passeios. O espaço público, no entanto, foi concebido como político e destinado aos homens; as mulheres, por muito tempo atreladas ao privado, foram silenciadas. Quanto ao mundo do trabalho, a fábrica era um ambiente considerado inadequado ao feminino, entretanto, por razão de sobrevivência, as mulheres populares encontraram no ramo têxtil uma alternativa para conseguir prover a subsistência e cuidar de sua família. Além disso, fizeram-se presentes nas resistências operárias, participando das greves e manifestações.

Os primórdios do período republicano foram marcados por um projeto político que se propunha a transformar o país em uma nação moderna, assentada em ideais positivistas<sup>67</sup>. Esse ideário tinha como premissa a família como célula da organização da sociedade, sob a égide da moral, a mulher exerceria um papel importante para a regeneração da humanidade. O “sexo afetivo”, como se referia Comte, seria o responsável pela educação moral dos homens e instrumento de elevação da humanidade.

---

<sup>67</sup> Auguste Comte (1789-1857) estudou na Escola Politécnica de Paris e foi admitido como professor em 1814, sendo expulso dois anos depois por conduta subversiva. Publicou “Sistema de política positiva” em 1824, primeiro passo para a elaboração de sua filosofia. Outros títulos de sua autoria são “Curso de filosofia positiva” (em seis tomos) e “Catecismo positivista”. Cf.: COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

Cabia à mulher exercer sua influência e seus poderes no âmbito privado; a participação feminina no espaço público deveria ser restrita, mesmo se realizasse atividades remuneradas fora do lar, sendo função do masculino ser provedor da família. A figura feminina exerceria influência na formação dos filhos, através do espírito, possibilitando aperfeiçoamento moral. Para exercer suas funções “naturais” de filha, mãe e esposa, ela deveria se afastar do espaço público, pois poderia causar danos ao seu desenvolvimento moral e, conseqüentemente, do homem e da família.

Tais ideias foram difundidas, o “processo civilizatório” importava costumes europeus para alcançar seu objetivo. Juristas, médicos, educadores e pensadores propalavam noções e políticas públicas que determinavam normas de conduta para a mulher. Entre os diversos segmentos atingidos, cabe analisar por que o operariado, principalmente a parte que se denominava anarquista, corrente que defendia a instituição de uma sociedade livre, sem religião, partidos ou sindicatos, acabou legitimando essa narrativa no imaginário social e discurso dos/as operários/as.

A medicina ganhou destaque e passou a orientar e ordenar as várias áreas da sociedade. Pela perspectiva do higienismo, transitou entre o público, atravessando e modificando os espaços urbanos, e o privado, estabelecendo novas normas de conduta para as famílias, inserindo regras nos procedimentos e cuidados com os corpos feminino e masculino, inculcando novos hábitos para disciplinar e moldar a classe operária aos ideais higienistas. Nesse sentido, o patronato industrial exerceu um controle sobre os/as operários/as utilizando de diferentes estratégias. Para tanto, a mulher tornou-se uma espécie de porta-voz da medicina.

Assim,

Aprisionado numa representação imaginária que o infantilizava, o trabalhador urbano se viu perseguido para além dos muros da fábrica, nos momentos de não trabalho.

[...] Mais do que o discernimento pelo olhar analítico e classificador de médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos, é o desejo de eliminação da diferença, de normalização do Outro, que se coloca como motivação primeira das investidas do poder sobre a classe operária fora das fábricas. Na empresa de construção de um mundo à sua imagem, a domesticação do novo operariado implicou a

imposição do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa<sup>68</sup>.

O discurso médico validou a preocupação com a infância, visto que as crianças seriam o futuro da nação. Caberia à mulher imprimir um novo papel de mãe, esposa, dona de casa abnegada, para executar o projeto moral e higienista idealizado pelas elites, que se incumbiram do controle do cotidiano dos membros da família. Para além da noção de sujeição nos âmbitos público e privado, a mulher deveria receber instruções para exercer sua função doméstica, aprendendo a ser uma boa esposa e mãe<sup>69</sup>.

Ao fazer com que o termo “homem” incluísse “mulher”, atribuindo-lhe a representação de toda a humanidade, os homens criaram, um erro conceitual de grandes proporções em todo o seu pensamento. Tomando a metade pelo todo, não apenas deixaram escapar a essência do que quer que estivessem descrevendo, mas distorcem-na de tal maneira, que não conseguiram vê-la do modo correto. Enquanto os homens acreditarem que suas experiências, seu ponto de vista e suas ideias representam toda a experiência humana e todo o pensamento humano, serão não só incapazes de definir o que é abstrato de modo correto, como também incapazes de descrever a realidade de maneira adequada<sup>70</sup>.

Na fala e na escrita o gênero masculino domina a concordância, como no contexto das lutas operárias: ambos, homens e mulheres, participaram das greves, mas a imprensa sempre falava em “operários” – a menção às “operárias”, quando aparecia, era para caracterizá-las como despreparadas e representá-las de uma maneira como se precisassem de ajuda ou resgate. Já quando os jornais relatavam atos grevistas protagonizados por mulheres, eram retratados como atos espontâneos e desorganizados, de modo que não seria possível uma luta pensada, organizada e exitosa através da força feminina.

O masculino foi tido como universal na construção do pensamento ocidental, enquanto as mulheres foram colocadas como marginais nesse processo. A figura

---

<sup>68</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 86.

<sup>69</sup> LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo Cultrix, 2019, p. 270.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 270.

feminina foi levada a acreditar nessa afirmação, o que causou distorções em sua constituição como sujeito. Ainda que o início da República tenha sido marcado por diversas transformações no cenário urbano, com o crescimento da presença feminina no espaço público, isso não ocorreu sem que a mulher fosse julgada por deixar casa, filho e marido “à própria sorte” e estar em perigo ao se apresentar nas ruas, seja por qualquer razão, na iminência de ser corrompida moralmente.

As mulheres populares não tiveram alternativa a não ser procurar um trabalho que fosse remunerado para que a família conseguisse ter o mínimo para sobrevivência, visto que a política econômica adotada encareceu o custo de vida, tornando necessário incorporar o trabalho feminino para compor a renda, mesmo que isso significasse o “abandono” de seus afazeres tidos como naturais.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido<sup>71</sup>.

As mulheres precisavam cumprir uma árdua jornada de trabalho fora do lar, mas continuaram responsáveis por todos os afazeres domésticos, dessa maneira, exercendo dupla jornada. No contexto republicano, a figura feminina foi identificada como movida por sentimentos, em oposição ao masculino, identificado como racional. Para além do discurso médico-higienista, que usou a imagem feminina como “rainha do lar”, foi encarregada de incorporar as novas normas médicas e inculcar novos hábitos higiênicos na construção da família.

Outra concepção de mulher construída nesse período foi a da “mulher moderna”. Algumas trabalhavam em diferentes ramos, outras se dedicavam a música e literatura e se tornaram professoras, mas sempre responsáveis pelos afazeres do lar. A “nova mulher” cuidava de sua aparência e carreira, tocava instrumentos, falava outros idiomas, saía às ruas para ir a parques, cafés e salões de leitura, era o que propagavam as revistas femininas que circulavam entre as

---

<sup>71</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 91.

mulheres que pertenciam às elites, e que também, entre outras coisas, reivindicavam o direito ao sufrágio e à emancipação feminina. Premissa que similarmente circulava nos meios operários.

A mulher popular também era atravessada pela opressão. Na imprensa operária a narrativa destacava que as mulheres ocupavam postos de trabalho dos homens, apesar de que as mulheres sempre exerceram atividade remunerada fora do lar no campo e nas cidades, inclusive nas indústrias. Nesse sentido, os homens se ressentiam, argumentando que em algumas situações foram “trocados” pela mão de obra feminina, afirmando que as mulheres se sujeitavam a salários mais baixos. À vista disso, a imprensa apontava que as operárias não participavam dos movimentos grevistas e outras manifestações devido à sua incapacidade de compreender e participar da política, e se o faziam devia ser na condição de subalternas. Assim,

O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século XX fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar<sup>72</sup>.

Os jornais operários responsáveis por denunciar a situação da classe trabalhadora construíram duas narrativas sobre as operárias: a de mulheres indefesas que precisavam ser salvas, que não sabiam lutar e necessitavam do auxílio masculino para tal; e outra como uma figura resistente, valente e combativa que saía às ruas sem medo. No discurso da imprensa operária, a participação das mulheres nas greves e manifestações sindicais era quase sempre apresentada pelo olhar masculino, de tal forma que, na maioria das vezes, corroborava o prisma da grande imprensa quando enfatizava a fragilidade, a incapacidade de organização e o despreparo das ações femininas.

Em março de 1901, o jornal *Avanti* noticiava a greve protagonizada por mulheres na fábrica Penteado:

---

<sup>72</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 89.

Mais de 700 mulheres, despreparadas, privadas da mais elementar organização, débeis e indefesas, na suprema reivindicação dos mais elementares direitos, encontraram energia para triunfar contra a prepotência do capitalismo esfaimador, na luta empenhada contra ele<sup>73</sup>.

No imaginário social predominava a concepção de que a figura feminina deveria se comportar no espaço público e se apresentar da mesma maneira que no espaço privado, subordinada aos homens. Quando os jornais operários pleiteavam direitos femininos, faziam sob o ponto de vista da moralidade, visto que não consideravam a fábrica ambiente adequado para mulheres, pois poderia corrompê-las. É possível pensar que os operários se utilizaram dessa narrativa de “donzela em perigo” para que as mulheres voltassem a se ocupar somente dos lares, fazendo com que houvesse uma valorização do trabalho masculino, mas também se valendo da perspectiva da moralidade. Além do mais, o emprego da força feminina no processo produtivo fez com que as profissões em que elas estavam envolvidas tivessem redução de salário.

Considerando que o corpo e a sexualidade feminina eram frequentemente objetificados, cabe alertar que:

As mulheres, não importando quanto tinham sido exploradas e sofrido abusos, conservaram seu poder de ação de escolha na mesma proporção – com frequência limitada – que os homens de seu grupo. Mas as mulheres sempre, e até os dias de hoje, viveram em estado relativamente maior de falta de liberdade do que os homens. Uma vez que sua sexualidade, um aspecto de seu corpo, era controlada por outros, as mulheres não apenas estavam em desvantagem, como também restritas de maneira muito particular em termos psicológicos. Para as mulheres, da mesma forma que para homens de grupos oprimidos e subordinados, a história consistiu de sua luta por emancipação e liberdade devido a necessidade. Porém, as mulheres lutaram contra formas de opressão e dominação diferente da dos homens, e a luta delas, até hoje, encontra-se mais atrasada em relação à dos homens<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> BEIGUELMAN, Paula. **Os companheiros de São Paulo**: ontem e hoje. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 29.

<sup>74</sup> LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019, p. 263.

Com a distinção de que, enquanto os homens tiveram sua força de trabalho explorada, as mulheres, além do trabalho fabril, enfrentavam trajetórias que podiam incluir a exploração sexual.

O patriarcado pode ser compreendido enquanto um dos elementos estruturantes não apenas das relações privadas e da família, mas também das relações de trabalho. Apesar da circularidade de representações femininas como subordinadas ao masculino, diversas mulheres, em nível mundial, contribuíram para as lutas e reivindicações de emancipação, como Alexandra Kollontai, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Emma Goldman. No Brasil republicano destacaram-se figuras como Nísia Floresta, Bertha Lutz, Ernestina Lesina, Isabel Cerruti, as irmãs Soares e Maria Lacerda de Moura, que lutavam pela emancipação das mulheres e das operárias através de sua militância e escrita. Apesar das diferenças, e de reconhecerem que havia uma sujeição feminina nos lares e nas fábricas, muitas militantes se concentraram na pauta do direito à educação e ao voto, e outras priorizaram as causas do trabalho feminino e seu cotidiano.

Mulheres vinculadas ao anarquismo, como Goldman e Lacerda de Moura, ultrapassaram as barreiras de uma sociedade moralista e discutiram pautas tidas como libertárias. Lacerda de Moura apregoou a liberdade feminina, sobretudo o amor livre, a educação do corpo da mulher e a maternidade consciente, contrariando outras concepções. Uma de suas reflexões era sobre como o corpo feminino não pertencia à mulher. A autora escrevia com direcionamento às mulheres, conscientizando-as para que tomassem propriedade do próprio corpo, para que pudessem se emancipar.

De que vale a igualdade de direitos jurídicos e políticos para meia dúzia de privilegiadas, tiradas da própria casta dominante, a si a maioria feminina continua vegetando na miséria da escravidão milenar?

É preciso sonhar mais alto ainda e abranger todo o mundo feminino no mesmo laço de igualdade social, no mesmo beijo de solidariedade humana, no mesmo anseio para a Fraternidade Universal<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> MOURA, Maria Lacerda de. **A Mulher é uma degenerada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 12.

Contudo, nem todas as operárias tiveram a oportunidade de manifestar suas insatisfações através das páginas dos jornais operários. Usualmente, elas se juntavam aos demais trabalhadores em manifestações, nas lutas femininas ou mistas. Essas mulheres se propuseram a refletir sobre seus papéis e suas funções. Insatisfeitas, relegadas e submetidas a uma moral vigente, encontraram maneiras em meio aos seus afazeres cotidianos de se reunir para discutir sua situação, buscar uma educação emancipatória e se articular na luta por seus direitos enquanto operárias.

À vista disso, torna-se necessário entender como as operárias entraram em contato com as diferentes ideologias que circulavam entre os operários e as operárias no início do século XX; como se formavam as redes de sociabilidade; de que maneira se organizavam para debater as adversidades cotidianas relacionadas à sobrevivência, como também o modo de superá-las; e como buscaram inculcar tais ideais no futuro proletariado, a exemplo da educação das crianças pautada pelos ideais de solidariedade e igualdade.

## **2 – A ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS OPERÁRIAS NA CAPITAL PAULISTA**

Esta unidade abordará o protagonismo feminino nas atividades de trabalho, nas reivindicações e lutas operárias, observando as ideias que circulavam e regiam essas ações. Para tanto, cabe questionar a circularidade e propagação das ideias socialistas e anarquistas, como o operariado se apropriou dessas concepções, debateu o tema e atuou, particularmente, através da imprensa operária.

### **2.1 Lutas operárias: propostas e vertentes**

O movimento operário de fins do século XIX e início do XX foi marcado pela disputa de narrativas entre vertentes anarquistas, socialistas e comunistas. A historiografia paulista sobre o tema valoriza a presença dos imigrantes, sobretudo dos italianos. Porém, é necessário apontar que nem todos/as os/as operários/as se identificavam com essas vertentes, apesar do consenso sobre a situação indigna na qual a classe operária se encontrava, ansiando por salários justos, moradia digna, acesso à educação, lazer e cultura.

O operariado se reunia em assembleias, comícios, associações por ofício e sindicatos para discutir a sua situação, organizar greves ou manifestações, disseminar as ideias socialistas e anarquistas, discutir os rumos das categorias, a emancipação humana, as questões em torno da educação laica, o fim da interferência da Igreja e a situação das mulheres.

Nos finais do século XIX, Flora Tristán explanava a situação da classe operária na França, as dificuldades e mazelas a que essa parcela da sociedade estava submetida, permitindo questionar os silêncios e ocultamentos que cercaram as mulheres em sua trajetória histórica, seja nas atividades cotidianas, seja na produção intelectual. Entre as propostas de articulação do operariado, além dos baixos salários e da carência das necessidades básicas da família, somavam-se as péssimas condições de trabalho, habitação, falta de acesso à educação e saúde de qualidade.

- Isolados, vocês são frágeis e terminam sufocados sob o peso de miséria de toda sorte! Então! Saiam de seu isolamento: unam-se! *A união faz a força*. Vocês têm a seu favor o número, e o número é muita coisa.

Proponho a vocês uma união geral entre os operários e as operárias, sem distinção de profissões, habitando o mesmo reino: união que teria por objetivo CONSTITUIR A CLASSE OPERÁRIA e construir vários estabelecimentos (Palácios da UNIÃO OPERÁRIA) distribuídos igualmente por toda a França. Lá, seriam educadas as crianças dos dois sexos, dos seis aos dezoito anos, ali ainda receberíamos os operários doentes ou acidentados e os idosos. Vejam os números e terão uma ideia do que se pode fazer com UNIÃO<sup>76</sup>.

Entre os princípios apregoados destacava-se a solidariedade entre os/as trabalhadores/as, uma espécie de associação com o propósito de propiciar ajuda mútua, como auxílio em caso de desemprego ou doença. Porém, conforme Flora Tristán advertia, “aliviar a miséria não é destruí-la, diminuir o mal não é extirpá-lo”. Esse tipo de sociedade não alterava as condições da classe operária, seria necessário pensar no coletivo, e não no individual, como faziam essas associações<sup>77</sup>.

A atividade socialista em São Paulo apareceu antes mesmo do anarquismo; os trabalhadores que se empenhavam na luta republicana e abolicionista realizavam greves apoiados no ideário socialista. Os seguidores do socialismo no Brasil tentaram algumas vezes organizar um partido político. Em 1889, na cidade de Santos, o médico Silvério Fontes fundou um círculo socialista, que publicava o periódico *A Questão Social*, com ideias baseadas no pensamento socialista.

A comemoração do Primeiro de Maio de 1895 pelos socialistas de Santos foi considerada um grande acontecimento e descrita como a primeira celebração desta data no Brasil. Pouco mais de um ano antes, a 15 de abril de 1894, um grupo de operários anarquistas e socialistas, italianos na maioria, já se reunira na cidade de São Paulo para deliberar sobre a comemoração do Primeiro de Maio<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> TRISTAN, Flora. **União Operária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 67-68.

<sup>77</sup> *Ibidem*.

<sup>78</sup> DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. 1900-1935. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 22.

O Primeiro Congresso Socialista Brasileiro (1895) ocorreu na Capital Federal, contudo, o Segundo Congresso (1902), em São Paulo, que teve maior notoriedade, visto que foi aprovada a organização de um Partido Socialista Brasileiro, que, porém, teria vida curta, assim como outras organizações de mesmo cunho. Entre várias discussões, concluiu-se que a estratégia de ação direta nem sempre permitia atingir os objetivos, e o planejamento de um partido seria a saída para um movimento reformado. Nesse Congresso foi aprovado um programa com 36 itens que reivindicava, entre outros pontos, jornada de trabalho de oito horas, possibilidade de divórcio e educação gratuita e obrigatória para menores de 14 anos<sup>79</sup>.

A imprensa se destacou na organização proletária, o periódico *O Socialista*, publicado em 1896, e o semanário *O Grito do Povo*, com publicações a partir de 1899, pleiteavam a redução da jornada de trabalho diária. Na capital paulista, os socialistas se concentravam em torno da Liga Democrática Italiana e do jornal *Avanti*, publicado em italiano a partir de 1901, uma vez que a imprensa se destacava na organização do operariado. Entre outras demandas, os organizadores do periódico *Avanti* protestavam contra a influência que os anarquistas exerciam nos sindicatos. Assim,

Os socialistas italianos desempenharam um papel tão importante (muitas vezes mais intenso e ramificado) que o dos anarquistas, exatamente pela maior capacidade de circular entre diferentes tipos de associações étnicas e de classe. Sua atuação previa justamente a participação nos mais variados processos de organização, desde o grupo político até o sindicato, o círculo recreativo, a cooperativa de consumo e de produção, e obviamente, as associações étnicas e as importantes sociedades de socorro mútuo que surgiram entre os trabalhadores italianos de São Paulo da mesma forma que nos outros países onde imigraram<sup>80</sup>.

Os imigrantes italianos foram responsáveis pela criação de redes de sociabilidade e solidariedade e estavam presentes na formação de ligas sindicais e associações que se organizavam em prol de operários e operárias.

---

<sup>79</sup> DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. 1900-1935. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 22.

<sup>80</sup> BIONDI, Luigi. Desenraizados e integrados. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Débats, mis en ligne le 12 mars 2007, p. 2.

[...] um dos sindicatos que teve maior sucesso em termos de números de filiados proporcionalmente ao número de empregados, em termos de atividade sindical e associativa, foi o dos tecelões e tecelãs (com diversas mulheres em sua direção). Esta atividade organizativa proporcionou um aumento considerável dos trabalhadores sindicalizados neste período, que não eram tão poucos como podia parecer: eles ultrapassavam a proporção que foi encontrada na Argentina de 1904 (modelo usual de comparação na historiografia sobre o movimento operário brasileiro). Temos que considerar sempre, de qualquer forma, que estamos falando de contextos sujeitos a constantes fluxos imigratórios e migratórios, onde os mesmos trabalhadores tinham uma mobilidade proporcionalmente maior das que tinham, por exemplo, na Itália, que, todavia, era justamente o país que tinha uma parte consistente da força-de-trabalho envolvida no processo emigratório<sup>81</sup>.

No início da República, a maioria do operariado paulista era constituída de imigrantes italianos, nesse sentido, representavam grande parte dos militantes que colaboraram para a organização do movimento operário e sindical. Eram várias as sociedades de socorro mútuo, tal qual Flora Tristán havia mencionado em relação à França da década de 1840, as ligas operárias e os grupos políticos. Em 1902, foi constituído o Partido Socialista Brasileiro, que possuía articulações com o Partido Socialista Italiano. Os grupos em torno da Federação Socialista de São Paulo se destacaram na organização de manifestações, arrecadações de fundo e greves.

Desde o Segundo Congresso Socialista Brasileiro, seus participantes notavam que as greves estavam mais frequentes, entretanto, a partir de 1908, devido à recessão econômica, o número de paralisações decresceu, o patronato acabou retrocedendo em suas promessas e os direitos conquistados pelo proletariado em parte se perderam. Para os líderes, os crescentes insucessos se davam em razão da precária organização do operariado e de divisões internas entre os adeptos do socialismo e do anarquismo. Contudo, havia uma pauta única de interesses econômicos. Dessa maneira, foi institucionalizada a COB (Confederação Operária Brasileira), que poderia lançar mão de meios de ação direta como forma de manifestar suas insatisfações.

Em 1907, o Congresso Nacional, com o intuito de aumentar seu poder de controle, tomou decisões visando exigir que os estatutos das organizações operárias fossem registrados em cartório, bem como uma lista de todos os membros.

---

<sup>81</sup> BIONDI, Luigi. Desenraizados e integrados. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Débats, mis en ligne le 12 mars 2007, p. 3.

Estabeleceu ainda como regra para participação nessas entidades ser brasileiro ou cidadão naturalizado e residente no país. Também entrou em vigor o decreto de expulsão dos estrangeiros que comprometessem a segurança nacional ou a ordem pública<sup>82</sup>. A militância operária acreditava que

A tomada do poder, a posse violenta do Estado pelo proletariado seria por meio da greve geral, da greve revolucionária, pelo levante das massas trabalhadoras armadas e decididas, que varreriam em poucas horas de luta os seus opressores seculares, dando início a uma nova era de paz, trabalho e justiça...<sup>83</sup>

Para analisar os processos de luta que ocorreram na cidade, cabe questionar o ideário circulante entre o operariado – embora não se pretenda discutir a complexidade e as dissidências na doutrina libertária, destaca-se como essas ideias chegaram, se difundiram e influenciaram a causa operária. O período em foco ficou marcado por intensas transformações políticas, econômicas e sociais, o anarquismo foi expoente nas lutas operárias, podendo a anarquia ser definida da seguinte forma:

A anarquia é uma sociedade fundada sobre o livre entendimento, no seio da qual cada indivíduo pode atingir o máximo de desenvolvimento possível, desenvolvimento material, moral e intelectual, e onde encontra na solidariedade social, a garantia de sua liberdade e de seu bem-estar<sup>84</sup>.

O anarquismo é um movimento que defende uma organização política sem autoridade constituída e sem governo<sup>85</sup>; busca modificações sociais e a substituição do Estado enquanto autoridade por cooperativas de indivíduos livres. Seus principais mentores foram Errico Malatesta, Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin, que tiveram textos publicados em diversos jornais anarquistas e cujas ideias influenciaram a organização política do operariado paulista.

---

<sup>82</sup> DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. 1900-1935. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 29.

<sup>83</sup> DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 17.

<sup>84</sup> MALATESTA, Errico. **Textos escolhidos**. Coleção Biblioteca Anarquista. Porto Alegre L&PM Pocket, 1984, p. 31.

<sup>85</sup> MALATESTA, Errico. **A Anarquia**. São Paulo: Imaginário, 2001, p 11.

Em São Paulo, entre os anarquistas se destacaram os imigrantes italianos, que trouxeram consigo esse ideário divulgado nos jornais libertários, discutido em salões de leitura e em outros espaços. Além dos teóricos citados, também circulavam os textos de Emma Goldman e Louise Michel, além das ideias de Maria Lacerda de Moura, que foi professora, escritora, militante e feminista. Em 1906, foi organizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, um marco na organização do movimento operário nacional.

A experiência anarquista paulistana considerava que o sindicato era a forma de organização mais adequada na luta contra o capital e contra toda e qualquer maneira de subordinação, inclusive sobre as mulheres. Essas questões assumidas pela causa libertária eram discutidas e polemizadas através de encontros e da imprensa anarquista. A imprensa foi utilizada para divulgar princípios e o ideário, denunciar as condições de vida e trabalho, debater ideias, bem como noticiar ocorrências internacionais, como acerca da Primeira Grande Guerra e da Revolução Russa, além de apresentar manifestos e artigos de militantes.

O movimento operário foi muitas vezes associado ao anarquismo, embora a historiografia sobre o movimento operário reconheça que a temática não pode ser resumida a esse ideário.

A análise das resoluções dos principais congressos operários e outras fontes torna evidente o fato de que o movimento operário foi em vários momentos muito mais sindicalista revolucionário que anarquista, e mais sindicalista que revolucionário. O movimento operário em São Paulo no início do século, portanto, não pode ser reduzido ao movimento anarquista, uma vez que a experiência da classe operária paulista envolveu diferentes ideias e comportamentos políticos, entre os quais se destaca o sindicalismo revolucionário, um movimento que, em várias partes do mundo, se transformara em uma corrente política autônoma em relação ao anarquismo e ao socialismo<sup>86</sup>.

No início do século XX, após a criação da Federação Operária em São Paulo, o sindicalismo revolucionário se difundiu<sup>87</sup>. Sua proposta era buscar melhoramentos para a vida do trabalhador e possibilitar a constituição de sindicatos autônomos.

---

<sup>86</sup> TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias**: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 27.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 28.

Visava derrubar o capitalismo e instalar um sistema de propriedade coletiva, gerido através dos sindicatos, com a extinção do Estado – os sindicatos o substituiriam nas funções de gestão.

## 2.2 A imprensa como estratégia de luta: feminina e operária

Foi com a chegada da Família Real portuguesa (1808) ao Brasil que a imprensa foi instalada<sup>88</sup>, e a Coroa mantinha rigoroso controle sobre as publicações. Após a Independência, houve aumento dos periódicos tanto de cunho literário como político, os pasquins<sup>89</sup>, que faziam críticas políticas e sociais. O aumento da edição de pasquins se deu em razão do cenário político de inseguranças e revoltas.

Com a ampliação do universo de partidos, esses utilizaram a imprensa como veículo para difundir seus ideais. Para tanto, passaram a montar suas próprias redações, com jornalistas responsáveis por difundir notícias e projetos políticos<sup>90</sup>. A imprensa era marcada por jogos de poder e disputas de narrativas; as críticas à monarquia se avolumavam; e se difundiam ideias abolicionistas e republicanas. Após a Proclamação da República, instalou-se uma imprensa com características de empresas, que, posteriormente, ganharam moldes de conglomerados<sup>91</sup>.

A imprensa voltada para o público feminino se popularizou nos finais da monarquia, priorizando temas como moda, cuidados domésticos e literatura. Para as mulheres da elite, a modernidade estabelecia novos ideais de feminilidade, que implicavam novos costumes, modas e práticas cotidianas que eram divulgadas pela imprensa<sup>92</sup>.

---

<sup>88</sup> Este estudo não tem a pretensão de analisar a História da imprensa no Brasil, apenas uma breve elucidação dos fatos para que se possa melhor compreender a imprensa operária e feminina. Para uma análise significativa consultar: CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1978. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>89</sup> Publicações críticas e satíricas, com críticas a pessoas, instituições, ordem política ou econômica.

<sup>90</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa: breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Revista Historiæ**, v. 2, n. 3, 2011, p. 125-142.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>92</sup> BUITONI, Dulcília S. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa brasileira. São Paulo: Summus, 2009, p. 31-32.

As representações femininas presentes nos periódicos privilegiavam o perfil de mulher tradicional, dona de casa devotada ao marido e aos filhos, mas também se apregoavam ideias progressistas sobre educação, profissionalização e direitos da mulher.

Quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura que por sua vez as levou à escrita e à crítica. [...] a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. Mais do que os livros, foram os jornais e revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência<sup>93</sup>.

A *Revista Feminina*, que circulou entre 1914 e 1936, teve inicialmente como objetivo a divulgação de produtos. No interior de suas páginas, as seções variavam entre moda, receitas, decoração, atividades manuais e a defesa do sufrágio feminino e do trabalho fora do lar. Tendo como subtítulo “a vida moderna”, a revista objetivava contribuir para a educação feminina voltada para o lar. Contudo, suas páginas anunciaram a publicação do livro de Maria Lacerda de Moura, *Em torno da educação* (1918), bem como destacaram a participação de enfermeiras brasileiras na Guerra<sup>94</sup>.

A *Mensagem*, publicada entre 1897 e 1900, era dirigida por Presciliana Duarte de Almeida. O periódico se denominava uma revista literária e feminista, além do que estava comprometido com a luta pela emancipação feminina – diferenciava-se do padrão de outras revistas que publicavam receitas ou orientações sobre os cuidados da casa, dos filhos ou do casamento. Teve entre suas colaboradoras Júlia Lopes de Almeida, que em seu artigo de estreia escreveu:

---

<sup>93</sup> DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**. Vol. 1 - Século XIX. Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 14.

<sup>94</sup> *Idem*. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**. Vol. 2 - Século XX: 1900-1949. Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2023, p. 146-149.

Não é sem algum espanto que escreve este artigo, para um jornal novo, e de mulheres! [...] esta revista assinala um fato digno de atenção de que o movimento feminista vai desenvolvendo a força de suas asas no Brasil [...] A mulher brasileira conhece que pode querer mais, do que até aqui tem querido; que pode fazer mais, do que tem feito [...]<sup>95</sup>

Júlia Lopes se mostrava entusiasmada com o porvir, com as transformações que os novos tempos poderiam trazer para as mulheres, com o

[...] processo de popularização da imprensa então em curso, as revistas articulam-se às novas sociabilidades urbanas e, por meio de correspondentes e dos novos ritmos advindos do desenvolvimento dos transportes e do telégrafo, buscam públicos nacionais<sup>96</sup>.

As revistas se adaptavam visando atingir diferentes públicos leitores, ou seja, aqueles inseridos em uma cultura letrada<sup>97</sup>. Através desses periódicos e seus artigos, as leitoras poderiam se inteirar dos debates e das novidades.

Assumindo as características da imprensa literária e de variedades, muitas vezes próximas em termos de conteúdos das folhas domingueiras, sustentadas por pequenos reclames do comércio do bairro, esses jornais tinham como conteúdo básico, além das modelares seções de poesias, charadas e passatempos, notícias sobre “o desenvolvimento moral e material dos bairros”, matérias policiais, anúncios e comunicações de casamentos, aniversários, batizados e enterros de moradores de destaque da comunidade, artigos reivindicando melhoramentos para o bairro, como calçamento de ruas, extensão das linhas de bonde, iluminação, policiamento, etc.<sup>98</sup>

---

<sup>95</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes. A Mensageira, São Paulo, ano I, n. 1, 15 out. 1896, p. 3. *Apud*: DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**. Vol. 1 - Século XIX. Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

<sup>96</sup> CRUZ, Heloísa de Faria Cruz. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013, p. 10.

<sup>97</sup> O termo “cultura letrada” é usado para designar a leitura e a escrita como parte do cotidiano e elemento que influencia a maneira como as pessoas pensam, dialogam e se organizam, bem como a disseminação de pensamentos políticos, científicos ou sociais. *Ibidem*.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 76.

Havia ainda outras informações vindas da imprensa operária. O primeiro jornal operário circulou em Recife em 1847, esse periodismo se expandiu paralelamente ao crescimento urbano-industrial. Através da imprensa operária, os trabalhadores conseguiram denunciar suas condições de trabalho e de vida, problematizar o cotidiano e divulgar suas reivindicações. Nessa imprensa circulariam expressões das diferentes vertentes políticas da causa operária (socialista e anarquista) que delataram a condição da classe trabalhadora e também vozes femininas denunciando a sujeição feminina através de seus escritos.

A imprensa operária de natureza socialista ou libertária foi um instrumento para organização da luta operária, na medida em que pôde contribuir para a instrução da classe trabalhadora. Nos artigos publicados se discutiam as teorias anarquistas ou socialistas, como também questões que afligiam a classe trabalhadora do mundo, notícias sobre greves, comícios ou outras atividades operárias.

[...] os jornais da imprensa operária rompem com o monopólio dos setores dominantes sobre a palavra impressa, trazendo para o interior da cultura letrada as contradições de classe da cidade em desenvolvimento do ponto de vista dos dominados. A novidade de situações e conflitos sociais, aliada às condições materiais e técnicas quase artesanais da cultura impressa no período, leva ao esgarçamento da hegemonia ideológica construída pelas elites dominantes durante grande parte do século XIX. Na imprensa operária, esse novo sujeito social em emergência – o trabalhador urbano – transforma a cultura letrada e impressa num vigoroso instrumento de organização e resistência contra a dominação capitalista<sup>99</sup>.

A imprensa operária se tornou um campo fértil para que houvesse interação entre a classe operária, uma vez que nos periódicos operários havia produções intelectuais com a publicação de artigos tanto de socialistas como de libertários (cada qual com os seus jornais).

Outro jornal operário que contou com contribuições significativas de mulheres foi *A Terra Livre*, periódico fundado em novembro de 1905, pelo português Neno

---

<sup>99</sup> CRUZ, Heloísa de Faria Cruz. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013, p. 82.

Vasco<sup>100</sup>, com a colaboração de Edgard Leuenroth<sup>101</sup> e Manuel Moscoso<sup>102</sup>. O jornal circulou quinzenalmente entre 1906 e 1907 em São Paulo, sendo transferido para o Rio de Janeiro, onde circulou até 1908, quando retornou para a capital paulista, sendo veiculado até 1910. Afirmava ser um órgão de socialistas e anarquistas, sua militância era pró-sindical e objetivava contribuir para a organização dos trabalhadores enquanto classe, além de promover campanhas de solidariedade, chegando a auxiliar militantes perseguidos pela Rússia czarista – Neno Vasco publicou a carta que Kropotkin lhe enviou em agradecimento.

O *Livre Pensador*, por sua vez, circulou entre 1903 e 1909, e voltou a ser publicado entre 1914 e 1915. De tendência libertária e anticlerical, editado por Everardo Dias e Antonio Garcia Vieira, combateu a influência da Igreja e dos padres em diferentes segmentos da sociedade. O jornal também colaborou para a fundação, em abril de 1906, da Liga Anticlerical Intransigente, que rejeitava os trâmites religiosos que faziam parte dos costumes da sociedade, como o casamento religioso, o batizado ou mesmo a doação a associações.

O jornal *A Lanterna* era editado por Benjamin Mota, militante, maçom e anarquista. A primeira publicação data de março de 1901, tinha como objetivo levar sua mensagem anticlerical ao denunciar a Igreja por propagar a miséria e a ignorância. Suas publicações giravam em torno da educação laica, literatura anticlerical e a emancipação da classe operária. O primeiro artigo destacado foi escrito por Isabel Bertolucci Cerruti, remetido ao redator em abril de 1911, e intencionava denunciar uma atitude de um padre quando precisou ir à Igreja em razão de ter prometido a uma pessoa próxima que batizaria seus filhos:

---

<sup>100</sup> Neno Vasco, 1878-1920, foi um militante anarquista, advogado, poeta, jornalista e escritor. Nascido em Portugal, emigrou para o Brasil. Aqui, participou ativamente da imprensa operária, como dos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Voz do Trabalhador* e *A Terra Livre*.

<sup>101</sup> Edgard Leuenroth, 1881-1968, um dos grandes expoentes do anarquismo no Brasil, foi tipógrafo, jornalista e propagandista dos ideais libertários. Fundou e colaborou em diversos jornais, tais como: *A Terra Livre*, *A Folha do Povo*, *A Lanterna*, *O Combate*, *A Plebe*, entre outros.

<sup>102</sup> Manuel Moscoso, 1904-1912, de origem espanhola, sapateiro, linotipista e jornalista, com registros de atuação na imprensa operária brasileira e argentina. Colaborou nos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre* e *A Voz do Trabalhador*.

Pela Cidade

Sr. Redator

[...] Achando-me diante daquela batina asquerosa, não pouca repugnância senti, mas... enfim, precisava “fazer cristão” os dois inocentes, como dizem os crentes carolas. Terminada a cerimônia, entreguei ao sacristão um envelope, que somente a quantia de 5\$000, protestou em alta voz, insultando-me e ameaçando-me, em plena igreja, dizendo-me que por dois batizados era pouco 5\$000, fazendo-me ver a tabela de preços, que 5\$ para cada um! Além disso, pretendia mais 4\$ de gorjeta, correspondendo 2\$ a cada batizado. *E como eu protestasse ao contrário, ele disse-me que ficava nulos os batizados!*<sup>103</sup>

A militante ainda continua seu relato comunicando que disse ao padre que enviaria aquela situação ao jornal *A Lanterna*, como de fato o fez. Continua sua denúncia:

[...] Que contradição!... Jesus, enviando seus discípulos a pregar o Evangelho, ordenou-lhes: “– Dai de graça, o que de graça recebestes”. (Evangelho São Matheus, Cap. 10, vers. 8). Mas os padres fazendo exatamente o contrário. Fazem da religião uma feira escandalosíssima, em que tudo se obtém a troco do vil metal.<sup>104</sup>

Cerruti, nesse artigo, denuncia a comercialização da fé por parte da Igreja e o fato de o clero não estar de fato comprometido com a salvação das almas, mas sim com a exploração financeira de seus fiéis. Em outra situação, a ativista, moradora do bairro do Brás, manifesta insatisfação com uma festa dedicada a um santo da Igreja:

São Vito em foco

Sr. Redator da LANTERNA

[...] Esse fato, além de ser um atentado à civilização e perturbar a tranquilidade dos moradores de ideias avançadas que têm a desdita de habitar este bairro, por não poderem pagar os fabulosos alugueis na mansão... terrestre, que são os bairros aristocráticos, onde nada é permitido que possa perturbar o sono dos bem-aventurados, esse fato, digo, vem prejudicar os trabalhos da propaganda.<sup>105</sup>

<sup>103</sup> CERRUTI, Isabel B. Pela Cidade. *A Lanterna*, São Paulo, ano X, n. 81, 8 abr. 1911 (grifo nosso).

<sup>104</sup> *Ibidem*.

<sup>105</sup> *Ibidem*.

Nessa acusação, Cerruti demonstra sua insatisfação em relação a uma festa no bairro do Brás, onde ela mora, situação que estava gerando incômodo nos moradores da região. Também acaba denunciando a especulação imobiliária, ao comparar os bairros onde mora a elite e onde mora a classe operária. Sua censura se dá no âmbito da segregação espacial, situação frequentemente denunciada no periodismo operário, e da desigualdade econômica.

Imagine, sr. redator, que se trata de uma festa de que diversos operários levam a efeito, em homenagem ao santo patrono da terra deles, um tal de São Vito.

Quanta pobreza de espirito!

É ridículo ver-se essa gente andar em procissão pelas ruas deste bairro, em atitude carnavalesca, empunhando bandeiras, velas acesas, com o boneco encarapitado naquilo que as carolas chamam de andor, ao ombro de quatro homens, acompanhados de música e foguetes.

Não haverá um meio de civilizar-se essa gente? Não trata aqui de padres, não. Os promotores da festa são só operários ignorantes e cheios de preconceitos.

A atitude desses operários, em pleno regime da fome, vem certo de modo a dar razão às palavras da imprensa mercenária, que declarou que os operários não têm razão de se lamentarem, pois, as suas condições no Brasil são de fazer suscitar a inveja aos seus companheiros das nações mais cultas e civilizadas.<sup>106</sup>

Dando continuidade ao seu protesto, agora o direciona não só aos padres e à Igreja, como também aos/às operários/as que seguem a procissão. Traz à tona também uma outra questão assiduamente apontada pela imprensa operária: a carestia. Em razão das várias crises econômicas que ocorreram no período, o custo de vida estava muito alto, e se fazia sentir principalmente nas camadas mais populares da sociedade.

Outro periódico que exerceu influência na luta proletária foi o semanário anarquista e anticlerical *A Plebe*. Editado por Edgard Leuenroth e Fábio Lopes da Silva Luz, circulou a partir de 1917 até 1951 com algumas interrupções – sendo que este estudo focaliza as atividades que se referem ao período de efervescência das lutas operárias, até por volta de 1920. Seguindo os preceitos do ideal libertário, tratava de assuntos relativos à emancipação da humanidade, dessa maneira, as

---

<sup>106</sup> CERRUTI, Isabel. São Vito em foco. **A Lanterna**, São Paulo, ano XII, n. 191, 5 mai. 1913.

libertárias puderam expressar suas opiniões sobre questões que afligiam a classe operária.

Neste artigo, Iza Ruti, pseudônimo de Isabel Cerruti, denunciou o serviço de saúde que as camadas populares precisavam utilizar:

A philantropia “delles”

De vem em quando, surge em cena, no grande teatro que é o mundo, desempenhando a comédia da philantropia, os senhores do meio monetário, revestidos com o manto da hypocrisia.

Encarnam todos bem o seu papel, e a gente de seu jaez não lhe regatei applausos.

Ainda há poucos dias, foi delirantemente applaudido um dos reis do metal, que, “por amor aos pobres” doou ao Hospital Umberto I um pavilhão que orçou na bela soma de cerca de seiscentos contos de réis.

- Sublime sacrificio em pról da pobreza! Exclamaram uns. Belo exemplo de caridade! Exclamaram outros. E não faltaram elogios ao magnânimo coração philanthropico e bondoso raro entre os de sua classe, desembolsara tão avultada quantia em proveito dos infelizes...

O dinheiro por eles empregado em seu favor é pão tirado da tua boca.<sup>107</sup>

A autora ironiza a ação, que enxerga como uma encenação para que os que praticam a filantropia recebam aplausos e tenham reconhecimento social. A cena toda seria uma grande farsa, uma vez que o dinheiro doado era fruto da exploração dos trabalhadores.

No que se refere às questões do trabalho feminino, merece destaque a atuação da imigrante italiana Ernestina Lesina<sup>108</sup>, que dava suas contribuições para a imprensa operária no periódico *Anima e Vita*. Fundado e dirigido por ela, era de cunho socialista, feminista e anticlerical, escrito em italiano e circulou entre 1º de janeiro de 1905 e 30 de julho de 1905, totalizando 30 números publicados, tendo como público-alvo as mulheres operárias<sup>109</sup>. Imbuído de um discurso pedagógico,

<sup>107</sup> RUTI, Iza. A philantropia “deles”. **A Plebe**, Anno I, num. II, São Paulo, 25 ago. 1917.

<sup>108</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 352-371, jan./abr. 2016.

<sup>109</sup> Parte deles estão disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP. Com 24 x 32 cm, tinham oito páginas, divididas em duas colunas. Mantinha-se em razão da veiculação de anúncios, vendas avulsas e por assinatura, assim como contribuições espontâneas de leitores simpáticos à causa. Os classificados no periódico mostravam produtos relativos ao que se convencionou chamar de universo feminino e do lar.

abordou temas como alcoolismo, anticlericalismo, casamento e amor livre, apregoava a emancipação feminina através da educação, debatia temas diversos relativos ao universo feminino. Trazia ideias de militantes estrangeiros e divulgava preceitos libertários. Em março de 1905, publicou um artigo assinado por Esilia Majno Bronzini:

Devere di madre

Era uma madre che mi parlava cosi, uma madre che credeva di compiere il suo dovere inducendo la figlia ad um matrimonio pel quale sentiva avversione.

Sacrificare tutti gli affetti della loro creature per procurarle la ricchezza e un nome blasonato sembrava a quei genitori una cura di prudente amore che prevede nem modo migliore all'avvenire dei figli.<sup>110</sup>

A resistência feminina pode ser observada através do movimento das costureiras, que publicaram um manifesto em 28 de julho de 1906:

Ás jovens costureiras de S. Paulo

Companheiras!

Em vista da apatia que vos domina e que ninguem ainda pôde sacudir, nesta cidade em que somos tão exploradas, resolvemos fazer uma nova tentativa de defesa de todas, esperando que não deixareis, a nós também, pregar no deserto.

Devemos demonstrar enfim que somos capazes de exigir o que nos pertence; e se todas forem solidarias, se nos acompanharem nessa luta, se nos derem ouvidos, nós começaremos por desmascarar a cupidez dos patrões sanguessugas.<sup>111</sup>

Observa-se a maneira pedagógica de instruir e conscientizar as costureiras<sup>112</sup>. O manifesto foi um chamamento a todas as mulheres que se dedicavam a esse ofício, para se unirem contra a exploração patronal:

<sup>110</sup> BRONZINI, Esilia Majno. Devere di madre. **Anima e Vita**, São Paulo, ano I, n. 13, 26 mar. 1905, p. 1. Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP. Tradução livre: “Dever de mãe | Era uma mãe que assim me falava, uma mãe que supunha cumprir seu dever induzido a filha a um casamento pelo qual sentia aversão. Sacrificar todos os ideais e afetos de sua criatura para obter-lhe riqueza e um nome que parecia aos pais uma atitude de amor prudente, providencia/cuida o melhor possível do futuro dos filhos”.

<sup>111</sup> FABRI, Tecla; CARI, Teresa; LOPES, Maria. Ás jovens costureiras de S. Paulo. **A Terra Livre**, São Paulo, n. 13, 28 jul. 1906, p. 2.

<sup>112</sup> Ainda em 1906, encabeçada por Ernestina Lesina, que escrevia no *Anima e Vita*, foi fundada a Associação das Costureiras de Sacos, que lançou, nesse mesmo ano, uma convocação às

No ultimo momento de greve geral nesta cidade, ficou provado claramente que a nossa classe é a mais ignorante, a mais atrasada. Nesse movimento de solidariedade operária tomaram parte todas as corporações de ofício, desde mecanico ou marceneiro, desde o ferreiro [...] E nós, as costureiras, o que fizemos?

Nós passámos indiferentes pelo meio dos grevistas que enchiam as ruas da cidade e fomos trabalhar, mostrando que não tínhamos sentimentos, que não tínhamos sangue nas veias. [...]

Companheiras! É necessario que recusemos trabalhar de noite, porque isso é vergonhoso e desumano.<sup>113</sup>

As costureiras indignadas com a situação conclamavam todas a se unirem à causa para que pudessem conseguir melhores condições de trabalho. Terminavam o manifesto falando sobre a importância da educação, e ressaltando que, com aquela jornada de trabalho, não seria possível ler nem sequer um livro ao final do dia, uma vez que saíam para o trabalho às 7 da manhã e retornavam às 11 da noite.

Na edição de 15 de agosto, um novo artigo, dessa vez para agradecer todo o apoio recebido e comunicar que, através de seu manifesto, alguns patrões decidiram pensar em suas reivindicações, além de novamente reforçar a mensagem à classe das costureiras:

[...] Infelizmente, força é dizê-lo, não faltaram entre nós as servis que de tudo se envergonham, menos de se deixarem esfolar santamente como ovelhinhas. E o que é sobretudo vergonhoso é haver da nossa parte consideração pelos patrões, quanto têm trabalhos que acabar á pressa e consentimos em trabalhar até meia noite, submissas e resignadas, em vez de ir embora, sem tantos servilismos de escravas!<sup>114</sup>

Não faltaram críticas às costureiras que ainda não apoiavam a própria causa, ou às que sentiam pena dos patrões.

Vêde como eles aumentaram os seus estabelecimentos na cidade, e como progridem rapidamente, dia a dia! E nós, companheiras, que melhoramento temos em quanto trabalhamos nas suas oficinas? Que

---

companheiras visando à luta pelo aumento do preço pago pela costura, à organização de um sindicato de classe e à redução da carga horária das que trabalhavam em oficinas.

<sup>113</sup> FABRI, Tecla; CARI, Teresa; LOPES, Maria. Às jovens costureiras de S. Paulo. **A Terra Livre**, São Paulo, n. 13, 28 jul. 1906, p. 2.

<sup>114</sup> FABRI, Tecla; CARI, Teresa; LOPES, Maria. Às jovens costureiras de S. Paulo. **A Terra Livre**, São Paulo, n. 14, 15 ago. 1906, p. 4.

melhoramento pecuniario? Que progresso moral? Nenhum! Sempre as mesmas escravas, sempre as mesmas exploradas, perdendo gradualmente a saúde nesses ergastulos!<sup>115</sup>

Nesse trecho as costureiras protestavam contra as condições de vida e trabalho a que estavam submetidas, além de comparar a fábrica a prisões, alertavam para a perda da saúde ante as condições ambientais nas fábricas.

Se a imprensa operária foi uma forma de luta, resistência e formação, uma vez que denunciava as condições de trabalho, a exploração patronal e divulgava os ideais socialistas, anarquistas e comunistas, expressando pontos de vista contrastados com a visão do patronato e da grande imprensa<sup>116</sup>, cabe advertir que:

Na verdade, o discurso da imprensa operária mostrava-se ambíguo em relação ao trabalho da mulher e às suas formas de resistência. Assim, se a família necessitava de seus ganhos, precisava dela também em casa, onde suas atividades como mãe e esposa não deveriam ser prejudicadas. Por outro lado, as greves femininas eram incompreendidas pela sociedade, que via a feminilidade como incompatível com o trabalho, ainda mais com a situação de grevista<sup>117</sup>.

### 2.3 Operárias: propostas, lutas e feminismos – socialistas e libertários

A polêmica sobre o papel a ser desempenhado pelas mulheres antecede marcos da modernidade. Com as ações de Olympe de Gouges ou Mary Wollstonecraft, a discussão literária da *querelle des femmes*<sup>118</sup> forneceu reflexões no caminho de uma consciência feminista. Os debates iam além das críticas às ações misóginas e sexistas, propunham-se a colocar a mulher no centro das discussões, ampliar a perspectiva feminista e debater temas como o acesso das mulheres à

<sup>115</sup> FABRI, Tecla; CARI, Teresa; LOPES, Maria. Às jovens costureiras de S. Paulo. **A Terra Livre**, São Paulo, 15 ago. 1906, n. 14, p. 4.

<sup>116</sup> CRUZ, Heloísa de Faria Cruz. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

<sup>117</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (SP 1888-1934)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997, p. 126.

<sup>118</sup> A *querelle des femmes* é um debate literário e político sobre a natureza feminina, a representação das mulheres nos discursos oficiais e a diferença entre os sexos, iniciado no século XV, na França, e que se estendeu por aproximadamente quatro séculos.

educação<sup>119</sup>. Nesse sentido, entre as primeiras reflexões se destacou Christine de Pizan, ao interrogar sobre:

[...] os motivos inspiravam tantos homens, clérigos e laicos, a vituperar as mulheres, a criticá-las tanto em escritos e tratados. Não se trata de um homem ou dois [...] não há texto livre de misoginia. Pelo contrário, filósofos, poetas, moralistas, todos – a lista é demasiado longa – parecem falar em coro para concluir que a mulher é fundamentalmente má e dada ao vício<sup>120</sup>.

O feminismo, entendido como política e movimento social, atua contra as opressões impostas às mulheres; mesmo que o termo não houvesse sido cunhado à época, o posicionamento dessas pensadoras ante a ideia de uma “natureza” feminina pode ser identificado como uma ação feminista. Nesse sentido, emergem diversas manifestações feministas, apregoando a busca pela cidadania feminina e igualdade de direitos.

Posteriormente, as primeiras mulheres a se organizarem como coletivo de luta foram as estadunidenses, que, depois de combaterem na Guerra de Independência ao lado dos homens, engajaram-se na luta contra a escravidão, na Guerra Civil e passaram a criticar a situação, iniciando a luta pelo sufrágio feminino<sup>121</sup>.

Em São Paulo, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela difusão da industrialização e expansão da urbanização, entre outras mudanças. As mulheres foram amplamente incorporadas ao trabalho fabril, a força de trabalho feminina era vista pelo patronato como mais barata e submissa às ordens da chefia. Presentes em quase todos os segmentos da indústria, a atuação feminina foi

---

<sup>119</sup> A Epístola ao Deus do Amor (1399), da escritora Christine de Pizan, pode ser considerada a obra impulsionadora da *querelle des femmes*. Trata-se de uma epístola de 860 versos dirigida ao Deus do Amor, na qual o eu-lírico descreve a *mise-en-scène* de um julgamento em uma “*Cours d’Amour*” (Tribunal para assuntos amorosos). O eu-lírico leva a julgamento queixas depositadas por várias mulheres de posições sociais diversas contra a misoginia de cavaleiros e de escudeiros que as difamam e desonram o sexo feminino. Cupido toma a palavra em defesa das mulheres, relembando as regras do “Amor Cortês” e o comportamento de lealdade, respeito e cortesia que os homens deveriam ter para com as mulheres. Observa-se na maior parte da epístola que a recomendação das regras do amor, anunciada por Cupido, mais do que aos cavaleiros e escudeiros em questão, está direcionada sobretudo aos clérigos, filósofos e escritores por seus discursos difamatórios contra as mulheres.

<sup>120</sup> DE PIZAN, Christine. **A Cidade das Mulheres**. São Paulo: Editora 34, 2024, p. 21-22.

<sup>121</sup> Bertha Lutz se destacou na luta pelo voto, ela foi ativista feminista, bióloga, educadora, diplomata e política brasileira.

expressiva nos processos de luta e de reivindicação de direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho, acesso à educação, lazer e na luta contra a carestia.

O crescimento urbano ampliou a circulação das mulheres (das elites e populares) em espaços públicos antes exclusivos aos homens, passaram a frequentar cafés, lojas, praças, algumas se empenharam em construir uma carreira profissional como professora, secretária ou enfermeira, também havia aquelas que se dedicavam a atividades de escritora e jornalista. As mulheres populares já ocupavam o espaço público trabalhando e lutando pela sobrevivência, além disso, passaram a frequentar as atividades promovidas pelas instituições operárias.

Desde o início da República, difundiam-se novas representações do feminino advindas do ideário positivista, da medicina higienista, da educação e da moral propagada nos discursos médicos, juristas e políticos, instituindo novas referências de mulher, família e sociedade. Nesse modelo, a família teria um papel central na organização do novo corpo social, no qual as mulheres seriam responsáveis pela manutenção e disseminação da moral, por inculcar novos hábitos, padrões e costumes dentro da família/sociedade. A ideia concebida era a da mulher como uma figura frágil, submissa, dependente, movida por sentimentos e emoções, características consideradas naturais que facilitariam o cuidar de forma abnegada e carinhosa<sup>122</sup>.

Apesar desse modelo hegemônico que disciplinava as mulheres de diferentes setores sociais, várias protagonistas, individual ou coletivamente, questionaram os padrões impostos e lutaram contra o sistema vigente. O pensamento feminista era atravessado por diferentes vertentes, que divergiam, dialogavam e debatiam os papéis femininos tradicionais. Sendo assim, no que diz respeito às mulheres operárias, promoviam discussões sobre a questão salarial, as funções condizentes com a condição feminina, jornada apropriada, entre outras dificuldades.

A imprensa foi um dos elementos que colaboraram para a construção da “nova mulher”, particularmente a imprensa voltada para o público feminino, que ajudou a delinear essa nova figura. Pouco a pouco eram inseridos artigos para que

---

<sup>122</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Corpos e Emoções**. São Paulo: e-Manuscrito, 2019, p. 30-31.

as leitoras pudessem observar a situação vigente e buscar sua emancipação, lutando pelo direito à educação, ao trabalho fora do lar e ao voto.

A imprensa operária socialista e a anarquista buscavam uma sociedade igualitária e apregoavam questões referentes ao trabalho fabril feminino, a luta pela educação e pelo sufrágio feminino, as libertárias buscavam a autonomia da classe trabalhadora, o fim da influência da Igreja nos costumes e a liberdade feminina<sup>123</sup>.

As propostas e concepções de Marx e Engels, presentes em vários escritos, eram disseminadas nos círculos operários. Nessa visão, a sujeição feminina era explicada pela exploração capitalista; gerando, segundo Engels<sup>124</sup>, a opressão das mulheres, a exploração do trabalho feminino (considerado menos qualificado) e seus baixos salários, ampliando as dificuldades na família devido à ausência materna no lar, o que causava adoecimento, abandono e mortalidade infantil.

Vários marxistas<sup>125</sup> apregoavam que, com o fim da sujeição ao capital, a concepção do feminino confinado às atividades domésticas seria alterada, mas enfrentavam resistência dos que viam nisso um ataque ao casamento monogâmico e à estrutura familiar constituída. As ideias que denunciavam a condição feminina e defendiam a liberdade das mulheres, ainda que tenham encontrado oposição, foram frutíferas para os ideais feministas, que propunham discutir a posição da mulher na sociedade e acreditavam que a emancipação da classe trabalhadora era parte indissociável da luta pela igualdade de gênero.

Deixando os sábios burgueses extasiados no debate sobre a questão da superioridade de um sexo sobre o outro, ou o peso do cérebro e a comparação da estrutura psicológica de homens e mulheres, os seguidores do materialismo histórico aceitam plenamente as peculiaridades naturais de cada sexo e requerem apenas que cada pessoa, seja homem ou mulher, tenha uma verdadeira oportunidade para sua mais completa e livre autodeterminação, e um maior desenvolvimento e implementação de todas as suas capacidades naturais. Os seguidores do materialismo histórico rejeitam a existência de uma questão específica das mulheres separada da questão social geral da atualidade. Atrás da subordinação das

---

<sup>123</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 352-371, jan./abr. 2016.

<sup>124</sup> ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgans Forschungen. São Paulo: Boitempo, 2019.

<sup>125</sup> BEBEL, August. **Woman under socialism**. New York: New York Press, 1923. Publicada pela primeira vez em 1879, a obra questionou o lugar da mulher na sociedade, construindo argumentos para que a figura feminina fosse incorporada à vida pública e política.

mulheres se escondem fatores econômicos específicos, as características naturais têm sido um fator secundário neste processo. Apenas o desaparecimento completo desses fatores, só a evolução dessas forças que em algum momento no passado levaram à subordinação das mulheres, será capaz de influenciar e alterar fundamentalmente a composição social que ocupa atualmente. Em outras palavras, as mulheres só podem se tornar verdadeiramente livres e iguais apenas em um mundo organizado por novas linhas sociais e de produção<sup>126</sup>.

Em 1905 começou a circular o periódico de tendência socialista e feminista *Anima e Vita*, escrito em italiano e dirigido por Ernestina Lesina<sup>127</sup>, italiana e militante socialista que lutava pelas causas sociais, discutindo temas como trabalho, família, maternidade e educação feminina. Através de seu semanário, debatia e propagandeava os ideais socialistas e de emancipação feminina.

A primeira página apresentava o desenho de uma mãe segurando uma criança para que colha o fruto pendente de um ramo, alegoria de esperança num porvir melhor alicerçado pela educação das mulheres – mostrando o caráter pedagógico do periódico com a missão de instruir as trabalhadoras para a luta de direitos. No decorrer das páginas possuía sucessão de artigos intercalados com vinhetas florais de gosto feminino, além de artigos doutrinários de colaboradores imigrados e italianos, havia a reprodução de poemas e de folhetins, sempre exaltando virtudes do ideal socialista<sup>128</sup>.

Ernestina Lesina contribuía assiduamente com artigos para a imprensa operária, suas ideias seguiam em consonância com as principais militantes da causa operária. As socialistas haviam se dado conta de que a luta por uma sociedade igualitária implicava pensar nas opressões a que estavam submetidas as mulheres. Seus escritos questionavam a missão da mulher segundo a moral vigente:

---

<sup>126</sup> KOLLONTAI, Alexandra. **Os fundamentos sociais da questão feminina**. 1907. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>.

<sup>127</sup> Socialista, imigrante italiana, em 1906, fundou a Associação das Costureiras de Saco e, mais tarde, o jornal *Anima e Vita*. Na imprensa operária contribuiu em diversos periódicos, como *O Chapeleiro*, *A Voz do Trabalhador* e *O Livre Pensador*, além de proferir discursos nas manifestações operárias.

<sup>128</sup> GONÇALVES, Caroline. **Ernestina Lesina e o Anima e Vita: trajetórias, escritos e a luta das mulheres operárias (inícios do Século XX - São Paulo)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

Quem não ouviu falar da missão da mulher? E' uma das frases mais usadas e abusadas, em torno da qual tem-se exercitado a rhetorica de varias gerações, empregando as palavras reboantes e sonoras e que porém... ficam sempre no estado das palavras.

E hoje ainda se fala da missão da mulher, e continua-se ainda mais a fazer rhetorica do assumpto<sup>129</sup>.

A militante continuava em suas reflexões questionando a respeito da função social imputada às mulheres:

Surgiram homens é verdade, afirmando que as condições da mulher também se modificaram, com a evolução de todas as outras condições e que por isso, é preciso dar uma nova educação da mulher desde que uma nova missão suplante á antiga; mas esses homens, para gente de bem, eram os anarquizados, os desordeiros a quem não devia se prestar atenção;

Dá-se, porem, o facto que taes pretensões divergem da realidade dos factos; e ainda mais, a propria classe que anathematiza os valores anarquizados desordeiros, que sem a coragem de affirmar que para um novo horizonte caminha o futuro da mulher, horizonte mais amplo do da família do passado, e do presente, seja essa mesma classe retrogada que cria exemplares essas condições de facto, pelas quaes a missão-família da mulher vae destruindo-se<sup>130</sup>.

Na luta pela emancipação feminina, Lesina se utilizava de um discurso pedagógico para questionar a missão da mulher na sociedade, os papéis a ela destinados no âmbito privado, os cuidados do lar e a educação dos filhos<sup>131</sup>. As socialistas e as sufragistas polemizavam em alguns pontos, eram a favor da superação do capitalismo, da luta pela igualdade social e econômica, entretanto, as socialistas acusavam as feminista-sufragistas de esquecerem das pautas das operárias.

O slogan "o acesso às profissões" já não é suficiente, e apenas a participação direta no governo do país promete ajudar a melhorar a situação econômica das mulheres. Daí o desejo apaixonado das mulheres da média burguesia para o direito ao voto e, portanto, a sua hostilidade ao sistema burocrático moderno.

<sup>129</sup> LESINA, Ernestina. A missão da mulher. O Livre Pensador, São Paulo, n. 52, 16 out. 1904. Apud: *Ibidem*, p. 133.

<sup>130</sup> *Ibidem*.

<sup>131</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 352-371, jan./abr. 2016.

No entanto, as feministas em suas demandas por igualdade política são como irmãs estrangeiras, os amplos horizontes abertos pela aprendizagem socialdemocrata continuam a ser estranhos e incompreensíveis para elas. As feministas buscam a igualdade perante a sociedade de classes existente, de nenhuma maneira atacam a base desta sociedade. Elas estão lutando por privilégios para si, sem comprometer as prerrogativas e privilégios existentes. Não acusamos que as representantes do movimento de mulheres burguesas não entendem o problema, sua visão flui inevitavelmente da sua posição de classe<sup>132</sup>.

Além disso, as feministas da causa operária nem sempre se sentiam representadas nos discursos do feminismo sufragista, uma vez que as operárias continuavam submetidas ao árduo cotidiano de trabalho nas fábricas e nos lares, assim como não estavam convencidas de que a igualdade política e o direito ao voto possibilitariam amplos benefícios para as operárias. Por vezes, tal vertente que ansiava por mais participação política foi acusada de corroborar o discurso que atrelava a representação feminina tradicional com os cuidados do lar e da educação das crianças.

Embora tenha sofrido críticas do próprio Lênin a respeito de suas ações e discussões sobre temas relativos à mulher operária, como sexo e casamento, Zetkin foi uma das representantes do feminismo socialista. Suas atividades giravam em torno de atuações práticas, dedicando seu tempo a organizar conferências e realizar panfletagens. Zetkin apoiava as pautas do feminismo sufragista, mas apontava as divergências indissolúveis com a perspectiva socialista.

As tensões do confronto entre as duas vertentes reverberavam no contexto paulista:

No entanto, parece que o contato entre as anarquistas e feministas-liberais praticamente não existiu, ou foi bastante tenso, já que essas não só condenaram aquelas como radicais, procurando manter uma profunda distância do que ironicamente definiam como “feminismo revolucionário”, destruidor dos lares, e “anárquico” como, muitas vezes, até desconhecera a cultura operária que se produzia e cultivava nas imediações<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> KOLLONTAI, Alexandra. **Os fundamentos sociais da questão feminina**. 1907. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>.

<sup>133</sup> RAGO, Margareth. **Feminismo e anarquismo no Brasil**. A audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabbri. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007, p. 40.

O ideário anarquista possibilitou que muitas mulheres se identificassem com sua luta por emancipação e construção de uma sociedade igualitária para todos<sup>134</sup>. Assim, essas convicções criticavam o feminismo sufragista e lutavam para que as mulheres conquistassem suas próprias organizações, igualdade salarial, amor livre, divórcio e a maternidade consciente, bem como a superação da sociedade capitalista e do sistema de classes.

As ideias de Louise Michel<sup>135</sup> influenciaram as feministas anarquistas, seus ideais circulavam na Pauliceia através dos jornais operários, inspirando protagonistas como Maria Lacerda de Moura e Isabel Cerruti. Essa última, assim como outras libertárias, questionava o lugar que as sufragistas ocupavam:

A Revista feminina em seu programa propõe-se a propugnar pela emancipação da mulher conseguindo para ela o direito de empenhar-se em lutas eleitorais [...] como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco...

O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: quer fazer compreender à mulher na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como factora histórica, para sua inteira integralização na vida social [...]<sup>136</sup>.

Nos primeiros anos de militância, Maria Lacerda de Moura contribuiu para as ações da emancipação feminina proposta por Bertha Lutz. Posteriormente, rompeu os laços com a ativista, na medida em que o feminismo sufragista desconsiderava certos aspectos da libertação da mulher diante das opressões do masculino e da sociedade capitalista.

Não há emancipação feminina sem emancipação humana. Nesta organização social burguesa – capitalista, baseada na exploração do homem pelo homem, todos são escravos, todos são explorados pelo individualismo. Absorvente, pelas necessidades desnecessárias, criadas pela cupidez do capitalismo.

---

<sup>134</sup> RAGO, Margareth. **Feminismo e anarquismo no Brasil**. A audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabbrì. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007, p. 39.

<sup>135</sup> Foi professora, escritora, poeta e revolucionária, lutou pela educação popular e pelo fim das desigualdades sociais, tornou-se anarquista durante a Comuna de Paris, sendo considerada uma das figuras mais importantes do anarquismo. E, assim como outras inúmeras teóricas e militantes, sofreu apagamento pela História.

<sup>136</sup> A PLEBE. São Paulo, 20 nov. 1920.

[...] Casada, solteira ou viúva, a mulher é escrava do salário, do pai, do marido, patrão, diretor espiritual ou sociedade<sup>137</sup>.

As libertárias paulistanas compartilhavam do mesmo pensamento que Emma Goldman. Acreditando que o ideário libertário seria a melhor opção para alcançar a “Revolução Social”, defendiam que a disseminação de ideias mediante panfletagens, comícios, peças teatrais, salas de leitura e festivais pouparia mais vidas da ação violenta do que as armas empunhadas defendidas por Voltairine de Cleyre<sup>138</sup>. As propostas dessa pensadora eram propagadas na imprensa operária, que, entre outros ideais, apregoavam que seria através da educação que se alcançaria uma nova sociedade, na qual mulheres e homens, guiados pelas concepções anarquistas, conduziriam o futuro corpo social a se libertar do capitalismo e a viver em solidariedade e auxílio mútuo.

Mais do que qualquer doutrina política, o anarquismo tem uma preocupação especial com a emancipação feminina, o amor livre, o fim do casamento monogâmico e contratual, o divórcio, o direito à maternidade. Na medida em que não tem o Estado como alvo central de sua luta política, e em que a estratégia da ação direta coloca em cena outra concepção de revolução, na qual a transformação não se dá apenas no dia seguinte à tomada de poder político, mas ocorre gradualmente no cotidiano, outras dimensões da vida social, como o campo da moral acabam sendo privilegiadas<sup>139</sup>.

A luta pela liberdade feminina para os/as libertários/as era também uma questão moral, uma vez que se tratava de livrar a mulher dos padrões impostos socialmente. Ainda que os preceitos libertários visassem uma sociedade verdadeiramente livre, justa e igualitária, assim como ocorria no movimento socialista, tais questões eram vistas como apêndice das questões operárias.

---

<sup>137</sup> *Apud*: LEITE, Miriam L. Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984, p. 104.

<sup>138</sup> Pensadora política e militante anarquista estadunidense (1866 – 1912).

<sup>139</sup> RAGO, Margareth. Feminismo e Anarquismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. **Verve** - Revista do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária, São Paulo, n. 21, 2012, p. 45.

Proudhon<sup>140</sup> expressou em seus escritos ideias patriarcais, sugerindo que a mulher se resumia a ser “cortesã ou dona de casa” e afirmando que “antes a reclusão que essa pretensa emancipação da mulher”<sup>141</sup>. Dessa maneira, acreditava que deveria estar subordinada aos homens. Ainda na França, da mesma maneira, Jules Michelet<sup>142</sup> responsabilizou as mulheres pelo fracasso das revoluções de 1789 e 1848, taxando-as de pouco confiáveis e inapropriadas para uma vida fora do lar. Essas ideias sexistas e patriarcais foram combatidas por André Léo<sup>143</sup>, Jules Simon<sup>144</sup> e Louise Michel<sup>145</sup>.

Na capital paulista, as feministas-libertárias enfrentavam o sexismo e a misoginia no movimento anarquista, já que alguns anarquistas eram moralistas e questionavam a prática do amor livre, o carnaval ou festas populares, da mesma forma proibiam “hábitos burgueses” tal qual o consumo de bebidas alcóolicas, fumo ou a visita a bordéis<sup>146</sup>. As anarquistas criticavam seus companheiros de vida e de militância a respeito do lugar de subordinação que lhes era destinado socialmente e que ocupavam nas ações políticas ou nos sindicatos. O jornal *Avanti* publicou em 2 de março de 1901:

Mais de 700 mulheres, despreparadas, privadas da mais elementar organização, débeis, indefesas, na suprema reivindicação dos mais elementares direitos, encontraram energia para triunfar contra a prepotência do capitalismo esfaimador, na luta empenhada contra ele<sup>147</sup>.

<sup>140</sup> Filósofo e político econômico francês que viveu entre 1809 e 1865, foi o primeiro ideólogo anarquista, considerado um dos mais influentes teóricos do anarquismo. Participou da Revolução de 1848 em Paris e, por suas críticas a Napoleão III, ficou preso entre 1849 e 1852.

<sup>141</sup> PROUDHON, Pierre-Joseph. **A Pornocracia: ou as mulheres nos tempos modernos**. Roberto Leal Ferreira, 2015, p. 44.

<sup>142</sup> Historiador e filósofo francês, viveu entre 1798 e 1874 em Paris. Aproximou a História do grande público, popularizou figuras como Joana d’Arc, retratada como heroína nacional em suas obras.

<sup>143</sup> André Leo era o pseudônimo de Victoire Léodile Béra, romancista, jornalista e feminista francesa, viveu entre 1824 e 1900. Contribuiu para a Revolução de 1848, em 1866 o grupo feminista *Société pour la Revendication du Droit des Femmes* encontrava-se em sua residência. Trabalhou principalmente nas causas educacionais e sociais.

<sup>144</sup> Foi um político francês e professor, viveu entre 1814 e 1896. Fez parte da oposição ao governo de Napoleão.

<sup>145</sup> COX, Judy. Terremoto de gênero: as mulheres socialistas e a Comuna de Paris. Tradução: Giovanna Marcelino. **Marxismo Feminista**, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/2021/03/19/terremoto-de-genero-as-mulheres-socialistas-e-a-comuna-de-paris/>.

<sup>146</sup> RAGO, Margareth. Feminismo e Anarquismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. **Verve** - Revista do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária, São Paulo, n. 21, 2012, p. 48.

<sup>147</sup> BEIGUELMAN, Paula. **Os Companheiros de São Paulo: Ontem e Hoje**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 29.

As mulheres da elite pleiteavam um lugar na vida política e no mundo do trabalho, as que tiveram acesso ao letramento podiam ler e escrever sobre suas experiências, concepções e debater sobre seus ideais. Poucas mulheres populares e operárias eram alfabetizadas, o que não as impedia de se conscientizar dos ideais anarquistas e socialistas através de comícios, discussões, peças teatrais ou outras atividades promovidas por associações e sindicatos. As militantes libertárias se fizeram presentes nessas ações, criando laços de solidariedade e redes de sociabilidade.

Outras questões debatidas pelas libertárias giravam em torno do casamento, do amor livre e do sexo como natural e essencial à vida. Nesse sentido, as opiniões de Lacerda de Moura e Emma Goldman se aproximavam, ambas defendiam o amor livre e plural, combatiam a ideia do casamento monogâmico e indissolúvel, igualmente conflitavam com a dominação da Igreja Católica. Para elas, o casamento deveria ser substituído por uniões livres e pautadas pelo amor, e o divórcio, ocorrer de maneira pacífica quando a união se tornasse insatisfatória<sup>148</sup>. A mulher deveria ser livre em todos os sentidos (moral e econômico). Também pregavam a “maternidade consciente” e como opção do casal, indo de encontro ao preceito vigente da maternidade como missão da mulher.

A maternidade era reconhecida como a principal “função” da mulher, dessa forma, a educação feminina torna-se um ponto-chave, pois através dela pretendia-se o aperfeiçoamento físico e moral das mães e das futuras gerações do país. A “nova mulher” se constituiria num agente familiar, tornar-se-ia o baluarte da moral da sociedade, e dessa forma as normas deveriam ser transmitidas pelas mães as suas filhas a partir da adolescência e puberdade, período do início da vida fértil da mulher, devendo merecer atenção especial<sup>149</sup>.

Já as libertárias tinham outra visão do que deveria ser o casamento e a maternidade:

---

<sup>148</sup> GOLDMAN, Emma. Anarquia e a questão do sexo. Tradução: José Paulo M. Souza. **Arquivo Marxista na Internet**, 8 out. 2020

<sup>149</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de; ALVES, Gisele. “A nova mulher”: educando futuras mães (São Paulo 1850-1900). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Núcleo de Estudos de Gênero, v. 15, n. 18, 2006, p. 15.

O matrimônio apenas serve para abreviar a duração do amor, tornar odiosa a união. No lar, a mulher é escrava, o homem é o senhor, este tem direito de mandar, aquela direito de [...] obedecer [...] Como pode existir o amor entre uma escrava e um senhor? [...] Por isso o casamento é a morte do amor<sup>150</sup>.

A compreensão de matrimônio por parte das anarquistas aproximava-se das reflexões de Emma Goldman ao identificar o casamento como um martírio a que mulheres e homens deveriam se submeter, uma “escravidão mental e física”<sup>151</sup>. Igualmente, as ideias libertárias sobre a maternidade consciente apregoavam o controle de natalidade, circulando na imprensa manuais de como evitar “filhos indesejados”.

Em 1924, Lacerda de Moura publicou o livro “A Mulher é uma Degenerada”, no qual tecia críticas aos princípios vigentes que reforçavam a subalternidade feminina. Nessa obra, afirmava que a sujeição das mulheres se vinculava ao sistema vigente e que só seria possível superá-la através da educação, com a instalação de Escolas Modernas.

Outra questão polêmica era a da prostituição, vista como produto da opressão do capitalismo e do patriarcado. Em contraposição ao modelo ideal de feminilidade, a representação da prostituta era de “pecadora e perigosa”, “corrompida e ameaçadora”, sendo por isso considerada marginalizada. Para as anarquistas, as dificuldades econômicas e a ausência de autonomia e liberdade que levariam certas mulheres a se venderem como mercadoria, prostituindo-se diante das necessidades.

Em nenhum lugar a mulher é tratada de acordo com o mérito do seu trabalho, mas, ao contrário, é tratada como um sexo. É, portanto, praticamente inevitável que ela deva pagar por seu direito de existir, de manter a sua posição em qualquer que seja o âmbito, com favores sexuais. Desse modo, é somente uma diferença de grau se ela vende a si mesma a um único homem, seja dentro ou fora do casamento, ou a muitos homens<sup>152</sup>.

---

<sup>150</sup> O AMIGO DO POVO. São Paulo, 2 ago, 1902 *Apud*: RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 103.

<sup>151</sup> GOLDMAN, Emma. **Sobre Anarquismo, Sexo e Casamento**. São Paulo: Hedra, 2021, p. 69.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 97.

A cidade de São Paulo passou por um intenso crescimento durante a Belle Époque, vivenciando processos de reterritorialização das zonas e dos espaços de prostituição (bordéis), com a presença de prostitutas nacionais e estrangeiras (polacas e francesas). Médicos higienistas, juristas, jornalistas, membros da igreja e de instituições vigentes apontavam a prostituição como uma prática desviante, vinculada à criminalidade, ao alcoolismo, ao jogo, constituindo-se uma trama que levava à degeneração da família, da juventude e da moral. Nas fábricas, o perigo rondava em torno das ações de mestres e contramestres que assediavam as operárias. Temendo pela moralidade das jovens, os anarquistas passaram a condenar a prostituição, o carnaval ou outras festas populares<sup>153</sup>.

Os discursos circulantes, visando coibir e controlar a sexualidade feminina, definiam duas representações de mulher: a santa e a prostituta. As libertárias foram vozes dissonantes, muito embora, em um artigo publicado pel'*A Plebe*, Isabel Cerruti afirmasse que ainda não havia se preocupado com as questões do amor livre, uma vez que julgava a luta pelo pão prioritária.

Penso que só depois de se conquistar o pão para todos é que haverá a possibilidade de se exaltar o amor na plenitude de sua sagrada e santa missão criadora, tanto na esfera material como nas sublimidades morais, dando vida a seres humanos e inspirando a perfeição e a beleza da vida<sup>154</sup>.

Isabel Cerruti questionava se era possível amar numa sociedade repleta de opressões, indagava a respeito das diferenças de como o amor livre se daria para homens e mulheres. Seu artigo impulsionou questionamentos a respeito do tema, foi criticada por alguns e apoiada por outros. Erna Gonçalves discordava de Cerruti e interrogava:

Que motivos haverá para temer-se o amor livre?  
O homem dos nossos dias, influenciado pelos hábitos tradicionalistas dos nossos pais e avós têm, ainda um resto desse medo tolo, desse medo ignorante e fanático que se chama com elegância burguesa –

---

<sup>153</sup> RAGO, Margareth. Imagens da prostituição na Belle Époque paulistana. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p. 31-44, 2005.

<sup>154</sup> CERRUTI, Isabel. Amor Livre. **A Plebe**, São Paulo, ano II, n. 72, 29 set. 1934.

“preconceitos da sociedade” – e não concebe que se possa amar sem o freio do conceito de propriedade. [...] Ainda hoje, sim; em pleno século XX, e que no entanto pouco se diferencia dos primórdios da civilização nesse particular<sup>155</sup>.

Através das explicações sobre o que pensavam essas militantes, identifica-se que mesmo dentro da mesma vertente havia várias interpretações sobre o tema. Isabel Cerruti indagava a respeito da situação da mulher caso ela aderisse ao amor livre, que seria diferente da condição masculina perante a ideia de viver o amor de forma livre e plural. Ema Gonçalves tinha uma outra perspectiva que se aproximava das ideias de Emma Goldman, que de fato vivenciou o amor livre em sua estadia em Nova York.

Outra bandeira do feminismo libertário era educação, vista como uma forma de emancipação das mulheres. Os anarquistas concebiam a educação como uma das vias para superar as opressões do sistema. Os preceitos da “Escola Moderna”<sup>156</sup> se assentavam nas premissas do ensino racionalista, uma proposta de educação voltada para a ciência e não baseada na religião, com concepção pedagógica que se diferenciava do ensino vigente, a começar pelo ambiente limpo, arejado e amplo, com espaços externos além da sala de aula, incluindo visitas a fábricas e outros ambientes aproveitados como espaço para o ensino. Francisco Ferrer Guardia foi seu idealizador:

A verdade é de todos e socialmente deve-se a todo mundo. Colocar-lhe um preço, reservá-la como monopólio dos poderosos, deixar os humildes em uma sistemática ignorância e, o que é ainda pior, dar-lhes uma verdade dogmática e oficial, em contradição com a ciência, para que aceitem sem protesto seu ínfimo e deplorável estado, sob um regime político democrático, é uma indignidade intolerável e, por minha parte, julgo que o mais eficaz protesto e a mais positiva ação revolucionária consiste em dar aos oprimidos, aos deserdados e a todos quantos sintam impulsos justiceiros essa verdade que lhes é roubada, determinante das energias suficientes para a grande obra de regeneração da sociedade<sup>157</sup>.

<sup>155</sup> GONÇALVES, Erna. Amor Livre – a minha opinião. **A Plebe**, São Paulo, ano III, n. 81, 2 fev. 1935.

<sup>156</sup> Foi um movimento pedagógico de inspiração anarquista, que deu início à pedagogia libertária, no início do século XX, inspirada na filosofia de ensino do pedagogo catalão Francisco Ferrer Guardia.

<sup>157</sup> GUÀRDIA, Francisco Ferrer. La escuela moderna. Barcelona: Ediciones Solidaridad, 1912, p. 20-21. *Apud*: GALLO, Silvio. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. **Pro-Posições**, v. 24, n. 2, Campinas, may/aug. 2013.

Na capital paulista, houve algumas experiências educacionais baseadas no Pensamento Pedagógico Libertário, com novos métodos de ensino fundamentados na liberdade, na individualidade e na expressão da criança. O operariado praticamente não tinha acesso à educação, assim, uma educação com inspiração na Escola Moderna oferecia instrução para adultos, profissionais e através dos Centros de Cultura Social.

Na escola, os jornais operários serviam de suporte técnico para as salas de aula através de seus artigos, muitos deles, contendo a tradução de textos de educadores anarquistas estrangeiros. Deste modo, ao mesmo tempo em que forneciam material para análise e estudo dos alunos, divulgavam as idéias anarquistas e as experiências pedagógicas libertárias desenvolvidas em outros países<sup>158</sup>.

A metodologia e a abordagem utilizadas contribuía para que no processo educacional se inserissem as ideias incutidas pela igreja católica. Militantes que ainda não haviam se alfabetizado puderam ter acesso à educação, as escolas ofereciam aulas pela manhã e à noite, o ensino oferecido era para meninas e meninos. Entre as militantes que se engajaram na causa das Escolas Modernas, destacou-se Maria Angelina Soares<sup>159</sup>, que também contribuía com artigos para os jornais operários. Ela acreditava que, para construir uma sociedade livre e justa, o caminho seria através da educação; junto com Izabel Cerruti, fundou o Centro Feminino de Educação<sup>160</sup>. Já Maria Antonia Soares<sup>161</sup> fazia parte do Centro Feminino de Jovens Idealistas, que foi inaugurado por volta de 1913, conforme publicação no jornal *A Lanterna*:

---

<sup>158</sup> KASSICK, Clovis Nicanor. Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 32, p.136-149, dez 2008, p 139. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5095/art09\\_32.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5095/art09_32.pdf). Acesso em: 6 set. 2025.

<sup>159</sup> Escritora e ativista anarquista, viveu entre os anos de 1901 e 1985, foi bordadeira e depois professora na Escola Moderna localizada na av. Celso Garcia. Contribuiu com escritos para os jornais *A Lanterna*, *O Libertário*, *A Voz da União*, *A Plebe* e *A Voz dos Garçons*.

<sup>160</sup> MENDES, Samantha Colhado. **Companheiras**: mulheres anarquistas em São Paulo (1889-1930). São Paulo: Faíscas Libertárias, 2021, p. 330-332.

<sup>161</sup> Militante anarquista, atuou na Escola Moderna, escreveu artigos para os jornais operários, participou do Centro Feminino para Jovens Idealistas, atuou em greves e fez parte do teatro operário.

Centro Feminino de Jovens Idealistas – Com grande satisfação, damos publicidade a seguinte carta, com a qual nos é transmitida a animadora notícia da fundação de novo núcleo de propaganda:

Companheiros da Lanterna:

Venho por meio desta participar-lhes uma boa nova.

Domingo, 29, houve uma reunião de jovens companheiras, fundando-se o Centro Feminino de Jovens Idealistas.

Propõe-se este centro tratar por todos os meios de propaganda em favor da emancipação da mulher, isto é, tira-la da escravidão em que hoje se encontra e coloca-la no lugar que lhe corresponde na sociedade.

Com esse propósito, tratará de organizar as classes trabalhadoras em que haja mulheres e levar a seu seio a luz benéfica da Verdade.

Como, porém, esta associação não conta com recursos para começar a luta que se impôs sustentar, resolveu-se fazer uma rifa apelando nós para a boa vontade dos camaradas afim de conseguirmos o que desejamos.

O nosso intuito não é tratar exclusivamente da causa feminina, mas auxiliar toda a propaganda emancipadora. Em todas as ocasiões que os companheiros iniciarem algum [...] de propaganda, poderão contar com a nossa solidariedade.

Pelas companheiras, - Maria Soares.<sup>162</sup>

Essas libertárias acreditavam que, através da propaganda, conseguiriam atrair um maior número de mulheres, ou seja, de forma pedagógica e instrutiva, pretendiam emancipar a figura feminina, seguindo os mesmos preceitos que Emma Goldman havia proposto em seus escritos, suas palestras e suas ações. Da mesma maneira, não excluíam os homens, uma vez que a emancipação feminina só aconteceria com a emancipação da humanidade, que ocorreria por meio da educação sexual, do amor livre, da maternidade consciente, do fim do casamento monogâmico e contratual, assim como do combate ao sexismo presente no meio operário, manifestado através da hierarquia dentro do movimento.

As militantes paulistanas agiam em consonância com as lideranças do movimento operário da Europa e da América do Norte, isto é, as contribuições de militantes brasileiras em jornais europeus, a divulgação das ideias dos principais teóricos e práticos, bem como os acontecimentos internacionais veiculados pela imprensa operária contribuíam para a consciência de classe além das fronteiras nacionais.

---

<sup>162</sup> SOARES, Maria. Centro Feminino de Jovens Idealistas. **A Lanterna**, São Paulo, 5 abr. 1913.

Mulheres que atuaram no movimento operário e na luta pela educação também se destacaram por tecer críticas à educação estabelecida. Contudo, as Escolas Modernas se tornaram alvo de difamação, suas autorizações para funcionamento foram cassadas e, em 1919, foram fechadas; algumas voltaram a funcionar com outro nome, para não sofrer com novas perseguições.

Outra maneira encontrada pelas feministas em busca da emancipação da mulher e de toda a humanidade foi propagar o ideal libertário através da arte, particularmente o teatro. As peças, que também eram encenadas em italiano ou espanhol, tinham como propósito oferecer uma experiência ao expectador sob o ponto de vista das operárias e dos operários, tentando de forma pedagógica e didática espalhar a mensagem libertária. As histórias giravam em torno do cotidiano retratando relações entre operários e patrões e as desigualdades sociais. A atividade ocorria em festas organizadas pelas associações operárias a fim de arrecadar fundos para as entidades de apoio mútuo, dado que os princípios libertários eram a cooperação, a solidariedade e a fraternidade. Dessa maneira,

[...] tais festas dividiam-se em três partes: no início, uma conferência de teor ideológico e libertário, geralmente ministrada por alguém do “núcleo dirigente” do movimento anarcossindicalista; a seguir, vinha quase sempre uma peça teatral, também de conteúdo doutrinário; por fim, no ponto culminante do evento, o quase inevitável “baile familiar”, fulminado eventualmente em alguns órgãos da imprensa operária.<sup>163</sup>

Alguns militantes faziam críticas aos bailes oferecidos pelas associações, acreditando que os esforços e a energia deveriam ser empregados na luta social. Após 1917, as agremiações passaram a promover festivais em que ocorriam jogos, música, entre outras atividades para entreter o público. As mulheres participavam ativamente do teatro, nos bastidores, encenando ou escrevendo, como o fez Maria Lacerda de Moura, criando o prefácio da peça “Bandeira Proletária”, de Marino Spagnolo, representada inúmeras vezes. A obra abordava temas relativos à mulher, como amor livre, sexo, maternidade consciente, também o sexismo e a misoginia presentes no meio operário.

---

<sup>163</sup> HIPÓLIDE, Eduardo Gramani. O Teatro anarquista e o conceito de arte na imprensa operária de 1901 a 1922. **Projeto História**, São Paulo, n. 43, dez. 2011, p. 548.

Todas as atividades eram veiculadas pela imprensa, através da qual se trocavam ideias e discutiam assuntos ligados à causa da emancipação e das questões das mulheres.

### 3 – RESISTÊNCIA E LUTA: EXPERIÊNCIAS FEMININAS NAS GREVES DE 1917

Este capítulo tem como proposta rastrear as resistências e contribuições das mulheres nas lutas operárias, com destaque para as greves ocorridas em 1917, dando visibilidade à participação feminina, que foi pouco observada, sendo a mulher colocada numa posição de subalternidade em relação à figura masculina pela imprensa do período e pela historiografia.

#### 3.1 Tecendo a resistência: movimentos e articulações

Entre 9 e 16 de julho de 1917, a cidade de São Paulo parou. A Greve Geral de 1917, que mobilizou mais de cem mil trabalhadores, paralisou o comércio e os serviços essenciais, o pão, o leite, o gás e o transporte se tornaram escassos. A população, que nunca tinha presenciado um movimento de tal magnitude, sentiu o impacto da paralisação que partiu do operariado, que exigia melhores salários e condições de trabalho dignas.

A acentuada participação feminina na indústria era um reflexo das intensas transformações sob diferentes aspectos que ocorreram cidade – entre elas, nos anos de 1917 a 1920, houve uma efervescência no movimento operário. Embora este estudo não tenha a pretensão de explicar todas as complexas transformações ocorridas em São Paulo, priorizam-se as agitações nos campos sociais, precisamente, as ações do operariado.

Entre 1907 e 1919, a industrialização no estado de São Paulo passou por um processo de crescimento, ampliando sua participação na economia brasileira de 15,9% para 31,5% em 1919. Em 1920, foi verificado um novo momento de expansão da indústria, processo que consolidaria a capital paulista como a cidade de maior concentração industrial<sup>164</sup>. A economia cafeeira paulistana se expandiu para o Oeste do estado, tendo a possibilidade de escoamento do produto dinamizada pelas linhas férreas e pelo porto de Santos (ver capítulo 1). A Primeira Guerra Mundial (1914-

---

<sup>164</sup> CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Unicamp, IE, 2007, p. 234.

1918) teve papel decisivo no desenvolvimento da indústria brasileira, ante as dificuldades de importação e o aumento da demanda interna.

A substituição das importações levou a um impulso na industrialização, principalmente em São Paulo. O setor têxtil e o de alimentos foram os que mais cresceram, a infraestrutura (ferrovias e tecnologias de comunicação) desenvolvida para a distribuição do café também facilitou o escoamento dos produtos industriais, garantindo a ascensão do mercado consumidor interno. Nos momentos das baixas do café, como ocorreu entre 1898 e 1907, houve fluxos de trabalhadores do campo para a cidade, a indústria paulista absorveria esses trabalhadores.

No início da industrialização, a força de trabalho poderia ser enquadrada no que Marx chamou de “desgaste material e moral das máquinas”, ou seja, o custo do capital fixo em nada se alteraria se a fábrica funcionasse duas ou quatro horas a mais, o patronato então condicionava o trabalhador a uma jornada de 12 ou mais horas, garantindo um lucro extra sem custos adicionais<sup>165</sup>. Na capital paulista, o setor têxtil, que empregava mais da metade do operariado paulista, utilizava extensivamente da mão de obra feminina: o Censo de 1920 revelou que as mulheres eram 55,2% da mão de obra<sup>166</sup>. Com menores salários que os homens, garantiam um menor custo de produção e altos lucros ao patronato.

Ainda sobre os custos da produção dentro da fábrica, é significativo retomar a ideia do valor estipulado para os salários:

A questão é que a estrutura salarial de uma economia capitalista desenvolvida não era construída num vazio. Ela começa como uma modificação ou distorção da hierarquia salarial pré-industrial e só gradualmente veio se aproximar do novo padrão; mais rapidamente nas áreas de falta de flutuações comerciais abruptas, do que em outras; e certamente mais depressa naquelas economias que tiveram sucesso em destruir ou desorganizar as organizações de autodefesa dos pequenos produtores ou trabalhadores pré-industriais. Contudo, o importante a ter em mente é que o cálculo do salário do trabalhador permaneceu por muito tempo, e ainda permanece até certo ponto,

---

<sup>165</sup> FAUSTO, Bóris. **Trabalho urbano e conflito social**: 1890-1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 136.

<sup>166</sup> BRAZIL. **Recenseamento do Brasil**. Vol. V (1º. parte). Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb00000360/recenseamento1920ind1/recenseamento1920ind1.pdf>.

um cálculo em grande parte decorrente do costume e não do mercado<sup>167</sup>.

A taxa de salários era distante do considerado adequado para a sobrevivência. Conforme registra o censo de 1920, na indústria têxtil, mulheres adultas ganhavam 4.684 réis por dia, enquanto homens recebiam pelas mesmas funções 5.616 réis<sup>168</sup>. A oferta de emprego para mulheres era maior que nas demais cidades do país, em razão do elevado número de indústrias, fazendo com que se reduzisse o valor médio dos salários. Além da baixa remuneração, o operariado enfrentava outros desafios, como a contribuição pró-pátria, que consistia em uma taxa descontada pelos industriais do salário do operariado como forma de recolher fundos para o esforço de guerra da Itália, já que parte da elite industrial italiana tinha envolvimento com a nação a que outrora pertencera.

Outra condição que afetou o operariado foi o encarecimento dos produtos alimentícios. A crítica e polêmica girava em torno dos açambarcadores, acusados de comprar os produtos e vender para o exterior, que estava em guerra – e, como o Brasil ocupava uma posição de neutralidade, conseguia vender para várias nações. Essa situação ocasionou inflação e falsificação de produtos alimentícios; substâncias tóxicas foram adicionadas a alguns itens, como nas farinhas de trigo e de mandioca, enquanto no leite acrescentava-se água e polvilho, no sal havia areia e vidro moído. O preço do trigo disparou, elevando o valor do pão, produto essencial à mesa dos setores populares. Os panificadores se juntaram ao coro da imprensa e outros setores da sociedade que exigiam que o governo tomasse alguma atitude<sup>169</sup>.

A grande imprensa alertava o patronado e o governo a respeito da grave situação do operariado, na medida em que na imprensa operária os trabalhadores iniciaram um movimento de protesto diante do descaso governamental, passaram a instigar o boicote aos produtos de empresas que haviam sido denunciadas por trustes. A alimentação representava mais da metade do salário; a crise iniciada em 1914 se tornava insustentável em 1917. As condições de trabalho eram deploráveis,

---

<sup>167</sup> HOBBSAWM, Eric. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022, p. 466.

<sup>168</sup> BRAZIL. Recenseamento do Brasil. Vol. V, (2ª. parte). Rio de Janeiro, 1920, p. XI-XVI. *Apud*: CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Unicamp, IE, 2007, p. 134.

<sup>169</sup> LOPREATO, Christina S. Roquete. **O Espírito da Revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000, p. 70.

as fábricas eram ambientes insalubres, uma ameaça à saúde do operariado, as más condições dos equipamentos ampliavam a possibilidade de acidentes de trabalho, transformando o espaço fabril em local inseguro e hostil.

As poucas leis que existiam para proteger o/a trabalhador/a não eram respeitadas, e não havia punição para o patronato, que não as cumpria. O operariado se sujeitava às péssimas condições impostas, e também lidava com a insegurança no emprego, uma vez que os empresários alegavam dificuldades financeiras e ameaçavam demitir os homens adultos, preferindo a mão de obra feminina e a infantil, mais baratas.

Além das condições em que se encontrava o operariado adulto, o trabalho infantil era considerado aviltante. As extensas jornadas de trabalho, o trabalho noturno e os castigos impostos aos menores passaram a ser assuntos cada vez mais discutidos pelos/as militantes, estando presentes em diversos artigos na imprensa:

Observamos sempre com tristeza a indigente vida das criancinhas operárias, representantes das gerações vindouras, promessa, esperança risonha de um futuro melhor, mais humano. Vemo-las encerradas em edifícios horríveis, enormes, tétricos como a alma daqueles que ali as encerram. Vemo-las, ao amanhecer, quando os filhos dos privilegiados dormem tranquilamente em macios e quentes leitos, serem despertadas brutalmente por pais embrutecidos, ou com piedade por mães que não têm outro sustento que o que lhes podiam dar o trabalho dos seus filhinhos<sup>170</sup>.

A militante Maria Antonia Soares denunciava as condições e condenava o trabalho infantil, situação que causava indignação em diversos setores. Apresentava a experiência de crianças pertencentes à elite, que tinham acesso à educação e ao lazer, contrastando com as crianças operárias, que precisavam trabalhar para contribuir para a renda familiar. Continua:

---

<sup>170</sup> SOARES, Maria Antonia. Pela criança, pela mulher, pela humanidade. *Guerra Social*, Ano III, n. 46, mai. 1917, p. 7. *Apud*: LUDMILA, Aline *et al.* **Unidas nos lancemos na luta**: o legado anarquista de Maria A. Soares. São Paulo: Tenda de Livros, 2021, p. 113.

Vemo-las, finalmente tiritando de freio; mortas de sono e fadiga, entrarem nas fábricas e nas oficinas onde têm que permanecer encerradas todo dia; entregues a um trabalho esfalfante, lidando com engrenagens perigosas, entre as quais deixam a miúdo, um membro ou a própria vida.

E, à noite, abatidas sob o peso do seu imenso infortúnio, chegam à casa onde não encontram um consolo, um alento, nem ao menos o alimento necessário para satisfazerem o seu estômago debilitado<sup>171</sup>.

Maria Antonia Soares apresentava a situação das crianças descrevendo a extenuante rotina de trabalho e sofrimento a que os menores estavam submetidos, além de retratar o ciclo de miséria, ausência de conforto, extrema pobreza e a anulação da infância.

Os anarquistas se lançaram numa empreitada a fim de conscientizar a população e os pais das crianças sobre os males que o trabalho infantil causava. Em artigos na imprensa e comícios, era abordada a situação das crianças e também outras pautas da luta operária. Dessa forma, libertárias/os se utilizaram da campanha contra o trabalho infantil para desconstruir a ideia que os identificava como desordeiros, aproximando-se das demais frentes da luta operária, articulados com os socialistas, os sindicalistas revolucionários ou setores da sociedade que discordavam do trabalho infantil. Com a aproximação do Primeiro de Maio, os esforços foram para criar uma manifestação em que as tónicas fossem as injustiças sociais que assolavam o operariado, a insatisfação com a guerra e a situação de carestia.

Isabel Cerruti analisava a comemoração de operárias e operários (provavelmente italianos ou de ascendência italiana) acerca de uma vitória da Itália sobre a Áustria. A autora expressava o que parte do operariado pensava a respeito da Guerra:

[...] Que bem pode advir para a turba sofredora a vitória da sua “pátria”?

Sim, dizem que a guerra da Italia contra a Áustria é em pról da liberdade de um povo oprimido.

Usuflye, por ventura, a liberdade o proletariado na Italia – ou em qualquer parte do globo?

---

<sup>171</sup> SOARES, Maria Antonia. Pela criança, pela mulher, pela humanidade. Guerra Sociale, Ano III, n. 46, mai. 1917, p. 7. *Apud*: LUDMILA, Aline *et al.* **Unidas nos lancemos na luta**: o legado anarquista de Maria A. Soares. São Paulo: Tenda de Livros, 2021, p. 113.

Mais ou menos identicamente, em toda a parte a classe produtora vive no mesmo regimen da escravidão. E se alguma melhoria conquistou foi á custa dos seus esforços, - foi arriscando a sua vida, foi derramando o seu sangue. Nada lhe veiu nem lhe virá expontaneamente da classe parasitaria.

E a Italia, ou qualquer outra nação, pode conquistar o infinito que a vida do proletariado será o mesmo vai-vem: trabalhar, trabalhar; comer enquanto é valido para o trabalho e depois estender a mão á caridade ou morrer á fome...<sup>172</sup>

Sobre a Primeira Grande Guerra, a imprensa operária se manifestava contra o conflito, não via nele solução para os problemas da classe, além de expressar que a guerra servia aos interesses do capitalismo. Após a entrada dos Estados Unidos na guerra e a possibilidade da adesão do Brasil, lideranças operárias temiam que as questões do proletariado fossem deixadas de lado. A proposta era que se organizassem numa ação coletiva, os sindicalistas revolucionários propuseram que fossem formadas ligas de resistência, pensadas e organizadas a partir dos bairros, assim seria possível atingir parte do operariado desfilado dos sindicatos ou que não trabalhava nos núcleos fabris.

O aumento de trabalhadores ligados às Ligas Operárias levou ao debate entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, que divergiam em relação à forma de encaminhamento das ações, mas as duas correntes acabaram entrando em consenso e divulgaram no *Guerra Sociale*<sup>173</sup> as Bases do Acordo Geral da União dos Trabalhadores, apregoando a unidade e discutindo como as ligas e os operários deveriam se organizar. O documento estabelecia consensos como a propaganda contra o serviço militar obrigatório, o combater à lei de expulsão dos estrangeiros e o zelo pelo direito a associação – a orientação era que as ligas discutissem tais premissas com seus filiados. A primeira liga a se constituir foi a da Mooca, depois do Belenzinho, seguido pelos bairros da Lapa, Brás, Cambuci, Bom Retiro, Vila Mariana e Ipiranga, estreitando os laços de solidariedade entre os trabalhadores pela cidade<sup>174</sup>.

<sup>172</sup> CERRUTI, Isabel. Em volta da Guerra. À Classe proletária não aproveita a queda de Gorizia. **A Lanterna**, São Paulo, Ano XV, n. 291, 2 set. 1916, p. 3.

<sup>173</sup> Periódico com inspiração anarco-comunista, editado em italiano, circulou entre 1915 e 1917. Antes de *A Plebe* ocupar esse lugar, foi um dos principais veículos informativos da organização e da propaganda proletária.

<sup>174</sup> LOPREATO, Christina S. Roquete. **O Espírito da Revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000, p. 102.

Outro aspecto que impactou o operariado paulistano foi a notícia da Revolução Russa (1917), os socialistas e anarquistas animaram-se com a ideia da experiência revolucionária que teve sucesso. Segundo Emma Goldman<sup>175</sup>, foi temendo que a Revolução Russa se espalhasse pelo mundo que o sentimento anticomunista nasceu, a vitória dos bolcheviques reforçou a crença de que seria possível uma revolução do proletariado, o exemplo russo ecoou inspirando as lutas.

A greve teve início com as tecelãs do Cotonifício Crespi, no dia 4 de maio de 1917. Em assembleia elas decidiram solicitar aumento entre 10 e 15% nas tabelas então em vigor e o fim da contribuição pró-pátria, além da denúncia de trabalho infantil. A fábrica se recusou a aceitar as reivindicações, e as operárias cruzaram os braços. No dia 5 de maio, outra tecelagem, situada no largo do Belenzinho, aderiu à greve, uma vez que a solicitação de aumento não foi atendida.

Foi na Liga Operária da Mooca que operárias/os das duas fábricas deliberaram juntar esforços na luta pelas suas reivindicações. E, no dia 10 de maio, decidiram recusar a proposta patronal em receber o adiantamento do salário. A greve do setor ganhou espaço na grande imprensa, que havia advertido os industriais a respeito dos péssimos salários pagos. No dia seguinte, o patronato acenou com uma proposta de aumento salarial, porém, condicionava ao aceite de um novo regimento da fábrica, que previa aplicação de multas e descontos nos salários. As/Os operárias/os do Cotonifício Crespi se recusaram a retornar ao trabalho enquanto suas solicitações não fossem atendidas e, após 15 dias de greve, conseguiram todas as suas solicitações atendidas. Outras greves ocorreram no setor têxtil tanto da capital como pelos interiores, podendo-se observar o poder de organização e luta.

O jornal *A Plebe* destacava-se na perspectiva anarco-sindicalista. O periódico passou a propagandear a greve geral e, em 9 de junho de 1917, publicou:

O operariado de São Paulo parece despertar para a luta.  
Movimento grevista. - Associações que surgem  
[...] Alguns grevistas já se manifestaram, ao mesmo tempo que se  
vae tratando de constituir associações de resistência e de acentuada  
luta social.

---

<sup>175</sup> SOUZA, Elizabeth Lobo. Emma Goldman. Revolução e desencanto: do público ao privado. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, p. 29-41, 1989.

Dando execução ao seu programma, o “Comitê” Popular de ‘Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários tem promovido reuniões em vários bairros com o fim de organizar ligas operarias que, dentro em breve, reconstituirão a União Geral dos Trabalhadores<sup>176</sup>.

E continuava:

Os trabalhos nesse sentido prosseguem e é de se esperar que, no mais breve tempo possível, o proletariado de S. Paulo possa dispor de uma potente organização de luta para fazer frente com vantagem aos miseráveis que, pavoneando-se estupidamente com títulos e comendas comprados a peso de ouro, vão acumulando fortunas colossais á custa de indefesas creanças, de pobres mulheres, da velhice alquebrada e de uma multidão de homens a quem a miséria continua do seu triste viver amorteceu a noção da dignidade e da altivez<sup>177</sup>.

Em sua publicação de estreia, o artigo, que não está assinado (provavelmente, de autoria do editor Edgard Leuenroth), fazia um apelo para que os trabalhadores se organizem na luta contra a exploração. Em 9 de junho de 1917, novamente no Cotonifício Crespi, operárias e operários declararam greve, reclamando o aumento salarial e o fim do trabalho noturno:

Não contente o explorador Crespi com fazer os operarios trabalhar umas 13 horas diárias, quando na Russia os trabalhadores já conquistaram a jornada de 6, pretendeu acabar, de repente, com a vida dos que produzem para ele, obrigando-os a trabalhar tambem de noite, até ás 23 ou 24 horas.

Os operarios, como é natural, negaram-se a obedecer a estúpida e proterva ordem do burguez e abandonaram o trabalho.

Assistimos a algumas assembléas dos grevistas, podendo constatar que estão possuídos do maior entusiasmo e decididos a persistir na greve, provocada pelo patrão, até que este resolva aceitar as condições que exigem para voltar ao trabalho<sup>178</sup>.

A partir desse momento, o movimento ganhou maior notoriedade na imprensa; a polícia também se envolveu, agindo com truculência em defesa dos interesses dos industriais. Foi com a nomeação do novo responsável pela delegacia

<sup>176</sup> A PLEBE. Acção Obreira. São Paulo, Anno I, n. 1, 9 jun. 1917, p. 3.

<sup>177</sup> A PLEBE. Acção Obreira. São Paulo, Anno I, n. 19, jun. 1917, p. 3.

<sup>178</sup> A PLEBE. Actividade das Ligas Operarias. São Paulo, Anno I, n. 3, 23 jun. 1917, p. 3.

do Brás que as ações grevistas tomaram outro rumo, sob as ordens do delegado Bandeira de Mello, nove operários tidos como os responsáveis pela agitação foram intimados a comparecer à delegacia no dia 13 de junho. O delegado acreditava que eram os anarquistas os responsáveis pela greve no Cotonifício Crespi. As mulheres expressaram que aquele era um movimento de todos da fábrica, reafirmando seu compromisso com a causa e com os companheiros<sup>179</sup>. A *Plebe* publicava sobre o episódio:

A polícia, porém, assim não entende e, sob pretextos varios e cada qual o mais insustentável, está exercendo pressão sobre os operários que se declaram em greve, praticando contra eles as suas violências costumeiras e iniciando contra os militantes do nosso movimento uma obra odiosa de difamação com o intuito evidente de os desmoralizar o exercer contra eles uma feroz perseguição<sup>180</sup>.

Bandeira de Mello lançou uma acusação na qual imputava o crime de falsificação de moedas, com a finalidade de responsabilizar os libertários, que acreditavam que o delegado tinha o desejo de fechar a Liga Operária da Mooca, a fim de desmobilizar o crescente movimento grevista. A imprensa operária denunciou a sucessiva tensão entre o operariado e a força policial:

Tentando amedrontar os grevistas, têm sido mandado alguns soldados, embrutecidos e bêbados, ameaçal-os de porta em porta, intimando alguns a comparecer á delegacia e prendendo outros. Os operarios, porém, têm sabido proceder com a devida energia. Intimados varios deles a ir á policia, para lá seguiram todos, incorporados, entrando muitos e ficando os mais á porta. Aos atrevimentos, ás malcriações e ás infames calumnias levantadas contra alguns de nossos militantes pelo delegadete Bandeira de Mello, responderam os operarios e operarias com a devida altivez e desassombro, repelindo-as incontinenti<sup>181</sup>.

Logo após a intimação, em reunião na Liga Operária da Mooca, a assembleia decidiu que cinco operárias acompanhariam os convocados à delegacia. A decisão

<sup>179</sup> LOPREATO, Christina S. Roquete. **O Espírito da Revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000, p. 114.

<sup>180</sup> A PLEBE. O Movimento operário e a polícia. São Paulo, Anno I, n. 2, 16 jun. 1917, p. 3.

<sup>181</sup> A PLEBE. Os tecelões na fábrica Rodolpho Crespi. São Paulo, Anno I, n. 2, 16 jun. 1917, p. 3.

de enviar mulheres junto torna visível a importância da participação feminina nas lutas operárias.

Desorientado, o empertigado cavalheiro... da má figura lançou mão do recurso supremo para ver se conseguia vencer os trabalhadores, mandou fechar a fábrica.

Os grevistas não se impressionaram com essa fanfarronada do refinado explorador do trabalho alheio, continuando a realizar diariamente as suas animadas assembléas na sede da Liga Operária da Moóca, da qual fazem parte<sup>182</sup>.

Para o operariado, a greve era legal e justa, sendo encaminhada sem confusões ou violência, ao passo que a intervenção da polícia era vista como ilegal. Ainda como forma de intimidar e desmobilizar o operariado, a direção do Cotonifício Crespi enviou mais uma vez mestres e contramestres às suas casas, pressionando-os para retornar ao trabalho. No dia 19 de junho, foram presos quatro grevistas nas imediações do Cotonifício; rapidamente, o operariado se reuniu em uma manifestação com cerca de 500 pessoas para a soltura dos companheiros.

As ameaças aos grevistas cederam quando, em 22 de junho, a diretoria do Cotonifício resolveu fechar as portas da fábrica, cerrando setores que ainda não haviam paralisado. A ação operária, que já demonstrava solidariedade, agora voltava todos os esforços para arrecadar fundos para auxiliar os grevistas. A Liga Operária do Belenzinho organizou um comício:

Companheiros:

Este comício, com a presença de todos, deve ser um verdadeiro expoente da solidariedade operária, de todos os que têm sentimentos de justiça e aspirações de liberdade.

Viva a solidariedade operária!

Vivam as reivindicações populares!

A COMISSÃO ORGANIZADORA<sup>183</sup>

Ecoavam discursos inflamados em favor de uma greve geral, de um movimento em apoio a ela. Entre os oradores, uma mulher, que não foi identificada:

<sup>182</sup> A PLEBE. Actividade das Ligas Operárias. São Paulo, Anno I, n. 3, 23 jun. 1917, p. 3.

<sup>183</sup> A PLEBE. Um grande comício de solidariedade. São Paulo, Anno I, n. 3, 23 jun. 1917, p. 3.

“[...] á improvisada tribuna cinco companheiros e uma companheira...”<sup>184</sup> Além dos anarquistas, maçons e socialistas apoiavam e engajavam o movimento através de seus periódicos. Diante do convite para negociar com os diretores, os grevistas reuniram-se na Liga Operária da Mooca para listar suas exigências: aumento salarial de 20%, fim das multas e dos castigos para crianças, tratamento mais respeitoso por parte dos mestres e contramestres, sobretudo com as mulheres e crianças<sup>185</sup>.

Diante dos pedidos dos/as grevistas, a diretoria anunciou o que seria possível ceder na questão salarial, que não atenderia as requisições quanto à questão disciplinar, além do mais, ameaçou demitir cerca de 40 tecelãs e tecelões considerados os causadores do movimento. Os/As operários/as, em assembleia, decidiram fazer um comício em forma de protesto e, em uma caminhada pelas ruas do Centro da cidade, reuniram mais de duas mil pessoas.

Encontra-se no mesmo pé o movimento dos operarios do “Cotonificio Rodolpho Crespi”

O referido explorador persiste em não atender ás reclamações dos operarios. Propoz um misero aumento de salários a uma parte, com o fim evidente de os dividir.

Enganou-se, porém, pois os grevistas continuam dispostos a luta até a victoria de sua justa causa<sup>186</sup>.

A diretoria ofertou aumento de 15%, que não foi aceito pelos grevistas, que, além disso, propuseram “a boicotagem dos produtos do ‘Cotonificio Rodolpho Crespi’, estando distribuído boletim nesse sentido”<sup>187</sup>. A solidariedade aos grevistas do Cotonificio Crespi propagava-se em todas as Ligas Operárias existentes. As libertárias e os libertários aproveitaram o momento para discutir com outras tendências a possibilidade de uma greve geral, já que outros setores começaram a deflagrar greves. Como os trabalhadores da Estamparia Ipiranga, que, ao reivindicar os pagamentos atrasados e um aumento salarial de 20%, não foram atendidos. Após dez dias, os diretores cederam, atendendo à solicitação operária. Houve outras

<sup>184</sup> A PLEBE. O comício de domingo. São Paulo, Anno I, n. 4, 30 jun. 1917, p. 3.

<sup>185</sup> LOPREATO, Christina S. Roquete. **O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917.** São Paulo: Annablume, 2000, p. 119.

<sup>186</sup> A PLEBE. A greve dos tecelões. A decisão dos operarios já vae desnordeando os burgueses. São Paulo, Anno I, n. 5, 9 jul. 1917, p. 3.

<sup>187</sup> A PLEBE. A grève dos tecelões. Os produtos do “cavalliere” boicotados. São Paulo, Anno I, n. 5, 9 jul. 1917, p. 3.

reclamações, como: Pinoti Gamba, no Cambuci; Companhia de Indústrias Têxteis, na Mooca; E. Mortaria, no Belenzinho; e a fábrica Labor, também na Mooca<sup>188</sup>. Essas foram mais bem sucedidas que a dos trabalhadores do Cotonifício Crespi.

Os embates com a polícia se intensificaram, na medida em que a força policial estava guarnecendo os arredores do Cotonifício Crespi, por solicitação do proprietário. Os grevistas que por ali passavam eram provocados e até mesmo presos. “Em todas as mobilizações, destacam-se as mulheres. Sua participação é notada nos discursos de rua, nas reuniões da Liga Operária da Mooca”<sup>189</sup>. Em 7 de julho, além dos têxteis, os marceneiros e, depois, os funcionários da Companhia Antártica de Bebidas se uniram ao movimento de greve.

No dia 8 de julho, trabalhadores de várias categorias se reuniram e decidiram pela criação de um Comitê de Defesa Proletária. Em 9 de julho, manifestantes e policiais entraram em confronto, em frente à fábrica de tecidos Mariângela, localizada no Brás. O delegado se deslocou até o local do conflito, sendo recebido com vaias. Em contato com o Presidente do Estado Altino Arantes, resolvem reforçar a força policial e avançar

[...] sobre a tiros e cargas da cavalaria. Há feridos de ambos os lados, em maior proporção entre os operários. Atingido por uma bala no estômago, o sapateiro anarquista Antonio Martinez morre no dia seguinte. Nesse interim, a paralisação se estende, abrangendo 35 empresas com mais de 15 mil grevistas, entre os quais se encontram os trabalhadores da Mariângela e da Estamparia Ipiranga, estes agora em greve de solidariedade<sup>190</sup>.

A notícia da morte do jovem sapateiro militante se espalhou pela cidade e difundiu o sentimento de indignação. O movimento passou de uma grande greve para uma paralisação geral.

O cortejo fúnebre de Martinez virou ato político em repúdio à violência policial. O Comitê de Defesa Proletária publicou boletim e convidou todos a participarem, a multidão era composta de mulheres, crianças e homens. Em meio a socialistas e

---

<sup>188</sup> A PLEBE Os operários da fábrica “Labor” conseguiram um aumento de salários. São Paulo, Anno I, n. 4, 30 jun. 1917, p. 3.

<sup>189</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 220.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 221.

anarquistas, muitos discursaram, em português, espanhol e italiano. Entre diversos discursos inflamados, destacou-se o de uma mulher vestida de preto responsabilizando os policiais pela morte do companheiro, que não estava fazendo nada a não ser exercer seu direito de protestar pacificamente, o que era permitido por lei<sup>191</sup>.

Figura 1 – Funeral do sapateiro José Inegues Martinez, assassinado durante greve geral



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth

---

<sup>191</sup> LOPREATO, Christina S. Roquete. **O Espírito da Revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000, p. 32.

Figura 2 – Cortejo fúnebre do operário Martinez descendo a ladeira do Carmo; manifestantes empunhando bandeiras vermelhas



Fonte: A Cigarra, 26 jul. 1917, p. 12

O cortejo percorreu o Centro da cidade, da rua Rangel Pestana à ladeira do Carmo, seguindo até o Cemitério do Araçá. Foi interrompido várias vezes por comícios. Um grupo destacado de mulheres se encaminhou até a Repartição Central da Polícia, a fim de pedir a soltura do anarquista Antonio Naplinsk, preso no dia anterior. Permaneceram todos em silêncio e sem os chapéus, em sinal de respeito ao corpo do sapateiro atingido pela repressão às manifestações. Relatos apontavam que o número de vítimas superava 200 pessoas, conforme investigação do jornal *Fanfulla*. A apuração feita pelo periódico relatava que a polícia fechou o cemitério para transportar os cadáveres<sup>192</sup>.

Edgard Leueuroth e Theodoro Monicelli, do jornal socialista *Avanti*, discursaram exigindo, além das pautas operárias, a soltura dos grevistas que estavam presos e a reabertura da Escola Nova e da Liga Operária da Mooca, fechada pela polícia. As lideranças operárias aproveitaram a comoção generalizada para incentivar a adesão à greve dos trabalhadores que ainda estavam atuando.

---

<sup>192</sup> FANFULLA. Voci allarmanti sul numero dei morti. São Paulo, 22 jul. 1917, p. 2. *Apud*: TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, mai./ago. 2017.

Nos dias seguintes, na cidade de São Paulo e no país, ocorreriam as maiores greves operárias até então, milhares de trabalhadores cruzaram os braços, contra a carestia, o tratamento abusivo dos patrões, os baixos salários e em espírito de solidariedade.

### 3.2 Vozes do tear: presença feminina

Contemporaneamente, várias tendências historiográficas têm se preocupado em trazer luz às ações das mulheres nas lutas operárias. Há um esforço de diversas pesquisas e artigos para elucidar a contribuição das mulheres na luta pela emancipação feminina e do operariado. Estudos apontam que a participação das mulheres foi peça-chave para o desenrolar das ações de julho de 1917<sup>193</sup>.

Ao longo da construção historiográfica do movimento operário, alguns autores apoiaram-se na ideia de que a luta operária era enfraquecida pela ausência da participação feminina e infantil, que era expressiva enquanto força de trabalho fabril. Entretanto, momentos de enfraquecimento da luta puderam ser verificados em setores nos quais a mão de obra masculina era predominante. “Explicações que remetem ao gênero, ao predomínio masculino na maioria dos sindicatos, não explicam os sucessos e fracassos do movimento”<sup>194</sup>.

As jornadas de 1917 têm suas raízes no começo do século, quando foram criadas a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e a Confederação Operária Brasileira (COB), durante o Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906). A FOSP teve papel importante na divulgação do sindicalismo revolucionário, incluindo os ideais de educação e propaganda. A COB organizou dois congressos operários (1906 e 1913), além de ter sido uma das primeiras corporações a organizar os trabalhadores a nível nacional.

---

<sup>193</sup> BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. FRACCARO, Glauca. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Víctor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982. MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2021. PENA, Maria Valéria J. **Mulheres e Trabalhadoras**. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>194</sup> BIONDI, TOLEDO, *op. cit.*, p. 97.

O grupo Aliança Anarquista, que se estabeleceu em torno do periódico *Guerra Social* (1916), tinha como proposta a luta por melhorias materiais e melhores condições de vida, salário e trabalho. Atuando no movimento operário, estavam alinhados com uma perspectiva internacionalista e classista, fora da esfera parlamentar ou estatal. Em 1917, o projeto se encerrou, a organização da greve ocorreu em torno do jornal *A Plebe* e de grupo de sindicalistas revolucionários. Nesse periódico, as mulheres tiveram espaço para expressar seus pensamentos em relação ao cotidiano de trabalho, à condição feminina e do operariado, à carestia, à guerra, à queda do czarismo e à Revolução na Rússia, entre outros assuntos.

O trabalho invisível das mulheres no cuidado do lar e dos filhos, assim como a responsabilidade por gerenciar o orçamento doméstico fizeram com que elas sentissem diretamente o peso da inflação, principalmente no que se refere à alta dos preços dos alimentos. A luta transcendia os muros da fábrica e suas condições aviltantes, expandia-se para o cotidiano, com a perspectiva de ter uma casa, alimento com preço justo, lazer e educação de qualidade para os filhos.

A proposta da criação de redes sociais informais, com a fundação das Ligas Operárias por distrito, possibilitou o estreitamento dos laços entre vizinhos e associações de bairro e se revelou estratégica na organização operária, baseada em vínculos de confiança e solidariedade. As mulheres estiveram presentes nessas associações de forma preponderante, atuavam como tesoureiras ou secretárias – Maria Antonia Soares, citada anteriormente, presidiu a Liga do Belenzinho. As ações da Liga Operária da Mooca tiveram impacto na organização de manifestações e decisões; localizada na Rua da Mooca, a poucos metros do Cotonifício Crespi, a associação contou com ampla participação e filiação do operariado.

As Ligas ainda puderam contar com laços de solidariedade entre si, uma vez que, quando trabalhadores/as do Cotonifício entraram em greve, logo as outras se organizaram para arrecadar fundos e ajudar os grevistas. O Centro Feminino Jovens Idealistas foi outra rede utilizada pelas mulheres para propagandear os ideais de emancipação feminina e da classe. A carta de fundação foi publicada no periódico *A Lanterna*:

Venho por meio desta participar-lhes uma boa nova. Domingo, 29, houve uma reunião de jovens companheiras, fundando-se o Centro Feminino Jovens Idealistas. Propõe-se este centro a tratar por todos os meios da propaganda em favor da emancipação da mulher, isto é, tirá-la da escravidão em que hoje se encontra e coloca-la no lugar que lhe corresponde na sociedade. Com esse proposito, tratará de organizar as classes trabalhadoras em que haja mulheres e levar a seu seio a luz benéfica da Verdade... Pelas companheiras, - Maria Soares <sup>195</sup>

Essas trabalhadoras acreditavam que a luta pela liberdade do operariado não estava dissociada da independência e autonomia das mulheres. Propuseram a educação e organização da classe para superação da sujeição feminina na sociedade. Da mesma forma, envolveram-se na cruzada contra a guerra:

O Centro Feminino Jovens Idealistas, reunido em assemblea geral na noite do 24 corrente mez, resolveu iniciar imediatamente uma activa campanha contra o serviço militar obrigatório, por considerá-lo prejudicial à vida moral e econômica deste povo, como foi à vida dos povos onde esta lei vigora. O Centro constituiu em seu próprio seio, um comitê, o Comitê de Agitação Contra o Serviço Militar Obrigatório, o qual se incumbirá dos trabalhos necessários para essa campanha. O Comitê ficou constituído pelas companheiras Maria Antônia Soares, Sofia Loise, Encarnación Mejias e Esperança Maestre<sup>196</sup>.

O texto das operárias retratava a compreensão do movimento operário a respeito de como as leis impactavam a vida do povo. Partiam da perspectiva de que a guerra servia apenas aos interesses das elites e prejudicava trabalhadores/as; a luta pela emancipação, portanto, estaria interligada com a vida social e familiar.

Em 1915, ocorreu no Rio de Janeiro o Congresso Internacional da Paz, do qual as Jovens Idealistas não ficaram de fora:

<sup>195</sup> SOARES, Maria. Núcleos de Vanguarda em São Paulo: Centro Feminino Jovens Idealistas. **A Lanterna**, 5 jul. 1913, p. 4.

<sup>196</sup> Carta do Centro Feminino de Jovens Idealistas, escrita por Maria Antonia Soares, Sofia Loise, Encarnación Mejias e Esperança Maestre. São Paulo, out. 1915, p. 1. Centro de Documentação e Memória - CEDEM/ UNESP/ SP.

Centro Feminino Jovens Idealistas

S. Paulo, outubro de 1915

A Comissão Organizadora do Congresso Internacional da Paz

Credencial

O Centro Feminino Jovens Idealistas, tendo conhecimento da realização de um congresso Internacional Pró-Paz, a realizar-se na cidade de Rio de Janeiro, resolveu fazer-se representar nele, pela companheira Maria Antonia Soares, para cujo fim lhe conferimos a presente credencial

Pelo Centro

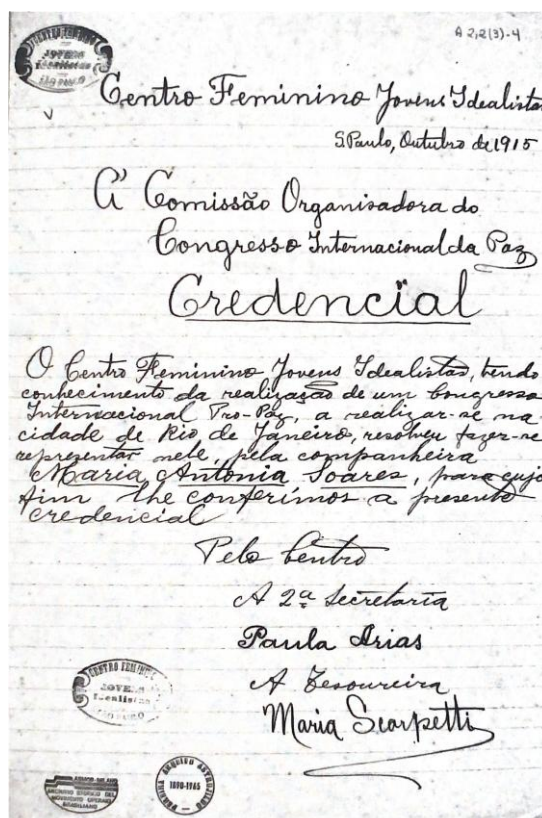
A 2ª secretaria

Paula Arias

A Tesoureira

Maria Scarpetti<sup>197</sup>

Figura 3 – Credencial do Centro Feminino Jovens Idealistas  
ao Congresso Internacional da Paz



Fonte: Fundo Astrojildo Pereira/ ASMOB/ Centro de Documentação e Memória - CEDEM/ UNESP/ SP

<sup>197</sup> Carta do Centro Feminino de Jovens Idealistas, escrita por Paula Arias e Maria Scarpetti. São Paulo, out. 1915. Fundo Astrojildo Pereira/ ASMOB/ Centro de Documentação e Memória - CEDEM/ UNESP/ SP.

Para boa parte do operariado, o militarismo era uma instituição que corrompia a moral, uma vez que ensinava a violência e obediência cega. As operárias ainda se mostraram estrategistas e organizadas, criaram um comitê e destinaram algumas companheiras para cuidar de tal tarefa.

O Centro também se engajou na campanha contra o trabalho infantil iniciada em março de 1917, a qual desencadeou os acontecimentos da greve geral. Declaravam:

Verdadeiramente comovidas pela triste sorte das crianças exploradas e maltratadas nos estabelecimentos industriais e comerciais, aderimos com entusiasmo à agitação de protesto contra a iniquidade social, dispostas a prestar a esta obra de justiça e de humanidade, o nosso incondicional apoio<sup>198</sup>.

Diversas militantes que pertenciam ao Centro Feminino assinaram o artigo-manifesto, no entanto, sobre muitas delas não foram encontradas informações até então para que se possa traçar suas trajetórias. Nem todas as mulheres operárias conheciam as vertentes socialista, anarquista ou o sindicalismo revolucionário, conforme se verifica no depoimento de Elvira Boni<sup>199</sup> quando questionada sobre a fundação da União das Costureiras no Rio. A entrevistadora pergunta se todas conheciam o anarquismo, ela responde que tinha conhecimento em razão de toda a sua família ser engajada na causa, e outras militantes também sabiam do propósito e das ações anarquistas ou libertárias, mas muitas/os não conheciam a teoria, pensadores ou a diferença das estratégias empregadas<sup>200</sup>, o que não minimizava sua percepção sobre as mazelas a que estavam sujeitas. A ausência de registros escritos dessas mulheres se deve, em parte, ao fato de que muitas operárias não eram alfabetizadas. Porém, suas histórias não foram esquecidas, foram preservadas através de outros relatos.

---

<sup>198</sup> GUERRA SOCIALE. São Paulo, Ano III, n. 43, mar. 1917. *Apud*: LUDMILA, Aline *et al.* **Unidas nos lancemos na luta**: o legado anarquista de Maria A. Soares. São Paulo: Tenda de Livros, 2021, p. 153.

<sup>199</sup> Costureira, militante anarquista e filha de imigrantes italianos, líder sindical da União das Costureiras.

<sup>200</sup> GOMES, Angela de Castro; FLAKSMAN, Dora Rocha; STOTZ, Eduardo. **Velhos militantes**: Depoimentos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 34.

A imprensa operária construiu duas representações femininas, a da “mulher combativa” e a da “pobre donzela”. Embora em muitos relatos (realizados por homens, em sua maioria) a percepção patriarcal seja evidente, é possível rastrear as ações das mulheres. Mesmo jornais e periódicos que defendiam a causa da emancipação feminina por vezes acabavam reproduzindo o pensamento da moral vigente.

A militância feminina no Centro Jovens Idealistas se preocupava com questões além da pauta da emancipação mulher. Como a maioria das figuras participantes defendia a causa anárquica, acreditavam na emancipação humana, viam como nocivos o militarismo e a conduta da força policial. Um manifesto com o título “Aos soldados!” foi publicado e divulgado como um panfleto, assinado por “um grupo de mulheres grevistas”, no entanto, sabe-se que o verdadeiro autor do documento é Everardo Dias, ele foi posteriormente publicado no jornal *A Plebe*:

Aos soldados!  
Soldados! Não deveis perseguir os vossos irmãos de miséria. Vós, também, sois da grande massa popular, e, si hoje vestis farda, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou operários explorados das fabricas e oficinas.  
A fome reina em nossos lares, e os nossos filhos nos pedem pão!  
[...] Não vos presteis, soldados, a servir de instrumento de opressão dos Matarazzo, Crespi, Gamba, Hoffman, etc...<sup>201</sup>

A militância tinha a intenção de apelar para a solidariedade dos soldados, uma vez que tinham a mesma origem social e estavam passando pela mesma situação, carestia e fome. Sobre o desenrolar dos acontecimentos da semana da greve geral de julho, há poucos vestígios acerca das ações efetivas das mulheres, sabe-se que elas estavam presentes e fizeram parte da massa obreira em greve e na luta por direitos. Após a semana dos acontecimentos, começaram a surgir textos de mulheres e homens na imprensa relatando o que ocorreu nos dias do movimento, como também expressando suas opiniões a respeito dos eventos.

Era comum que a imprensa diária ou operária usasse o gênero universal masculino quando noticiava sobre greves mistas:

---

<sup>201</sup> A PLEBE. Um Grupo de Mulheres Grevistas. Apello aos soldados. São Paulo, Anno I, n. 6, 29 jul. 1917.

Os *operários* da seção de tecelagem da fábrica do cavalheiro explorador Rodolpho Crespi, após uma quinzena de greve, conseguiram um aumento de salário e abolição da contribuição pró pátria<sup>202</sup>.

A palavra foi empregada para fazer referência a todos: mulheres, homens e crianças. Contudo, seu uso transmitiu a ideia presente no imaginário social, e nos primeiros estudos historiográficos que se debruçaram sobre a temática, ocultando a participação feminina nas lutas operárias. Em algumas publicações foi possível perceber uma mudança na forma de se referir à mulher. No episódio em que algumas operárias e operários foram até a delegacia, *A Plebe* retratou:

[...] Aos atrevimentos, ás malcriações e ás infames calumnias levantadas contra alguns de nossos militantes pelo delegado Bandeira de Mello, responderam os operários e *operarias* com a devia altivez [...]<sup>203</sup>

Além da agenda que atingia toda a classe, as mulheres tinham reivindicações inerentes ao seu gênero, como acerca da gravidez, do aleitamento materno, do abuso sexual ou das condições de trabalho nos ofícios em que predominava o feminino. Alguns militantes do gênero masculino também apoiavam as pautas relativas à mulher, mas ainda assim, por vezes, sua óptica era carregada de paternalismo e sexismo. Dessa maneira, coube à mulher denunciar sua condição através da imprensa operária, como também em discussões e comícios nos centros femininos, nas Ligas Operárias e mesmo através do teatro.

Debates sobre o trabalho feminino eram realizados tanto no âmbito dos socialistas como no dos libertários. As trabalhadoras assalariadas não poderiam deixar de exercer suas funções no trabalho reprodutivo, dessa maneira, o salário da mulher era visto como suplementar, e acabavam encobertas as relações patriarcais dentro da família. A mulher, portanto, mesmo exercendo uma atividade remunerada fora do lar, não poderia se descuidar das atividades consideradas inerentes à sua natureza, relacionada à casa e à educação dos filhos. A indústria capitalista se

---

<sup>202</sup> A PLEBE. As Greves dos Tecelões. São Paulo, Anno I, n. 1, 9 jun. 1917 (grifo nosso).

<sup>203</sup> A PLEBE. Os tecelões na fábrica Rodolpho Crespi. São Paulo, Anno I, n. 2, 16 jun. 1917, p. 3 (grifo nosso).

utilizou também da narrativa de atividade suplementar para jogar os salários das mulheres para baixo. Assim, a legislação pensada para proteger a mulher em sua atividade pública tinha como propósito proteger o trabalho doméstico e reprodutivo<sup>204</sup>.

Visando restringir as mulheres a determinadas funções consideradas como naturais, apregoava-se que a mulher deveria manter suas funções no espaço privado. Assim, o trabalho noturno feminino era identificado como algo temerário à sua segurança – poderia sofrer assédio dentro ou fora das fábricas, além do excesso de horas trabalhadas. Acrescentava-se a questão moral, uma vez que a mulher poderia se corromper. Dessa forma,

O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século XX fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino de mãe, “vigilante do lar”, o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção...<sup>205</sup>

Outra exigência das operárias era em relação ao maternar. Até então as operárias trabalhavam até o último dia da gravidez, algumas até chegando a levar o bebê recém-nascido para o trabalho. O jornal *O Graphico* revela em artigo publicado a condição da mãe trabalhadora:

Acorrentada às galés do trabalho encontram-se mulheres grávidas, umas histéricas (sic) outras todas e anêmicas (sic) depauperadas, fazendo esforços sobre-humanos para receberem a miserável (sic) quantia de 1\$500 diários (sic). Não raro, assiste-se ao espetáculo (sic) que tanto tem de revoltante como de deprimente constante de recém-nascidos (sic) enrolados em trapos desasseiadamente metidos debaixo dos bancos do trabalho<sup>206</sup>.

<sup>204</sup> PENA, Maria Valéria J. **Mulheres e Trabalhadoras**: a presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 197.

<sup>205</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 89.

<sup>206</sup> NUZO. Trabalho Feminino. *O Graphico*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1919, p. 3. *Apud*: SILVA, Polyana Alves Almeida da. **O Protagonismo feminino nas greves de 1917**. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC-SP, São Paulo, 2018.

As questões operárias também eram discutidas no parlamento. O Código Sanitário foi aprovado em 1918, nele estava estabelecido que menores de 18 anos e mulheres não poderiam trabalhar à noite. A licença maternidade aparecia pela primeira vez em uma legislação, estabelecendo que a mulher não deveria trabalhar no último mês antes do parto nem no primeiro após o nascimento da criança.

Os abusos sexuais contra as mulheres eram comuns, na imprensa havia denúncias sobre:

Na fabrica de tecidos “Labor”

Segundo nos consta, o mestre desta fabrica, um tal Baptista, tem tido em relação as operarias que ali trabalham uma conducta bastante suspeita. Affirma-se que este individuo persegue com propostas indecorosas muitas dessas operarias, injuriando e martyrisando de mil maneiras aquelas que têm a dignidade e a coragem de repelir tão infame sujeito<sup>207</sup>.

O artigo documenta a violência estrutural sofrida pelas mulheres, que, ao rejeitar as investidas dos abusadores, poderiam ser perseguidas e sofrer violência psicológica. O assédio era uma das formas de controle, mulher que resistia era ameaçada de ser despedida, além de ser humilhada. As pautas da greve geral também incluíam questões sobre a segurança da mulher, tema abordado pelas lideranças pelo prisma da moral.

Em 1917, o deputado Maurício Lacerda apresentou alguns projetos de lei para proteger mulheres e crianças no trabalho. As propostas abrangiam a criação de creches em estabelecimentos industriais e a contratação na condição de aprendiz para o operário dentro dos quesitos exigidos<sup>208</sup>. Antes da deflagração da greve geral, quando o conflito ainda era menor e atingia apenas o Cotonifício Crespi, o deputado federal Mauricio Lacerda passou a dar amplitude e a levar as questões operárias para discussão pública, argumentando que as ações do operariado seriam

---

<sup>207</sup> A PLEBE. Violencias e Torpezas. Na fábrica de tecidos “Labor”. São Paulo, Anno I, n. 10, 18 ago. 1917.

<sup>208</sup> FRACCARO, Glaucia. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 76, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/THvpNy5TDW34ZgVDKkgCFvBR/?lang=pt>.

um reflexo da situação precária que estavam vivenciando. Propunha uma comissão entre operárias/os e industriais.

As adversidades do trabalho infantil e feminino eram denunciadas na imprensa diária, revelando que menores trabalhavam no período noturno; a imprensa operária evidenciava os castigos e surras que os mestres aplicavam nas crianças. Os industriais reagiram quando uma legislação que visava proteger os menores entrou em vigor. Jorge Street afirmou que a fábrica era uma alternativa para que o menor não ficasse nas ruas. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma entrevista com o industrial:

Eu tenho, nas fábricas que dirijo, um grande número de crianças entre 12 e 15 anos, de ambos os sexos. Trabalham 10 horas, como os adultos (sic). Na sua grande maioria, eles são filhos, irmãos ou parentes dos meus próprios operários, e trabalham, portanto, na mesma fábrica e muitas vezes na mesma sala [...]. Os operários da fábrica empenham-se fortemente para obterem estas colocações para seus filhos e parentes [...]. Respondem-me que não só essas crianças ajudam no ganha-pão cotidiano, como também julgam melhor para elas trabalharem na fábrica, do que ficarem em casa, ao abandono e sem fiscalização<sup>209</sup>.

O industrial assumiu uma atitude paternalista diante da grave situação das crianças, responsabilizando o Estado por não prover a educação a todos e de maneira adequada, bem como os pais por consentirem o ato diante da necessidade da família. O empresário assumiu uma atitude de benevolência, aquele que protege e cuida da família de seus empregados/as. Jorge Street exibia a mesma postura com relação ao trabalho feminino, no entanto sua atitude condescendente diante dos fatos em nada coadunava com a repressão das principais figuras do movimento. No esteio da situação das mulheres estava a problemática da sua condição de subalternidade dentro do movimento operário.

---

<sup>209</sup> O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 19 jul. 1917. *Apud*: BEIGUELMAN, Paula. **Os Companheiros de São Paulo**: ontem e hoje. São Paulo: Cortez, 2002, p. 121.

Alguns militantes socialistas, anarquistas ou libertários nem sempre assumiam uma atitude de emancipação em relação à mulher, mesmo grupos que afirmavam que estavam lutando pela emancipação feminina deixaram essa causa de lado, muitas vezes em favor da luta de classes<sup>210</sup>. A atitude deles era explicada pela influência das estruturas patriarcais, do sexismo e da moralidade predominante no período. A concepção masculina, com algumas exceções, era de que a mulher deveria atuar no movimento na condição de subordinada, de “proletária do proletário”<sup>211</sup>.

A prática androcentrista silenciava e distorcia as vozes e as experiências das mulheres, fortalecendo a ideia do seu papel como perpetuadora do operariado através da responsabilidade da maternidade e da educação. Atribuição muito valorizada entre os companheiros de luta, assim como deveria a mulher valorizar e apoiar seu marido ou pai na função de defendê-la das adversidades enfrentadas pela classe.

Dessa maneira, as denúncias realizadas pelos militantes apelavam sobretudo para a questão da moral e para as dificuldades da mulher em desempenhar sua função natural de mãe. Ainda assim, as mulheres puderam se destacar, e sua presença foi registrada em um comício de 1º de Maio, no qual Maria Antonia Soares falou a uma multidão de pessoas.

---

<sup>210</sup> HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022, p. 143-151.

<sup>211</sup> TRISTAN, Flora. **União Operária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Figura 4 – Maria Antonia Soares discursa no 1º de Maio de 1905



Fonte: Coleção História da Industrialização, 1905 (foto 114), Arquivo Edgard Leuenroth

Ao generalizar o uso do universal masculino para descrever as ações políticas, a imprensa acabou tornando-o hegemônico no imaginário social. A ideia de passividade e inexperiência da operária foi, de certa maneira, reforçada por essa premissa. Mulheres que romperam com o mito da passividade e também se tornaram protagonistas, em alguns episódios, ainda eram vistas com certa estranheza por seus iguais e por outros setores.

A trajetória feminina dentro do movimento operário e no contexto das lutas pode ser evidenciada através da educação com as Escolas Modernas, de cunho racionalista, bem como a propaganda dos ideais de emancipação em comícios, festas, feiras, bailes, teatro e, claro, por meio da ação direta, em manifestações, greves e piquetes. Em mais de uma ocasião foram presas, outras como Maria Lacerda de Moura, Isabel Cerruti e Maria Alles teriam inclusive prontuário no DEOPS.

Foi por meio dos escritos feministas que houve a possibilidade de conhecer fragmentos das experiências femininas como protagonistas históricos, dado que a

educação era, para a grande maioria da população, um privilégio inalcançável, pois a necessidade de trabalhar desde cedo afastava as crianças das escolas. Desde o início do século, estiveram envolvidas nas atividades paredistas, como na fábrica de tecidos Sant'Anna, localizada no Brás, “[...] as operárias protestavam contra uma alteração que a fábrica introduzira nas tabelas de remuneração por tarefa e que implicava em efetivo rebaixamento do salário mediano”<sup>212</sup>. As operárias usavam a estratégia de reunirem-se pela manhã para que não fosse contratada nenhuma operária em seu lugar.

Em 1902, na fábrica têxtil Anhaia, as tecelãs iniciaram uma greve. Suas reivindicações eram contra o tratamento dado pelo contramestre que havia expulsado a operária Emma Sartorelli, as operárias exigiam a demissão do contramestre. As costureiras e lavadeiras entraram em greve em 1907<sup>213</sup>. O jornal *A Terra Livre* noticiou a greve das lavadeiras, comunicando que: “As operárias da importante ‘Lavanderia Paulista’ obtiveram com a greve a redução da jornada”<sup>214</sup>.

Nem todas as greves eram bem-sucedidas, dados demonstram que as greves mistas ou masculinas tinham maiores chances de saírem vitoriosas, em relação às manifestações majoritariamente femininas. O patronato via nas agitações operárias um risco para seus familiares e para os poderes estabelecidos, na medida em que os interesses do Estado e dos industriais convergiam. Veio dessa convergência a defesa violenta e truculenta da força policial.

No início de junho de 1917, a União dos Operários convocou uma assembleia na Liga Operária da Mooca. Os grevistas protestaram em frente à fábrica de Rodolpho Crespi, que estava guarnecida pela força policial, muitos manifestantes foram presos. Emma Menocchi, do Centro Feminino Jovens Idealistas, teve participação ativa contra os policiais, gritando em reação à truculência imposta<sup>215</sup>. A estratégia da ação direta estava em uso pelas/os manifestantes, tomaram os bondes da Light, que foi obrigada a suspender os serviços, uniam-se contra os trabalhadores que não aderiam à greve, os crumiros, como os mais exaltados

---

<sup>212</sup> BEIGUELMAN, Paula. **Os Companheiros de São Paulo**: ontem e hoje. São Paulo: Cortez, 2002, p. 21.

<sup>213</sup> MENDES, Samanta C. **Companheiras**: Mulheres anarquistas em São Paulo (1889-1930). São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2021, p. 287.

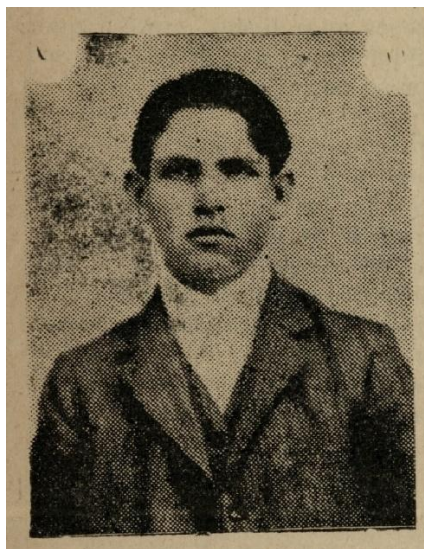
<sup>214</sup> A TERRA LIVRE. São Paulo, Anno II, n. 33, 19 mai. 1917.

<sup>215</sup> BIONDI, Luigi. Na construção de uma biografia anarquista: os anos de Gigi Damiani no Brasil. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **História do anarquismo no Brasil**. Vol. 1. Niterói: Ed. UFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 172.

chamavam. Próximo à fábrica de bebidas Antarctica, um grupo de grevistas impediu que uma carroça com cervejas seguisse o seu caminho – as bebidas e o carro foram destruídos. O policiamento foi reforçado, no entanto, houve enfrentamento entre policiais e grevistas. Nesse episódio, alguns manifestantes foram presos.

Trabalhadores/as que estavam em greve iam para a frente das fábricas a fim de convencer os/as operários/as que ainda estavam trabalhando. Diante dessa situação, o patronato decidiu aumentar o policiamento nas fábricas e arredores, era uma tentativa de inibir e intimidar as ações do proletariado. Os grevistas se deslocaram da região da Mooca para o Brás, atraindo uma pequena multidão. Os policiais acionaram o delegado Thyrso Martins, que foi recebido com vaias pelos manifestantes; os policiais reagiram e iniciou-se um conflito, foram três pessoas feridas, entre elas uma vítima fatal: o jovem sapateiro anarquista José Martinez.

Figura 5 – Jose Ineguez Martinez



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - AEL

Temendo a continuação do conflito, a polícia mandou fechar a Liga Operária da Mooca e a Escola Nova, o que aumentou o clima tenso entre policiais e operários/as. Esses/Essas decidiram formar uma frente única, anarquistas, socialistas e sindicalistas uniram-se em torno do recém-criado Comitê da Defesa Proletária. Edgard Leueunroth assumiu a função de secretário, outros militantes conhecidos no meio operário também se juntaram na liderança do movimento, como

Gigi Damiani, Antonio Naplinsk, Florentino de Carvalho (irmão de Antonia e Angelina Soares), e o Centro Feminino de Jovens Idealistas também estava envolvido, representado nas figuras de Rosa Musitano e Angelina Soares.

As ações do CDP foram dando resultado e, na altura do dia 11 de julho, 54 fábricas estavam paralisadas. A polícia passou a ver o movimento com mais cautela, temendo uma revolta ainda maior. O delegado Thyrso Martins se ofereceu para auxiliar nas negociações, procurou manter diálogo com os grevistas e, respondendo às acusações de violência policial, mandou fazer a autópsia do sapateiro Martinez. No entanto, o laudo inocentou o policial acusado de ter atirado, o resultado da investigação colocaria os próprios grevistas como responsáveis.

O Manifesto aos soldados foi divulgado como panfleto em resposta às ações da força policial, assinado por um grupo de mulheres. No enterro-protesto, os líderes orientaram os grevistas a não provocarem a polícia, no entanto, alguns participantes vaiaram os policiais, que reagiram com violência. Os manifestantes responderam com ataques a fábricas:

[...] assaltaram um caminhão da firma Favilla e Lombardi, que transitava na rua André Leão na Mooca, de cujo carregamento desfalcarem 200 caixas de fósforo. Na mesma rua, saquearam armazéns do Moinho Santista, de onde foram levadas 600 sacas de farinha de trigo e inutilizadas as que restaram<sup>216</sup>.

A polícia reagiu com violência e encaminhou a cavalaria para tratar da situação; as lojas da rua Rangel Pestana fecharam as portas<sup>217</sup>. A greve ultrapassava a barreira da indústria e atingia outros seguimentos. Os bairros centrais, sobretudo Mooca e Brás e seus arredores, transformaram-se em campo de batalha:

---

<sup>216</sup> LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: AnnaBlume, 2000, p. 42.

<sup>217</sup> BEIGUELMAN, Paula. **Os Companheiros de São Paulo**: ontem e hoje. São Paulo: Cortez, 2002, p. 112.

Foram tiroteios incessantes, que os grevistas heroicamente sustentaram forçando a debandar, em completa desordem, numerosos contingentes da força pública. A cavalaria, sobretudo teve o seu quinhão.

No Bom Retiro e Ponte Pequena os grevistas formaram verdadeiras barricadas de onde alvejavam, num fogo certo e vivo, os inconscientes e militarizados defensores do Estado e do capitalismo, princípio e causa da sua própria desgraça e da desgraça daqueles que são os seus irmãos de sofrimento e miséria<sup>218</sup>.

Quando findou a greve geral, cerca de 16 pessoas foram presas pelo assalto ao Moinho, entre elas Edgard Leuenroth, apontado como o responsável por incitar o crime. O presidente do Estado passou a acompanhar a situação operária mais de perto, solicitou ao Secretário da Justiça e Segurança Pública, Eloy Chaves, que resolvesse o conflito. Ainda no dia 11 de junho, o secretário, em reunião com os industriais, recomendou que eles aceitassem as reivindicações operárias. Rodolpho Crespi se mostrou irredutível, o dono da fábrica Antártica acusou a força policial de agir com condescendência e complacência em relação aos operários; os demais industriais se mostraram abertos a discutir e aceitar. Jorge Street não só aceitou aumentar o salário dos trabalhadores, como fez questão de ir à imprensa declarar que a reivindicação deles era justíssima. Sua atitude foi seguida por outros patrões.

Os grevistas não receberam bem a proposta, e o movimento, que havia ganhado a simpatia de vários jornais, inclusive da grande imprensa, passou a tecer críticas à polícia. Com exceção dos jornais ligados ao governo, os demais da imprensa diária criticavam a carestia, a falsificação dos alimentos, os açambarcadores e a violência policial. Após o enterro, em reunião, o CDP listou as exigências dos grevistas, que reivindicavam aumento salarial, como também controle sobre os preços dos itens de primeira necessidade.

### **3.3 Luta contra a repressão: memórias e ocultamentos**

A paralisação geral iniciou no dia 12 de julho. Tecelões, marceneiros, pedreiros, marmoristas, cocheiros, *chauffeurs*, motorneiros, eletricitas, telegrafistas, chapeleiros, sapateiros, alfaiates, costureiras, lavadeiras, cozinheiras, padeiros,

---

<sup>218</sup> A PLEBE. As barricadas. São Paulo, Anno I, n. 6, 21 jul. 1917, p. 1.

leiteiros, açougueiros paralisaram suas atividades<sup>219</sup>. Os soldados da força policial haviam recebido ordens de coibir qualquer manifestação grevista, o Centro da cidade estava tomado por soldados armados. Os grevistas ocupavam as ruas dos principais bairros onde se localizavam as fábricas.

A ação direta proposta pelos sindicalistas revolucionários estava em andamento, houve tentativas de assalto, paralisaram os bondes, ocorreu confronto com a polícia. Dessa situação saíram alguns manifestantes feridos e outros presos. Enquanto isso, o patronato empreendeu uma proposta de aumento, que, diante das exigências do CDP, era considerada irrisória. Reunido em 11 julho, o Comitê determinou qual seriam as condições para a volta ao trabalho:

- 1º - Que sejam postas em liberdade todas as pessoas detidas por motivos de greve;
- 2º - Que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores;
- 3º - Que nenhum operário seja dispensado por haver participado activa e ostensivamente no movimento grevista;
- 4º - Que seja abolida de facto a exploração do trabalho de menores de 14 anos nas fabricas, oficinas, etc;
- [...]
- 6º - Que seja abolida o trabalho nocturno das mulheres; [...] <sup>220</sup>

O documento solicitava aumento salarial, jornada de oito horas de trabalho, semana inglesa, pagamento pontual e finalizava com a reivindicação da interferência do poder público na especulação dos preços dos alimentos, na sua falsificação e nos preços dos aluguéis, sendo medidas consideradas necessárias para a sobrevivência. Os grevistas se recusavam a falar com a polícia, pois “não apertariam a mão de quem a tinha banhado no sangue dos trabalhadores”<sup>221</sup>.

---

<sup>219</sup> LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: AnnaBlume, 2000, p. 47.

<sup>220</sup> A PLEBE. Quem são os mortos? São Paulo, Anno I, n. 6, 21 jul. 1917, p. 1.

<sup>221</sup> A PLEBE. Como foi aceita a intervenção dos jornalistas. São Paulo, Anno I, n. 6, 21 jul. 1917, p. 1.

Figura 6 – Grevistas, a maioria mulheres operárias de várias fabricas da capital paulistana, em direção ao largo do Palácio do Governo para reunião com o Secretário da Justiça e Segurança Pública



Fonte: A Cigarra, 1917

Os jornalistas se ofereceram para mediar a situação e garantir uma negociação entre as partes. No dia 13 de julho, o embate entre grevistas e policiais fez mais duas vítimas: uma menina de 12 anos foi atingida por uma bala perdida, e um pedreiro também levou um tiro. *A Plebe* noticiou o caso:

A polícia apenas denunciou tres mortes, entre as quaes uma creança. Há outras, porém, muitas outras. Quantas? É o povo que precisa saber. Affirma-se que muitos cadáveres foram sepultados clandestinamente, sendo transportados nas carroças de lixo<sup>222</sup>.

Ainda assim, houve mais confrontos pela cidade. A notícia da greve se espalhou, recebendo apoio de vários locais do país. O CDP estava sob a liderança de Edgard Leuenroth, entre outros nomes, o grupo contava com tipógrafos, linotipistas e jornalistas experientes – ocuparam uma posição de “elite letrada”, sempre aparecendo nas posições de vanguarda da organização do movimento<sup>223</sup>. O

<sup>222</sup> A PLEBE. O que reclamam os operários. São Paulo, Anno I, n. 6, 21 jul. 1917, p. 3.

<sup>223</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013, p. 81.

Comitê aceitou a reunião com a Comissão de jornalistas, que ouviram as reivindicações dos operários e as levaram para os industriais, os quais prometeram que atenderiam à demanda operária de aumento de 20%, sem represálias aos grevistas. O governo também se comprometeu em relação ao controle do preço dos alimentos e à criação de medidas para melhorar a condição de trabalho das mulheres e crianças.

O Comitê de Defesa Proletária decidiu por aceitar a proposta dos industriais e do governo, optou por realizar no dia seguinte três comícios para comunicar os demais operários e operárias. Reuniram-se milhares<sup>224</sup> de trabalhadores e trabalhadoras, que votaram pelo fim da greve, com a disposição de voltar a ela caso os patrões e o governo não cumprissem com sua palavra. Nos teatros da Lapa e do Ipiranga também aconteceu votação, que se encerrou com a massa cantando a Internacional<sup>225</sup>.

Figura 7 – Grevistas discursam na Sé



Fonte: A Cigarra, 16 jul. 1917

---

<sup>224</sup> Não há um consenso sobre o número de operários e operárias que fizeram parte desse comício.

<sup>225</sup> FAUSTO, Bóris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 226.

Figura 8 – Grevistas na Praça da Concórdia ouvindo a liderança do CDP discursar sobre a vitória



Fonte: A Cigarra, 16 jul. 1917

A historiografia sobre o tema reforça que a greve ocorreu em razão da carestia que atingia as camadas populares e operárias. Num contexto inglês, Thompson<sup>226</sup> argumentava que a revolta foi o motor do protesto de uma classe ou grupo em crise, os/as trabalhadores/as elaboraram suas próprias ideias a respeito de justiça e o direito de ter o que seria necessário para viver. Sobre o teto do preço de alguns produtos, o prefeito Washington Luís afirmou que não seria possível fixá-lo, devido a dificuldades orçamentárias. Logo após o fim da greve, os preços dos itens de primeira necessidade voltaram a subir.

O operariado conseguiu uma vitória moral sobre os industriais, o governo e a força policial. No entanto, os líderes do Comitê de Defesa Proletária alertaram os/as companheiros/as sobre a possibilidade de que o patronato e o governo não cumprissem com sua parte no acordo, o que ocorreu na prática: os industriais utilizaram de todas as desculpas possíveis para não atender ao que haviam acordado com os/as operários/as e a Comissão de Imprensa.

A greve geral havia terminado, porém o Comitê de Defesa Proletária se mantinha atuante, na medida em que em várias fábricas as demandas dos/das operários/as não tinham sido atendidas – houve casos em que os patrões diminuíram em 50% o valor dos salários. O CDP também precisou lidar com os

---

<sup>226</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

grevistas que estavam presos, apelando a advogados que pudessem ajudar. À proporção que essas questões se encaminhavam na capital paulista, pelo interior do estado e em outras cidades do país o operariado entrava em greve, e ainda no mês de julho começou a circular um boato de nova greve na cidade.

Os/As operários/as trataram logo de desmentir tal boato em uma circular do CDP, assim como indicar aos industriais que ainda poderiam cumprir sua parte no acordo. Acreditavam que se tratava do patronato e do poder público incitando a classe para então intervirem com a força policial. No mês seguinte à greve, foi possível observar diversas associações operárias reabrindo, o movimento se organizava novamente, foi decidido que a FOSP (Federação Operária de São Paulo) seria reaberta<sup>227</sup>. O governo iniciou uma campanha de difamação contra os anarquistas, utilizando-se dos jornais que eram a favor de suas políticas (*O Correio Paulistano* e *Jornal do Commercio*) – o Estado apelou para sua influência nos destacados jornais.

O mês de setembro começou agitado, uma vez que algumas categorias se declararam em greve, o patronato não cumpriu o combinado, perseguindo os operários/as que se associavam à FOSP ou outra organização, encontrando pretextos para demitir funcionários/as que estiveram envolvidos nas atividades grevistas de julho. Os operários alertavam:

A polícia trabalha com afinco para vos desorganizar, tornando-vos impotentes para qualquer luta que pretendaes empreender. [...]

Compreendi bem, neste momento grave, o que deveis fazer, não vos amedrontando com todas as violencias que os bandidos infamíssimos da policia tem praticado desde a semana passada<sup>228</sup>.

Para os anarquistas, a violência policial era uma tática política. Além disso, a polícia infiltrou agentes no movimento operário a fim de identificar os líderes; os nomes de Edgard Leuenroth, Antonio Nalepinski e Florentino Carvalho aparecem, nenhuma mulher foi citada. No relatório ainda constava um plano para perturbar a ordem que contava até com a deposição do governo. A polícia ainda criou uma “lista

<sup>227</sup> LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: AnnaBlume, 2000, p. 142-143.

<sup>228</sup> A PLEBE. Alerta operários. São Paulo, Anno I, n. 14, 22 set. 1917.

dos indesejáveis”, elementos anarquistas que julgavam ser perigosos à ordem. Utilizando esse argumento, a força policial prendeu militantes, fechou Ligas Operárias e tentou impedir a circulação d’*A Plebe*.

A imprensa operária e a diária denunciavam as ações de repressão da polícia, artigos apaixonados acusavam a polícia de uma caça aos anarquistas. O poder público temia que ocorresse no Brasil o que havia acontecido na Rússia, uma agitação popular de grandes proporções, o perigo precisava ser combatido a todo custo. Para minimizar as ações proletárias, a polícia perseguiu, prendeu as lideranças e empastelou jornais na esperança de conter a difusão de ideias anarquistas. O Estado, baseando-se na Lei Adolpho Gordo<sup>229</sup>, prendeu e expulsou militantes – nove anarquistas estrangeiros foram expulsos sob forte vigilância da polícia. Na imprensa, mesmo a diária, não faltaram críticas às ações do Estado na figura de Altino Arantes, que, para encerrar a greve de julho, assumiu o compromisso público de não perseguir os grevistas.

O Centro de Jovens Idealistas publicou:

Ao povo trabalhador de S. Paulo.

Ninguém desconhece certamente as arbitrariedades que a polícia paulista vem praticando ha dias, com alguns operários, dos quaes se ignora o paradeiro, tendo sido inúteis todas as diligencias feitas para saber onde se acham e qual crime que cometeram<sup>230</sup>.

Nesse artigo, as jovens idealistas denunciavam mais uma vez a arbitrariedade policial, o desaparecimento forçado e a criminalização sem provas dos militantes. O ato foi classificado como inconstitucional e, inclusive na imprensa carioca, foi duramente reprovado; o caso extrapolou a fronteira paulista, ganhando visibilidade nacional. No Congresso Nacional, o deputado Mauricio Lacerda saiu em defesa dos militantes, o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que em uma primeira audiência negou o *Habeas Corpus* aos militantes.

[...] E para impedir que aqui, como em todos, o povo aprenda e saiba erguer a sua voz potente diante das grandes injustiças sociaes,

<sup>229</sup> A Lei nº. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, previa a expulsão de estrangeiros por qualquer motivo que comprometesse a segurança nacional ou a tranquilidade.

<sup>230</sup> O COMBATE. Ao Povo Trabalhador de S. Paulo. São Paulo, Anno III, n. 714, 21 set. 1917.

emprehenderam uma covarde perseguição contra aquelles, que pela sua abnegação, mais se destacaram no movimento operário e davam a este uma orientação de accôrdo com as verdadeiras aspirações do operariado <sup>231</sup>.

As operárias expressavam que a perseguição era uma estratégia para silenciar os anarquistas, tentando se livrar daqueles que orientavam as lutas de classe, na tentativa de isolar o movimento. Maria Antonia Soares, que teve seu irmão Primitivo Raymundo Soares (Florentino de Carvalho) preso e expulso, escreveu um artigo questionando as razões pelas quais aquilo ocorreu:

Deportados

A Infâmia prevista consumou-se!

O “Curvello”<sup>232</sup> partiu, levando as victimas da despótica policia paulistana, com destino a uma ilha longínqua e deserta, perdida no meio do Oceano.

Condenados ao degredo pelo grande “crime” de possuírem um coração generoso, uma alma magnânima, no qual se abrigada o mais sublime dos ideaes humanos!<sup>233</sup>

M. Antonia Soares protestou contra a deportação dos companheiros, deixando evidente que já esperava por esse desfecho de injustiça e crueldade. Para ela e para a imprensa, o Estado agiu de maneira desonrosa, descumprindo o acordo público. O artigo buscava mobilizar a opinião pública em prol dos companheiros anarquistas. Mesmo com a perseguição sofrida e o julgamento enfrentado no STF, acrescido das manobras de Altino Arantes, Eloy Chaves e outros para expulsar os militantes, todos acabaram sendo libertos, mas não sem antes passar meses presos em porões de navios<sup>234</sup>. Edgard Leuenroth foi preso pelo crime de ter arquitetado o roubo de trigo no Moinho durante a jornada de julho, o anarquista foi a júri popular e absolvido, seis meses depois de ser preso.

Embora a greve de 1917 tenha propiciado um saldo moral positivo para o operariado, os/as trabalhadores/as ainda viviam em situação crítica e miserável no

<sup>231</sup> O COMBATE. Ao Povo Trabalhador de S. Paulo. São Paulo, Anno III, n. 714, 21 set. 1917.

<sup>232</sup> Navio que levava os deportados.

<sup>233</sup> SOARES, Maria Antonia. Deportados. **A Plebe**, São Paulo, Anno I, n. 5, 30 set. 1917, p. 2.

<sup>234</sup> PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil: 1889-1930**. Documentos. Vol. II. Campinas: Brasiliense, 1981, p. 266.

seu cotidiano de trabalho e de vida. Em 1919, São Paulo mergulharia em uma nova onda de greves, com basicamente as mesmas reivindicações. As atividades políticas femininas cresceram em 1922, lideradas por Maria Angelina Soares; houve a criação do Centro Feminino de Educação. Na década de 1920, o pensamento e as ações para a emancipação da mulher se ampliaram, merecendo menção a atuação de Maria Lacerda de Moura, entre outras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer a região da Mooca, palco central das atividades dos movimentos de tecelãs no início do século XX, é impossível não se deparar com o imponente prédio que um dia abrigou o Cotonifício Crespi. Apenas sua fachada foi preservada, o restante do edifício foi descaracterizado e convertido para outros fins. Poucas quadras adiante, na Rua da Mooca, ficava a sede da Liga Operária, um espaço crucial para o planejamento das lutas operárias que reverberaram por todo o bairro e pela cidade. O endereço atual não corresponde à descrição do sobrado que outrora acolheu a Liga, indicando provável alteração na numeração das ruas ao longo do tempo. Esse contato com a memória do espaço faz com que as imagens das mulheres e dos homens organizando a resistência e marchando pelo bairro inevitavelmente invadam a mente, são vestígios do passado passíveis de tocar como campainhas de memória esse cenário de trabalho e de lutas.

Debruçar-me sobre a História do movimento operário, buscando vestígios da contribuição feminina, revelou-se um profundo processo de autoconhecimento – como mulher e como professora. Essa jornada reforçou que a relação entre pesquisa e temporalidade é intrínseca ao ofício do/a historiador/a, pois o tempo não é apenas o palco dos eventos, mas a própria matéria-prima que se organiza e interpreta.

Assim, esta pesquisa, partindo das premissas de Joan Scott, ao afirmar que gênero deveria ser utilizado como uma categoria de análise histórica, buscou contribuir para resgatar a História das lutas operárias entrelaçando a perspectiva masculina e hegemônica com as experiências femininas. Dessa maneira, houve um esforço para dar visibilidade para as mulheres operárias e seu cotidiano de trabalho e, particularmente, para aquelas que participaram dos movimentos, como também para as figuras femininas que trouxeram à tona, através dos jornais, as condições de vida e as mobilizações das mulheres trabalhadoras. Essas ações de luta e resistência femininas se deram em diversas frentes de organização, desde a propaganda teatral, a difusão dos preceitos por meio de uma educação livre de certos dogmas (luta anticlerical), até a escrita feminina articulando as reivindicações de classe e as necessidades inerentes ao gênero.

O principal objetivo da dissertação foi contribuir para superar a invisibilidade histórica das mulheres nas lutas operárias. A imprensa e a historiografia tradicional, muitas vezes centrada em uma perspectiva marxista, privilegiando as relações de classe, tenderam a negligenciar as experiências femininas e o patriarcado como um sistema de dominação autônomo, só mais recentemente é que um conjunto de pesquisadores/as tem enfrentado a questão, dando luz ao papel das mulheres no trabalho fabril e fora dos muros da fábrica e também às suas ações de resistência e luta. Acompanhando esses estudos que esta dissertação teve a intenção de destacar as mulheres como sujeitos históricos que impulsionaram os enfrentamentos do operariado ante a exploração e opressão da classe.

A pesquisa observou a influência do socialismo e do anarquismo nas organizações do operariado, destacando o papel dos periódicos na divulgação dos ideais libertários e socialistas na articulação da luta. Em termos do ideário feminino e feminista, o estudo diferencia as correntes feministas sufragista e socialista/libertária, essa última mais presente no meio operário, apregoando que a emancipação feminina era inseparável da superação do capitalismo e das estruturas patriarcais.

O periodismo operário da época – abrangendo títulos como *A Lanterna*, *A Plebe*, *A Terra Livre* e *Anima e Vita* – constituiu um corpo documental desafiador na investigação, na busca por evidenciar a participação ativa e a resistência das mulheres. A análise revelou uma retratação ambígua das operárias nessa imprensa: ora eram representadas como submissas, passivas e não atuantes, ora como figuras combativas e resistentes. Essa dualidade refletia embates internos ao movimento, nos quais lideranças masculinas (por vezes defensoras do retorno da mulher ao lar) confrontavam a luta autônoma das operárias.

Apesar dessa tensão, vozes femininas dissonantes se ergueram, destacando-se protagonistas como Isabel Cerruti, Ernestina Lesina, M. Antonia Soares e Maria Lacerda de Moura, entre outras que superaram o silêncio e a sujeição, inscrevendo de forma indelével a presença feminina na história das lutas operárias. Essas militantes deixaram reflexões cruciais sobre as condições cotidianas de vida e de trabalho das mulheres, incluindo questões constitutivas do feminino como maternidade, sexualidade, casamento, dupla jornada. Seus escritos ajudaram a desmistificar a ideia de que as mulheres estariam alheias aos elementos da

opressão, foram contribuições significativas na difusão da conscientização e na organização das suas ações nas lutas operárias.

A Greve Geral de 1917 foi muito mais do que um evento de curta duração e limitado a uma conjuntura de crise. Foi, fundamentalmente, a erupção dramática de uma longa e silenciosa luta que vinha se acumulando por décadas nas portas das fábricas e nos cortiços. O movimento das tecelãs do Cotonifício Crespi foi mais do que um início fortuito, foi um ponto de saturação e inflexão nas reivindicações de classe e de gênero – a luta por dignidade, contra os baixos salários e o assédio, contra a exploração do trabalho infantil e a jornada noturna para mulheres e crianças e em favor da emancipação. Essas trabalhadoras articularam ações coletivas de grande impacto e que contaram com apoio da população da cidade e da grande imprensa.

A presença, resistência e capacidade de organização das mulheres foram fundamentais nesse processo, concorrendo para o sucesso da Greve de 1917 e para as conquistas obtidas pelo movimento. Este estudo observou operárias em luta, contrariando as narrativas que as retratavam como desorganizadas ou passivas, embora também aponte para desafios que ainda precisam ser percorridos por outras investigações para conferir plena visibilidade à agência feminina no passado.

Ainda que esta dissertação tenha contribuído para evidenciar a articulação da luta feminina por meio da imprensa operária, é imperativo reconhecer suas restrições. O foco nos periódicos anarquistas e socialistas, por sua natureza panfletária e doutrinária, não permite aprofundar certos aspectos das experiências das operárias. Sugere-se, portanto, que pesquisas futuras investiguem essas experiências em outros corpos documentais, como a documentação policial, que talvez possa conferir maior visibilidade às redes informais de resistência que sustentaram o movimento, para além da retórica da imprensa.

Outra possibilidade promissora na agenda de pesquisa seria aprofundar a análise da escrita feminina e feminista, explorando os textos de mulheres que, engajadas nas pautas de emancipação de gênero, libertação de classe e superação da exploração, utilizaram sua pena para imprimir a perspectiva feminina e operária no debate público e nas lutas por seus direitos. Investigar esses escritos, sejam panfletários, jornalísticos ou literários, permitiria delinear a contribuição dessas ativistas nas propostas e nas articulações das mulheres nas lutas pelos seus direitos trabalhistas e de libertação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ALVIN, Zuleika M. Forcioni. **Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo (1870 -1920)**. Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH/USP, São Paulo, 1983.

ALVIN, Zuleika. Participação Política da Mulher no Início da Industrialização em São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 61-84, 1983.

ALVIM, Zuleika M. Forcioni. O Brasil italiano. *In*: FAUSTO, Bóris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

BARROS, José D'Assunção. A Identidade da Classe Operária no Brasil (1890-1920): Atipicidade ou Legitimidade? **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 12, n. 23/24, p. 111-124. set. 91/ago.92.

BARROS, José D'Assunção. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BARROS, José D'Assunção. Paul Ricoeur e a narrativa histórica. **História, imagem e narrativas**, n. 12, p. 1-26, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades. Universidad de Sevilla. **Araucaria** - Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, Sevilla, v. 18, n. 35, 2016, p. 41-53.

BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina Oliveira (org.). **Mulher, mulheres**. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1983.

BEIGUELMAN, Paula **Os Companheiro de São Paulo: ontem e hoje**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Complexo Cafeeiro**: aspectos políticos. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BIONDI, Luigi. Na construção de uma biografia anarquista: os anos de Gigi Damiani no Brasil. *In*: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **História do anarquismo no Brasil**. Vol. 1. Niterói: Ed. UFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

BIONDI, Luigi. Desenraizados e integrados. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, 12 mars 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/3720>.

BLANCO, Esmeralda. **Mulheres e menores no trabalho industrial**: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

BLAY, Eva Alternan. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BRAZIL. **Recenseamento do Brazil**. Vol. V (1º. parte). Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000360/recenseamento1920ind1/recenseamento1920ind1.pdf>.

BUITONI, Dulcília S. **Mulher de Papel**: a representação da mulher pela imprensa brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales**. 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Unesp, 1991.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 34, 2003.

CAMPOS, Candido Malta; GAMA. Lúcia Helena; SACHETTA, Vladimir (org.). **São Paulo**: metrópole em trânsito - percursos urbanos e culturais. São Paulo: Editora Senac, 2004.

CAMPOS, Candido Malta. Trezentos anos em trinta: a remodelação de São Paulo sob a Primeira República. *In*: CAMPOS, Candido Malta; GAMA. Lúcia Helena; SACHETTA, Vladimir (org.). **São Paulo**: metrópole em trânsito - percursos urbanos e culturais. São Paulo: Editora Senac, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. **Teresina etc.** 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Unicamp, IE, 2007.

CANO, Wilson. **Raízes da industrialização no Brasil**. 5. ed. Campinas: Unicamp, IE, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930 – 1937)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1976.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877 – 1944)**. São Paulo: Difel, 1979.

CARONE, Edgard. **A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

CERDÀ, Ildefonso. **Reforma y Ensanche de Barcelona**, Pan Económico. Barcelona: Narciso Ramírez, 1960.

CERRUTI, Isabel. **O triunfo da anarquia**: e outros escritos. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2018.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. Utopias e realidades. Uma antologia. 5. ed. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2000.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CORREIA, Francisco. Mulheres libertárias: um roteiro. *In*: PRADO, Antonio. **Libertários no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Emília Viotti da. A nova face do movimento operário na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 217-232, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COX, Judy. Terremoto de gênero: as mulheres socialistas e a comuna de Paris. Tradução: Giovanna Marcelino. **Marxismo Feminista**, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/2021/03/19/terremoto-de-genero-as-mulheres-socialistas-e-a-comuna-de-paris/>.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 2, 2007.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

DE PIZAN, Christine. **A Cidade das Mulheres**. São Paulo: Editora 34, 2024.

DECCA, Edgar S. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DECCA, Edgar S. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DECCA, Edgar S. **Fábricas e homens**: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores. São Paulo: Atual, 1999.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A Vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil - Século XIX** - Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil - Dicionário Ilustrado**. Vol. 2 - Século XX: 1900-1949. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. 1900-1935. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social**: 1890-1920. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigação. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, 1985.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FRACCARO, Glaucia. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 76, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/THvpNy5TDW34ZgVDKgCFvBR/?lang=pt>.

FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GATTAI, Zélia. **Anarquistas, graças a Deus: memórias**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOLDMAN, Emma. **O indivíduo, a sociedade e o Estado**, e outros ensaios. 2. ed. Estudos Libertários. São Paulo: Hedra, 2007.

GOLDMAN, Emma. **Sobre o anarquismo, sexo e casamento**. São Paulo: Hedra, 2021.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil – 1917-1937**. Petrópolis: Vozes, 1979.

GOMES, Angela de Castro; FLAKSMAN, Dora Rocha; STOTZ, Eduardo. **Velhos militantes: Depoimentos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONÇALVES, Caroline. **Ernestina Lesina e o Anima e Vita: trajetórias, escritos e a luta das mulheres operárias (inícios do século XX – São Paulo)**. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2013.

GROSSMAN, Hadassa. A imagem da mulher na imprensa de esquerda no Brasil, 1889-1922: uma exposição sumária. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 5, n. 8/9, 2010.

GUIMARÃES, Nadya; BRITO, Murilo M. Mercantilização no feminino: a visibilidade no trabalho das mulheres no Brasil através dos censos. *In*: ABREU, Alice R.;

HAHNER, June. **A emancipação do sexo feminino: luta pelos direitos da mulher no Brasil**. Florianópolis: Mulheres, 2003.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio **A classe operária no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, São Paulo, n. 148, p. 9-34, 2003.

HIPÓLIDE, Eduardo Gramani. O Teatro anarquista e o conceito de arte na imprensa operária de 1901 a 1922. **Projeto História**, São Paulo, n. 43, dez. 2011.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

HOBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. **História geral da civilização brasileira**. 7 vols. São Paulo: Difel, 1968-1972.

KASSICK, Clovis Nicanor. Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 32, p.136-149, dez. 2008. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5095/art09\\_32.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5095/art09_32.pdf). Acesso em: 6 set. 2025.

KOLLONTAI, Alexandra. **Os fundamentos sociais da questão feminina**. 1907. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>.

LEITE, Miriam M. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Ática, 1984.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOMBARDI, Maria R.; HIRATA, Helena. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas internacionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOPREATO, Christina S. Roquete. **O Espírito da Revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

MALATESTA, Errico. **Textos escolhidos**. Coleção Biblioteca Anarquista. Seleção e notas de 1º de maio grupo anarquista: Annecy, França; Federação Anarquista Internacional. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1984.

MALATESTA, Errico. **A Anarquia**. São Paulo: Imaginário, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público ao privado. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder**: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 67-75, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de; ALVES, Gisele. "A nova mulher": educando futuras mães (São Paulo 1850-1900). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 15, n. 18, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v. 19, n. 19, 2013, p. 5-15.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, p. 352-371, 2016.

MENDES, Samanta C. **Companheiras**: mulheres anarquistas em São Paulo (1889-1930). São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2021.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Tramas do mal**: a imprensa e o discurso de combate à revolução (1917-1921). Rio de Janeiro: Ayrán, 2019.

MILL, John Stuart; TAYLOR, Harriet. **A sujeição das mulheres**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021.

MOURA, Maria Lacerda de. **A Mulher é uma degenerada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Os sons do silêncio**: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa: breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 3, 2011.

PENA, Maria Valéria J. **Mulheres e Trabalhadoras**. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michele. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4 - O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

PERROT, Michelle. A História feita de greves, excluídos & mulheres. Excluído & mulheres (entrevista). **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 191-200, out. 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 9. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil**: 1889-1930. Documentos. Vol. II. Campinas: Brasiliense, 1981.

PRADO, Antonio A.; HARDMAN, Francisco Foot.; LEAL, Claudia F. Baeta. **Contos anarquistas**: temas & textos da prosa libertária no Brasil (1890-1935). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **A Pornocracia**: ou as mulheres nos tempos modernos. Roberto Leal Ferreira, 2015.

RAGO, Margareth. **Feminismo e anarquismo no Brasil**. A audácia de sonhar: Memória e Subjetividade em Luce Fabbri. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Maria Alice R. **Condições de trabalho nas indústrias têxteis paulistas (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

RIBEIRO, Maria Alice R. Primeira Guerra Mundial: impactos sobre a economia e a sociedade brasileiras – 1914-1918. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 45, p. 11-37, 2014.

ROLNIK, Raquel. **Cada um no seu lugar** - São Paulo início da industrialização: geografia do poder. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ROLNIK, Raquel São Paulo, início da industrialização: o espaço é político. *In*: KOWARICK, Lúcio (org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**. São Paulo: Paz e Terra/UNRISD, 1988.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOHNET, Raquel; MATOS M. Izilda S. de. **Gênero em Debate**. Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza - 1890-1915. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4 - O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, Polyana Alves Almeida da. **O protagonismo feminino nas greves de 1917**. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2018.

SIMONSEN, Roberto C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joan. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, 2.54, p. 282-285, 2007.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2021.

TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil**. Vol. 15 - No Brasil República - 1927 – 1937. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1 - A árvore da liberdade. 11. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

TOLEDO, Edilene. **Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, maio/ago. 2017.

TRAPP, Rafael Petry. História, raça e sociedade: notas sobre descolonização e historiografia brasileira. *Revista de Teoria da História*, v. 22, n. 2, Goiânia, 2019.

TRISTAN, Flora. **União Operária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reinvindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Lafonte, 2021.

## **FONTES**

A CIGARRA. São Paulo, [1914-1975].

A LANTERNA. São Paulo, [1901-1935].

A MENSAGEIRA. São Paulo, [1897-1900].

A PLEBE. São Paulo, [1917-1951].

A TERRA LIVRE. São Paulo, [1905-1910].

ANIMA E VITA. São Paulo, [1905-].

AVANTI. São Paulo, [1896-].

FANFULLA. São Paulo, [1893-].

GUERRA SOCIALE. São Paulo, [1915-1917].

O COMBATE. São Paulo, [1914-].

O GRAPHICO. Rio de Janeiro, [1919-].

O LIVRE PENSADOR. São Paulo, [1903-1915].